



**Projecto de Cooperação técnica TCP – CPLP/FAO**

**Formulação de um Programa para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação (UNCCD) nos países da CPLP**

**RELATÓRIO FINAL**

**Bissau, Junho de 2009**

Representante da FAO em Guiné-Bissau

Centro de Investimentos da FAO

**Luc Dubreuil** – Coordenador do Projecto

Consultora Regional

**Denise Lima**

Consultores Nacionais

**Viriato Cassamá**

**Alexandre Cabral**

**Mário Martins**

**Parceiros**



UNITED NATIONS CONVENTION  
TO COMBAT DESERTIFICATION



Este documento foi elaborado para o **Projecto de Cooperação Técnica TCP -CPLP/FAO**.

**Citação:**

FAO, Governo de Guiné-Bissau. 2009 *Quadro das Demandas e Propostas de Guiné-Bissau para o Desenvolvimento de um Programa Regional de Cooperação entre Países da CPLP no domínio da Luta contra a Desertificação e Gestão Sustentável das Terras*. TCP CPLP/FAO - MADRRM, orgs: Cassamá, V., Cabral, A, Martins, M. 2009. Bissau, Guiné-Bissau, pp.,

**Copyright:**

FAO, CPLP, Ministério da Agricultura

**Sector Ambiente – Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação**

Consultores Nacionais: Viriato Cassamá, Alexandre Cabral, Mário Martins

**O presente documento está disponível em:**

Representação da FAO em Guiné-Bissau

Secretariado Executivo da CPLP

Site do TCP CPLP/FAO [www.fao.org/tc/cplpunccd](http://www.fao.org/tc/cplpunccd)

## Índice

Pag.

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>1 – CONTEXTO NACIONAL, PROVINCIAL E POLÍTICO</b> .....	<b>5</b>
1.1– INTRODUÇÃO .....	5
1.2 – CONTEXTO PROVINCIAL .....	9
1.3 – CONTEXTO POLÍTICO E LEGAL .....	13
<b>2 – ACESSO À TERRA E AOS RECURSOS NATURAIS NAS PROVÍNCIAS NORTE E LESTE</b> .....	<b>30</b>
<b>3 – ELABORAÇÃO DE MATRIZ SÍNTESE DE INFORMAÇÕES (MATRIZ DE PROGRAMAS E PROJECTOS)</b> .....	<b>33</b>
MATRIZ 1 – REGISTRO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	33
MATRIZ 2 – QUADRO DE ACTORES .....	64
MATRIZ 3 – PROGRAMAS/PROJECTOS JÁ EXECUTADOS.....	66
MATRIZ 4 – PROGRAMAS/PROJECTOS EM CURSO .....	71
MATRIZ 5 – PROGRAMAS/PROJECTOS EM CARTEIRA.....	81
MATRIZ 6 – POLITICAS, PLANOS E LEIS .....	99
<b>4– ANÁLISE DE MATRIZ DE PROGRAMAS E PROJECTOS.....</b>	<b>110</b>
<b>5 - RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>113</b>
<b>6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>115</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho reporta as constatações observadas no sistema de Gestão Sustentável de Terra (GST) na República da Guiné-Bissau. Enquadra-se no âmbito do Projecto de Cooperação Técnica CPLP/FAO TCP/INT/3201 a fim de assessorar o Comité Nacional da Guiné-Bissau na elaboração do quadro de solicitações e ofertas de cooperação, visando subsidiar a elaboração de um Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no domínio da luta contra a desertificação e da Gestão Sustentável das Terras.

O Objectivo deste trabalho é de estabelecer um diagnóstico da situação nacional quanto às acções e actores, analisando áreas potenciais de fortalecimento o que facilitará a elaboração de um programa de cooperação que proporcione a criação de capacidades para a integração sistemática da GST nas políticas sectoriais e de desenvolvimento e a formulação de medidas e instrumentos eficazes no âmbito, contribuindo assim para a implementação dos Planos de Acção Nacionais de Combate à Desertificação.

Na Guiné-Bissau, o Comité Nacional instituído pela Ministra da Agricultura e do Desenvolvimento Rural tem a responsabilidade de realizar uma consulta interinstitucional, considerando os diferentes segmentos de actores que interagem com a temática da GST. O Comité é composto por representantes das seguintes instituições:

- Direcção Geral das Florestas e Fauna
- Ponto Focal da UNCCD
- Direcção Geral do Ambiente
- Direcção Geral dos Recursos Hídricos
- Direcção Geral da Agricultura
- Direcção de Meteorologia Nacional
- Ministério da Economia e Integração Regional/ Direcção Geral do Plano
- Ministério das Finanças/ Direcção Geral do Orçamento
- Direcção Geral de Luta contra a Pobreza
- Direcção Geral da Pecuária
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
- Secretariado Permanente Nacional do CONACILSS
- Gabinete de Planificação Costeira
- ONG APRODEL
- Associação Nacional dos Agricultores da Guiné Bissau (ANAG)
- Ponto Focal da Convenção sobre as Mudanças Climáticas
- Ponto Focal da Convenção da Biodiversidade
- Instituto nacional de Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)
- Ministério dos Negócios Estrangeiros/ Direcção Geral da Cooperação

Considerando que a GST envolve vários sectores governamentais e da economia nacional que não podiam ser ignorados, a Consultoria buscou ouvir os diversos actores. Ora em entrevistas em separado, ora em conversas com grupos e visita a campo para ouvir as comunidades. Além disso, a consultoria assessorou o Comité Nacional preparando as reuniões, sistematizando as discussões e devolvendo a análise de informações e actas da reuniões.

O desenrolar do trabalho foi sendo acompanhada pela Consultora Regional do TCP CPLP/FAO, e avaliado pelo Comité Gestor do TCP CPLP/FAO, instituído pelo Ministério da Agricultura de Guiné-Bissau.

O presente relatório contém três (3) partes. A primeira parte trata-se do contexto nacional, provincial e político em que foram abordados o modo de subsistência rural, examinando a sua vulnerabilidade bem como a utilização dos recursos naturais como parte da estratégia de subsistência. Foi ainda abordado o contexto provincial enfatizando as províncias mais afectadas pelo fenómeno da desertificação e procedeu-se a uma avaliação da capacidade institucional do Estado. No contexto político foram referenciados todos os pacotes legais, projectos, programas e planos referentes a GST.

A segunda parte retrata o acesso à terra e aos recursos naturais nas províncias Norte e Leste, por serem as zonas com maior problema de degradação de terras a nível nacional. Foram apresentadas nas reuniões a metodologia de trabalho e para a selecção das zonas de intervenção (durante as entrevistas na cidade de Bissau); foram posteriormente apresentadas as principais constatações e entrevistas que foram analisadas, a disponibilidade, utilização e mecanismo de acesso à terra e foram identificados os actores. No que se refere a identificação dos actores, foram abordados os critérios de identificação e selecção, o papel das instituições do governo, dos parceiros de cooperação, das ONGs, das autoridades tradicionais e das mulheres e jovens. Foram ainda abordados os mecanismos de resolução de conflitos nas zonas de estudo através de entrevistas.

Finalmente a terceira parte cinge-se na elaboração e na análise de matriz síntese de informações, isto é, na elaboração e na análise de matriz de programas e projectos, cuja finalidade é apoiar a formulação de um programa de cooperação norte-sul e sul-sul.

## 1 – CONTEXTO NACIONAL, PROVINCIAL E POLÍTICO

### 1.1 – Modo de subsistência rural no contexto

#### 1.1.1 – Introdução

A Guiné-Bissau apresenta um dos piores indicadores de pobreza e vulnerabilidade a nível mundial. Segundo a estatística do PNUD o país ocupa o 174º lugar no “ranking” mundial. Estes indicadores são resultados dentre outros factores, aos sucessivos sobressaltos políticos, o que se traduziu na instabilidade política e governativa. O país goza de alguns recursos naturais, os quais geridos e explorados sustentavelmente poderiam servir as populações, reduzindo assim a pobreza. O fenómeno de degradação de terras que se verifica mais nas zonas norte e leste País têm vindo a ameaçar esta possibilidade.

As principais causas da degradação de terras no país derivam-se principalmente de acções de ordem antrópica e ecológica. Estas acções têm os seus impactes na fertilidade de solo, na acentuação do fenómeno da erosão, na salinização e acidificação dos solos.

A produção de lenha e de carvão vegetal para as necessidades energéticas domésticas, o pastoreio extensivo, a exploração madeireira, a prática tradicional da agricultura com base nas derrubas e queimadas constituem as principais causas da degradação florestal a nível do país. Estima-se que por ano são queimados entre 50000 e 80000 ha de florestas para a prática de agricultura e caça. Isto demonstra a necessidade urgente de compreender este fenómeno a fim de se poder intervir a nível das comunidades, cujo propósito é mudar estes hábitos e comportamentos. Este procedimento não constitui só um factor de degradação florestal, como também emite grandes quantidades de GEE para a atmosfera e reduz os serviços vitais que estes ecossistemas prestam as populações rurais.

Nas figuras 1 e 2 são ilustradas as causas antrópicas de degradação de terra nas zonas em estudo e a distribuição de densidade de fogos a nível nacional, respectivamente. A última foi produzida com base no compósito das imagens diárias do satélite MODIS entre os anos 2001-2006.

**Figura 1** – Causas antrópicas de degradação de terras nas zonas em estudo (Fotografias de Viriato Cassamá, 2009)

**Figura 2** – Densidade de fogos na Guiné-Bissau, adaptada do Projecto CARBOVEG-GB (2007)

A proliferação de plantações de caju e suas implantações nas terras mais férteis também constituem uma das causas da desflorestação no país. Este fenómeno tem vindo a ser a prática corrente nestes últimos anos. De referir que o país é o 5º produtor mundial da castanha de caju *in natura*. A área ocupada actualmente por este tipo de cultura ronda 18000 ha e está a substituir as áreas que outrora eram ocupadas pelas culturas cerealíferas, leguminosas e algumas culturas perenes.

A corte dos mangais para construção e fumagem de peixes nas zonas norte e sul também constituem um dos factores de desflorestação deste ecossistema muito valioso sob o ponto de vista de biodiversidade e de sequestração do carbono.

É de tudo necessário fazermos uma abordagem transversal das causas da degradação de terra na Guiné-Bissau. Assim, um outro factor a considerar é de ordem sócio-económico. A grande maioria da população da Guiné-Bissau é pobre. O país apresenta uma taxa de crescimento médio anual de 2.3%, a distribuição de terras é desigual (400 ha em média para operações de cultivo em grande escala, e entre 2 e 3 ha em média para produtores tradicionais) e nestes últimos anos tem-se assistido o movimento dos refugiados e de migrantes vindos das vizinhas Repúblicas de Guiné, Senegal, Libéria e Serra Leoa. No entanto, à medida que a população aumenta torna-se necessária maior produção de alimentos, pelo que vão sendo ocupadas cada vez mais áreas pela agricultura e assiste-se um decréscimo no tempo de pousio e a uma mais rápida reutilização das áreas anteriormente cultivadas, eventualmente sem que haja uma regeneração completa da fertilidade dos solos.

As terras com aptidão agrícola têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Assim, segundo consultas feitas para a realização deste trabalho, nos finais dos anos 70 do século passado estima-se que cerca de 2,5 milhões de hectares, teria vocação agrícola, silvícola ou pastoral (SCET, 1978). Segundo os dados da Departamento de Estatística Agrícola do Gabinete de Planeamento Agrário do Ministério de Agricultura, referidos no PANA 2006, esta área de vocação agrícola diminuiu ocupando actualmente uma área de 1410000 ha (cerca de 30% de superfície total do país), dos quais 200000 ha são terras baixas continentais sob influência de água doce (bolanhas de bas-fonds), 106000 ha terras baixas costeiras sob influência de água salina (bolanhas de mangal) e 1104000 ha de ecossistema do planalto. Entretanto, este potencial é sub aproveitado: apenas 29000 ha (14.5%) de terras de bas-fonds e 50000 ha de terras de mangal (47.2%) são actualmente aproveitadas.

No que se refere a pecuária, o DEA/DGP (2006) e PANA (2006), apontam que a pecuária é praticada em todo o país, integrando todos os sistemas de produção agrícola. A zona leste alberga mais de 75% gado bovino, 54% dos ovinos, 64% dos caprinos, 34% de porcos, 95% de asininos e 86% de equinos. O gado bovino é o mais expressivo.

Os recursos florestais constituem mais de 85% das necessidades energéticas domésticas do país, são fonte de obtenção de madeira e derivados, prestam serviços vitais as populações autóctones (modo de sustento, farmacopeia tradicional, centro de culto e de meditação, etc.). Os inventários realizados nos anos 1978 e 1985 demonstram que a área florestal do país teria decrescido em cerca de 31500 ha ao longo deste período, ou seja, em média, cerca de 45000 ha/ano. Com recurso as imagens de satélite no âmbito do Projecto **Quantificação do Carbono armazenado e da Capacidade de Sumidouro da Vegetação Florestal da Guiné-Bissau – CARBOVEG-GB** foram quantificadas as áreas de quatro tipos de vegetação florestal (Floresta Densa, Floresta Aberta, Savana Arborizada e Savana Herbácea) e concluiu-se que a área florestal estimada (área de floresta densa e floresta aberta) rondam os 786215 ha.

Quanto ao mangal, os dados recolhidos nos períodos 1953-1959 e 1976-1990, indicavam que, entre estes dois períodos, aumentou a taxa de desflorestação de 2000 ha/ano para 3830 ha/ano (CIRAD/PAPT/DGFC, 1992). Esta tendência foi contrariada com os dados obtidos do projecto CARBOVEG-GB que apontam que a percentagem da área ocupada por mangal em 1990 foi 8.3% do território nacional e em 2007 esta percentagem aumentou ligeiramente para 9.6 % no ano de 2007.

Todos estes factos podem ser explicado devido a pressão sobre os recursos florestais que vão crescendo anualmente de intensidade por força do mercado, por um lado e, por outro, da necessidade de sobrevivência de uma população extremamente carenciada. Assim, a crescente procura dos produtos lenhosos e carvão vegetal (para uso doméstico como fonte de energia), cibes (para construção de habitação) e madeira (para a indústria de mobiliário) no mercado urbano e afins, têm incentivado mais pessoas a explorar desenfreadamente esses recursos para fins comerciais, causando danos irreparáveis nas florestas e a biodiversidade. No país as florestas ainda continuam a prestar os seus serviços vitais as populações.

Estes fenómenos verificam-se mais nas zonas norte e leste do país. O desafio maior do país é o de assegurar o crescimento e a exploração sustentável dos seus recursos naturais, para isso políticas em curso devem contrariar a tendência actual de riscos de degradação do seu capital natural. Os recursos naturais da Guiné-Bissau são enormes podendo, com um investimento ecologicamente sadio e tecnologicamente competitivo desempenhar maior relevo na economia nacional. Assim, a identificação e quantificação de tais fenómenos é essencial para apoio a uma política de desenvolvimento rural baseada na conservação e na sustentabilidade dos serviços prestados pelos ecossistemas.

### **1.1.2 – Contexto da Vulnerabilidade no Meio de Subsistência Rural**

As áreas rurais da Guiné-Bissau foram desde sempre as mais afectadas pela administração central e local. Nestas áreas as populações vivem sobretudo de economia de subsistência. As terras são paupérrimas, de baixa fertilidade devido pouca quantidade de matéria orgânica (com uma camada de matéria orgânica de cerca de 30 cm), característica típico dos solos da Guiné-Bissau. Esta fraca aptidão agrícola dos solos verifica-se mais nas regiões (norte e leste) devido a irregularidade de chuvas e do fenómeno de sahelização.

As distribuições de sementes e instrumentos agrícolas eram suportadas outrora pelo Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura. Actualmente algumas ONGs fazem este papel. Em termos de prestação de serviços, o sector privado praticamente não existe nas zonas rurais. Grande parte das infraestruturas e serviços rurais não existem. Aqueles que existem são praticamente obsoletos e disfuncionais. O poder local na

maioria dos casos é ausente e o sistema de justiça clássico praticamente não funciona. O sistema comercial de troca/compra de produtos agrícolas estabelecidas na época colonial praticamente desapareceu por falta de incentivos aos comerciantes para comprar produtos habituais (cera, mel, amendoim, coconote, etc.).

O principal produto agrícola de troca é a castanha de caju, obrigando actualmente a prática de monocultura deste produto. As redes viárias para evacuação de produtos construídas na época colonial estão em más condições, tornando assim várias zonas inacessíveis. Os agricultores usam técnicas impróprias e insustentáveis; o governo nunca alocou fundos suficientes para a gestão de terras e a maioria de projectos em curso não integram a componente GST.

As doenças nos meios rurais são mais frequentes, agravando-se ainda mais devido a falta de cuidados médicos e medicamentosos. Este facto poderá influenciar no rendimento da família que sofrem de doenças, dado que pessoas doentes têm pouca força para amanho a terra. Todos estes factores constituem a vulnerabilidade no modo de subsistência rural.

Por outro lado, os outros problemas relacionados com a vulnerabilidade do meio rural no que concerne a GST estão relacionados com as barreiras institucionais, como por exemplo, falta de aplicação da lei de terra; as estruturas locais não têm capacidades de controlar e fiscalizar as florestas; existe falta de coordenação entre diferentes instituições ligadas a GST; existe uma instabilidade de estruturas operacionais; falta de uma campanha de formação, educação, sensibilização e informação sobre as consequências ambientais e consequentemente sócio-económico da degradação de terras; as capacidades humanas ligadas a GST são limitadas; falta de capacidades técnicas na matéria de GST da grande maioria das ONGs;

### **1.1.3- Utilização dos Recursos Naturais como parte das estratégias de subsistência**

Mais de 80% da população da Guiné-Bissau vive directamente ligada a agricultura. A principal base alimentar do guineense é o arroz que é produzido através de três sistemas de produção: de bolanha salgada, de sequeiro e bás-fond (terras baixas).

Sistema de bolanha salgada é característica da zona sul e uma parte da zona norte. A zona sul constitui o principal centro de produção de arroz do país, devido à fertilidade do solo, à grande quantidade da precipitação média anual e à existência de bolanhas salgadas, condições que permitem criar excedentes comercializáveis. As zonas norte e leste foram os principais centros de produção de amendoim e algodão, embora também produzem arroz de sequeiro, de bás-fond e de bolanhas salgadas.

O sistema de sequeiro é verificado mais nas zonas norte e leste e numa pequena parte da zona sul. A principal actividade agrícola nestas regiões (norte e leste) é a cultura de arroz de sequeiro. Existem ainda outras culturas com importância crescente nesta região, como os pomares de fruteiras diversas e de caju.

O sistema de bás-fond é praticado essencialmente na zona leste e norte do país, dado que estes possuem terras baixas continentais sob influência de água doce.

No entanto, o uso de recursos naturais como meio de subsistência não se confina só ao sistema de produção orizícola apresentado, mas sim as populações recorrem aos outros recursos naturais como meio de subsistência, isto é através do seu consumo ou comercialização para obtenção de bens essenciais a sua sobrevivência. Dentre estes recursos naturais podemos citar o peixe e outros produtos do mar, o caju, raízes e tubérculos, algodão, amendoim, feijão, milho, plantas medicinais, lenha e carvão de lenha, mel, sal, etc.

## **– Contexto Provincial**

### **1.2.1 – Província Norte (Caracterização da zona de estudo)**

A zona norte situa-se no norte da Guiné-Bissau, região agrícola norte e engloba neste caso, as Regiões de Cacheu e Oio (Figura 2). Ocupa uma área aproximada de 10.578 Km<sup>2</sup>, sendo 5.175 Km<sup>2</sup> pertencente a região de Cacheu e 5.403 Km<sup>2</sup> a região de Oio. Segundo a estimativa de 2004, a população ronda os 343.724 habitantes (164.676 habitantes pertencente a região de Cacheu e 179.048 à Oio). É constituída por vegetação aberta,

devido a pressão antrópica. No que se refere ao clima, segundo Dias Francisco *et al.* (2007), a precipitação média anual oscila entre 1400 e 1800 mm. Os valores mensais da temperatura máxima, no período de referência (1971-2000) variam de 29.7°C à 33°C. As temperaturas mínimas variam de 19.8°C à 24.3°C.

Os solos predominantes nesta zona são solos ferralíticos e fersialíticos aonde se praticam a agricultura de planalto. Existem também solos hidromórficos derivados de aluviões marinhos, que podem ser encontrados ao longo da linha de costa e nos troços inferiores dos rios Cacheu, Mansoa e Geba. A cultura praticada é o arroz de água salgada. As vasas e areias costeiras são outros tipos de solo existentes na zona norte e são depósitos aluviais, sem estratificação. Distribuem-se pelas margens periodicamente inundadas nomeadamente nas faixas intertidais dos rios Cacheu, Mansoa e Geba. São colonizados principalmente por mangais.

A região norte é débil em termos de infraestruturas e redes viárias. O principal potencial agrícola da região é arroz de sequeiro e de bás-fond, caju, tubérculos, fruteiras diversas, milhos diversos, etc. Nesta região também praticam a pesca e a colecta de ostras, mariscos, etc. A principal base alimentar na região é o arroz.

### **1.2.2- Província Leste (Caracterização da zona de estudo)**

A zona leste situa-se no leste da Guiné-Bissau, região agrícola leste e engloba as Regiões de Gabu e Bafatá (figura 2). Ocupa uma área aproximada de 15131 Km<sup>2</sup>, sendo 9150 Km<sup>2</sup> pertencente a região de Gabu e 5981 Km<sup>2</sup> a região de Bafata. Segundo a estimativa de 2004, a população ronda os 361277 habitantes (178318 hab pertencente a região de Gabu e 182959 à Bafata). É constituída por vegetação aberta, devido a pressão antrópica e ao fenómeno de sahelização e é considerada a zona de criação do gado. No que se refere ao clima, segundo Dias Francisco *et al.* (2007), a precipitação média anual oscila entre os 1100 mm à 1500 mm. Os valores mensais da temperatura máxima, no período de referência (1971-2000) variam de 30.7°C à 39.3°C. As temperaturas mínimas variam de 16.5°C à 23.2°C.

Os solos predominantes nesta zona são solos ferralíticos e fersialíticos aonde se praticam a agricultura de planalto. Existem também solos hidromórficos continentais aonde se praticam orizicultura e horticultura de bás-fond. O principal potencial agrícola da região é o amendoim, algodão, caju, tubérculos, fruteiras diversas, milhos diversos, e arroz (bás-fond e planalto), etc. Esta região constitui a região aonde mais se pratica a criação de gado em todo o território nacional. Apresenta infraestruturas e redes viárias em melhor estado de conservação se compararmos com a zona norte.

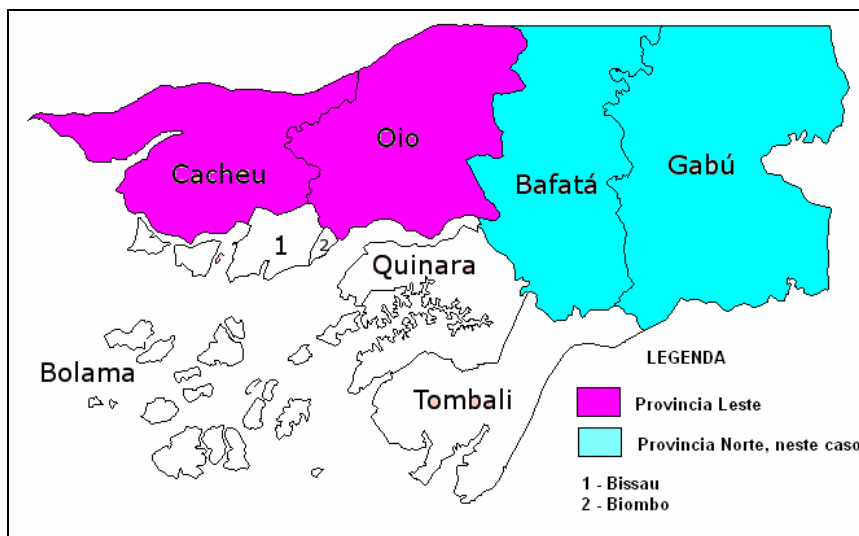


Figura 2 – Localização das áreas de estudo, elaborado por Viriato Cassamá (2009)

### 1.2.3 - Contexto Institucional e Legal

O sector do Ambiente como tal, começou a possuir uma estrutura a partir de 1992 com a institucionalização do antigo Conselho Nacional do Ambiente (Lei Orgânica), órgão criado pelo Decreto nº24/92 publicado no B.O. n.º12/92 de 23 de Março e que existiu até 1996.

Essa Lei Orgânica viria a sofrer modificações profundas e consubstanciadas numa nova Lei (Decreto 59/93)

Em 1994, deu-se o surgimento da Secretaria de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato que englobava uma Direcção Geral do Turismo, Ambiente e Artesanato (Decreto Presidencial nº2/94, B.O. nº47 de 24 de Novembro) e em 1996 deu-se a criação do Ministério do mesmo nome.

Em 1996 e com a finalidade de evitar uma sobreposição ou duplicação de acções, o Governo optou pela extinção do CNA (Decreto nº11/96, B.O. nº41/96 de 7 de Outubro), em consequência, foi instituída uma Direcção Geral do Ambiente.

O mesmo Decreto criava a Conferência Nacional do Ambiente, enquanto fórum de reflexão nacional, perspectivando uma ampla participação da sociedade civil.

Após a queda do primeiro governo da Segunda República em 1997 foram criados o Ministério do Desenvolvimento Rural, dos Recursos Naturais e do Ambiente e uma Secretaria de Estado dos Recursos Naturais e do Ambiente que englobava duas Direcções Gerais: Direcção Geral dos Recursos Naturais e a Direcção Geral do Ambiente.

Com a formação do Governo de Unidade Nacional houve uma alteração no departamento governamental que tutela a área do Ambiente passando o mesmo a denominar-se de Ministério da Agricultura, das Pescas e dos Recursos Naturais com uma Secretaria de Estado da Energia, dos Recursos Naturais e do Ambiente.

Por razões de contenção financeira procedeu-se a fusão das antigas Direcções Gerais, passando a haver uma única: Direcção Geral dos Recursos Naturais e do Ambiente.

Esta ordem institucional foi profundamente modificada com a criação do Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente e o ressurgimento da Direcção Geral do Ambiente.

Entretanto, o Governo entendeu ser indispensável a criação do Instituto Nacional do Ambiente e do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas, porquanto se afigurou necessário que as estruturas que se ocupam da política do Ambiente se mantivessem independentes e começassem a assumir o papel de entidade fiscalizadora.

Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a elaboração deste documento foi executada no âmbito do Projecto: GBS/97/010-Assistência à Elaboração do Plano Nacional de Gestão Ambiental, realçando-se, igualmente, a existência dos Projectos GBS/97/G31-Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Diversidade Biológica e GBS/97/G32- Projecto sobre as Alterações Climáticas.

Todos são Projectos de concepção e habilitantes, o primeiro tem como fim a elaboração de uma estratégia para a gestão durável de todos os recursos naturais, cabendo ao segundo a apresentação de uma estratégia e um plano de acção com vista a conservação dos recursos biológicos, tendo o terceiro como tarefa a apresentação de uma Comunicação Nacional sobre as Alterações Climáticas.

A apresentação dos documentos ora aludidos, permitiu à área do Ambiente dispor, de estratégias políticas e de instrumentos técnicos jurídicos necessários ao cumprimento das tarefas que são reservadas.

Entretanto, existem várias realizações que, embora não estejam sob directa dependência do Ministério do Ambiente, têm desempenhado um papel de relevo na planificação da gestão dos recursos naturais no país.

Fazemos referência ao Gabinete da Planificação Costeira, que, de algum tempo para cá, têm desenvolvido um trabalho de reconhecido valor.

O Gabinete de Planificação Costeira tem como objectivo fundamental a gestão integrada dos recursos naturais na zona costeira, pelo que as suas actividades vêm servindo positivamente na obtenção de informações acerca dos recursos biológicos disponíveis e fundamentalmente na disseminação de informações a escala nacional mediante uma parceria com todos os directos intervenientes no domínio do ambiente.

É fácil concluir que o quadro institucional no sector ambiental ainda é bastante incipiente e está em fase de estruturação, por haver acções desenvolvidas por outros departamentos com tutela diferente, como são os casos do Gabinete da Planificação Costeira, o IBAP que neste momento estão sob tutela do Ministério do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, não se descurando de conflitos que decorrem de tal facto. O mesmo se passa com algumas Convenções do domínio do ambiente, como são os casos da Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Seca e a Desertificação e o Acordo PIC sobre pesticidas estabelecido no âmbito da Convenção de Roterdão.

De referir que todos esses acordos internacionais do domínio do ambiente são tutelados ao nível global pelas instituições responsáveis por esse pelouro. Aliás, a visão do PNGA consubstancia-se no ordenamento do sector ambiental, com a criação de uma instituição governamental encarregue da coordenação da acção ambiental por forma a acautelar os diferentes interesses ligados a exploração dos recursos naturais em relação ao desenvolvimento nacional. A criação da SEADD reflecte precisamente as aspirações do PNGA.

Geralmente esta estrutura institucional está a ser guiada por diversos leis e regulamentos que ao nosso ver deverão ser harmonizados. Estes quadros legislativos e jurídicos aplicam-se ao sector das pescas, das florestas e caça e do direito a terra. As Lei de Base do Ambiente e de Avaliação Ambiental já existem.

De referir que os pacotes legislativos que regulam a gestão e o uso dos recursos naturais existem e são: Lei nº 1/2000 de 24 de Julho; Lei de Minas; Decreto-lei nº 4-A/91 de 29 de Outubro, que aprovou a lei da silvicultura; Decreto-lei nº 7/2000, que criou a Comissão Nacional de Insecticida, parte do Comité Saheliano em insecticidas; Decreto-lei nº 11/2000, que criou o Parque Nacional de Grupo de ilhas de Orango; Decreto nº 12/2000, que criou o Parque Nacional dos Tarrafes de Cacheu; Decreto nº 13/2000, que criou o Parque Nacional de Lagoa de Cufada; Decreto-lei nº 2/86 de 29 de Março e aplicação do Decreto nº 10/86 de 26 de Abril de 26 sobre pesca artesanal e industrial; Decreto de 1980, que regula a caça; Lei de terra (B.O. 4/98) adoptada em 1998.

Mesmo com a existência de todo este enquadramento institucional e legal, no país o poder exercido a nível central e regional são débeis. O poder exercido a nível das regiões é conhecida como “poder local”. No contexto actual guineense o poder local tem pouca capacidade de prestar serviços aos intervenientes directos na gestão sustentável de terras, quer a nível planeamento de intervenção, assim como á nível de disponibilização de técnicas apropriadas de gestão de terras e de aplicabilidade das leis.

O governo da Guiné-Bissau tem funcionado a nível central. O país é dividido administrativamente em oito regiões (Gabu, Bafata, Cacheu, Oio, Tombali, Quinara, Biombo e Bolama Bijagós) e um Sector Autónomo, que é a de Bissau. Cada região é composta dos sectores e estes por secções. Os Governos Locais funcionam normalmente como administrados das políticas formuladas a nível central e não são eleitos a nível local, pois ainda não se realizaram as eleições municipais no país. Normalmente os Ministérios da Administração territorial ou do interior caso este primeiro não exista é que tem por mandato eleger os governadores regionais e sectorias. Estas nomeações têm muitas das vezes o cunho político em pertencer ao partido A ou ao partido B.

Estes administradores asseguram o normal funcionamento dos órgãos da administração local e são responsáveis pela implementação e execução de políticas do governo central.

Ainda existem as delegacias regionais de agricultura que representam o Ministério do Desenvolvimento Rural nas Regiões.

No início dos anos 90, o PAIGC reativou os regulados, como sendo o poder tradicional outrora existente, a semelhança da época colonial. Estes régulos são vistos como sendo autoridades de apoio a coesão social e de referencias para questões de justiça. Em muitos dos casos administram terras e resolvem conflitos de forma tradicional a nível da sua área de influencia.

### **1.3 – Contexto Político e Legal**

A Conferência de Rio de Janeiro de 1992 foi o marco da assumpção dos problemas ambientais na Guiné-Bissau. O país assinou e ratificou todas as Convenções do Rio (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica e Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação). A partir desta data os sucessivos governos vêm preocupando com a integração da gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente nos seus programa e políticas, principalmente nos sectores de agricultura, pesca e energia. Foram elaborados muitos documentos estratégicos de gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente a salientar: A Lei de terra; O Plano Nacional de segurança Alimentar; O Plano Nacional de Alimentação e Nutrição; O Plano de Acção Institucional; O Plano de Acção do Desenvolvimento Agrícola; O Plano Nacional de Gestão dos Recursos Naturais; O Desenvolvimento de uma segurança alimentar durável na perspectiva de luta contra a pobreza; A Carta de

Política do Desenvolvimento Agrário; A Estratégia de Segurança Alimentar; O Plano de Acção Florestal Nacional; A Estratégia Nacional de Biodiversidade.

No âmbito da integração sub-regional (UEMOA e CEDEAO), o país subscreveu alguns Planos/Programas/Políticas comuns relacionados a GST tais como: Política Comum para a melhoria do ambiente (PCAÉ); Livro Branco de CEDEAO/UEMOA sobre energia; Política Comum de Agricultura e Política Comum sobre Ordenamento do Território.

Ao nosso ver urge a necessidade de integração destes documentos nos programas, planos, projectos e políticas do desenvolvimento nacional de modo a permitir uma gestão eficaz dos nossos recursos naturais e do ambiente.

### **1.3.1 - Lei da Terra (Descentralização e poder local)**

A Lei colonial que outrora imperava, o Decreto 43893, de 1961 concebia dois tipos de direito de propriedade: a do Estado e a das Comunidades, chamadas áreas reservadas.

A do Estado, no sentido de que toda a terra era propriedade do Estado e disponível para distribuição, excepto nas áreas em que se restringia por lei ou por regulamento.

A das Comunidades, chamadas áreas reservadas ou de uso protegido aos nativos, incluía apenas as terras cultivadas e as zonas residenciais, excluindo, nomeadamente as zonas de pousio e as áreas de colecta.

Após a independência da Guiné-Bissau, em 1974, o Estado Novo adoptou a lei 4/75 que nacionaliza a terra e Determinou que: *“O solo, na totalidade do território nacional, quer seja urbano, rústico ou urbanizado e integrado no Domínio público do Estado, sendo insusceptível de redução a propriedade particular”*.

Esta Lei visava essencialmente chamar a propriedade, o direito sobre a terra, o solo e o subsolo e impelir um novo conceito sobre o direito de uso da terra em que o não uso, no sentido de não utilizado económico constitui um elemento fundamental para perda desse direito, usando a expressão a terra e de quem a aproveita.

Com este diploma da Lei da Terra pretende-se regulamentar esta nova lógica, cujos grandes objectivos são:

- a) Garantir a terra as comunidades locais no limite em que possam dar-lhe utilidade económica;
- b) Incorporar o regime costumeiro da terra no direito positivo, assim como as instituições que as representam;
- c) Estimular o investimento na terra através da criação de um valor de mercado para a terra

Pretende-se com esta abordagem analisar os artigos constantes nesta lei que está directamente ligado com as posses rurais de terra e de grupos da comunidade local, como também dos aspectos imediatos.

No capítulo I, artigo 3º, alínea c) da presente lei a Comunidade Local: é definida como *“entidade consuetudinária de base territorial, correspondente ao agregado formado por famílias e indivíduos residentes em certa circunscrição do território nacional (tabancas ou conjunto de tabancas), para prossecução de interesses históricos, económicos, sociais e culturais comuns e que inclui as áreas habitacionais, agrícolas e florestais, as pastagens, os pontos de água, os sítios de importância cultural e as respectivas zonas de expansão”*.

Na alínea b) do mesmo capítulo e articulado o Uso consuetudinário é definida como sendo a “*utilização da terra de acordo com as regras, costumes e praticas tradicionais e constantes de uma determinada Comunidade Local, que definem poderes e deveres recíprocos e disciplinam a sua gestão*”.

Na alínea d) é definida a Concessão Rural como sendo “*o contrato administrativo, oneroso ou gratuito, pelo qual o Estado transfere para uma entidade particular o uso privativo da terra, para fins agrícolas, pecuários, agro-pecuários, agro-industriais, silvícolas e turísticos, em zonas localizadas fora dos limites das áreas urbanas*”.

No que se refere ao articulado 5º, sobre a gestão de terra, esta deverá observar alguns princípios fundamentais, tais como o cabimentado no nº 1, na sua alínea a) que define que a “*protecção dos solos é de interesse geral e integra as políticas de protecção do ambiente e do desenvolvimento sustentado*”.

A alínea b) define que “*os solos constituem património comum e um recurso natural não renovável de importância vital para a humanidade, presente e futura*”

A alínea c) define que a “*utilização dos solos tomará em consideração a multiplicação das suas funções ecológicas e a sua consideração como recurso limitado*”.

Na alínea d) “*a protecção dos solos deverá ser tomada em consideração na definição das políticas agrícolas, silvícolas, industriais, de transporte, urbanismo e de ordenamento do território*”

A alínea e) preconiza que “*a política de protecção dos solos deve ser acompanhada de um processo de informação e de participação dos cidadãos*”.

Todas estas alíneas do nº 1 do articulado 5º visam interditar o uso descontrolado das terras, o que permitirá estabelecer critérios de uso visando a uma gestão sustentável de terras.

O nº 2 discrimina os órgãos com competências no que concerne a gestão integrada dos solos.

O Capítulo VIII No seu articulado 44º discrimina as competências das Comunidades Locais que são:

*“Gerir e distribuir as terras de uso consuetudinário as populações residentes no interior das Comunidades, de acordo com os costumes e praticas locais”;*

*“Dar parecer nos casos de transmissão dos direitos de uso consuetudinário a terceiros não residentes, nem vizinhos da Comunidade e nos casos da sua conversão em concessão”;*

*“Dar parecer sobre os processos de atribuição de direitos de uso privativo por concessão, em terrenos sob a sua jurisdição”;*

*“Organizar e coordenar os processos de consulta pública nos casos em que for obrigatória”;*

*“Gerir e administrar a parte das receitas resultantes da cobrança de taxas, que lhe cabe, nos termos da lei”.*

A resolução de conflito é referida no Capítulo IX (Disposições finais e transitórias) no seu articulado 48º e estipula que “*Sem prejuízo dos mecanismos de mediação e de arbitragem previstos na presente lei e sem prejuízo dos direitos de reclamação graciosa e de recursos hierárquicos, aos titulares de direitos e interesses legalmente protegidos e garantido o direito a recurso judicial, nos termos e prazos legais, para dirimir conflitos resultantes da aplicação e da execução da presente lei e dos contratos*”.

### **1.3.2 - Carta de Política Agrária**

A Carta de Política de Desenvolvimento Agrário (CPDA) inscreve-se no quadro da política económica e social do Governo. Apresenta de maneira coerente as diferentes políticas sub-sectoriais (agricultura, pecuária e florestas) e as suas interações com os outros sectores, nomeadamente pescas, obras públicas, recursos naturais, ambiente, educação, promoção do género e comércio. A sua elaboração baseou-se numa abordagem participativa, que compreende um processo de concertação de todos os actores do desenvolvimento rural, como, os produtores, os agrupamentos e as associações profissionais, etc.

A presente CPDA situa-se no seguimento de um processo evolutivo permitindo a integração de ensinamentos decorrentes da implementação da primeira CPDA adoptada em 1997. Nela foram fixados quatro objectivos prioritários:

1. Garantir a segurança alimentar;
2. Aumentar e diversificar as exportações agrícolas;
3. Assegurar a gestão racional e a preservação dos recursos agro-silvo-pastoril;
4. Melhorar o quadro de vida das populações rurais.

Garantir a segurança alimentar: O Governo optou pela segurança alimentar em vez da auto-suficiência alimentar, que visava apenas a melhoria de produção quantitativa de géneros alimentares para cobrir o défice existente.

Aumentar e diversificar as exportações agrícolas: Isto foi para estancar a monocultura de caju. O caju representa uma vantagem comparativa para a Guiné-Bissau e continuará a ser, no futuro, uma componente essencial dos rendimentos das populações rurais. No entanto, é importante diversificar as exportações agrícolas (mangas, citrinos, frutos silvestres, madeiras processadas, etc.) para evitar dependência excessiva ao mercado do caju.

Assegurar a gestão racional e a preservação dos recursos agro-silvo-pastoril: Isto visa manter em estado de equilíbrio o capital nacional de recursos naturais (florestas, solos, água, biodiversidade) através de um nível aceitável de exploração e da realização de acções apropriadas de preservação e conservação.

Melhorar o quadro de vida das populações rurais: O desenvolvimento económico do sector rural não poderá atingir os seus objectivos sem que haja em paralelo um desenvolvimento harmonioso do nível de vida, isto é, fixar para as comunidades rurais objectivos ambiciosos em matéria de saúde, educação, habitação, hidráulica rural, saneamento e lazer.

Pretende-se com esta CDPA promover a segurança alimentar e ao mesmo tempo reduzir a dependência do exterior em termos de alimentos.

### **1.3.3 - Plano Nacional de Gestão Ambiental**

O Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA) é um documento quadro de orientação e de regulação das acções ambientais na Guiné-Bissau. Integra as principais preocupações dos outros sectores de desenvolvimento, não só em termos de conservação mas também de desenvolvimento como tal.

Um dos objectivos do PNGA é contribuir para o desenvolvimento sócio-económico durável e sustentável do país, e apoiar na procura de soluções a fim de garantir a segurança alimentar, erradicação da pobreza, conservação dos recursos naturais e controlo do avanço da desertificação, assim como minimizar os impactes antrópicos que influem na alteração climática.

Como objectivos específicos ligados a GST, o PNGA alicerça-se:

- ✓ Na gestão participativa, que passaria pelo desenvolvimento e apoio na implementação de uma gestão descentralizada e participativa dos recursos naturais; no reforço de capacidade de intervenção de diferentes categorias de actores na gestão do sector ambiental; no apoio a diferentes associações de base, assim como aos produtores (organizações camponesas, organizações profissionais, agrupamentos de interesses económicos, etc.) e outros parceiros da sociedade, como as ONGs, para que possam desempenhar um papel preponderante e abrangente na gestão dos recursos naturais.
- ✓ Nos aspectos institucionais e legislativos, em que se deveria reforçar a capacidade institucional de modo a poder assegurar a coordenação, o controle e o seguimento da implementação do PNGA; harmonizar as leis e regulamentos de natureza ambiental em vigor e elaborar.
- ✓ Na protecção e conservação, pautando-se em desenvolver acções que permitam uma utilização racional dos recursos naturais em geral, e a salvaguarda dos recursos biológicos ameaçados, em particular; proceder à obrigatoriedade da realização de estudos de impacte ambiental a nível de todos os projectos susceptíveis de repercussão no ambiente; promover a utilização da energia novas e renováveis (solar, eólica, hídrica, etc.).
- ✓ Na cooperação e Gestão das Convenções no domínio do Ambiente, em que se deveria velar pelo respeito e cumprimento das diferentes convenções, acordos e tratados internacionais assinados e ratificados pelo país no domínio do ambiente; desenvolver programas de cooperação sub-regional e internacional em matéria do ambiente e capitalizar os já existentes; promover a participação de técnicos nacionais a nível internacional na definição das grandes directrizes em matéria da recuperação, protecção e conservação do ambiente;
- ✓ No equilíbrio do desenvolvimento, que passaria por equilibrar as interacções entre o meio rural e urbano e um desenvolvimento nacional equilibrado sustentável, com base no uso racional dos recursos naturais; promover o desenvolvimento de actividades económicas privadas com base em tecnologias produtivas/ transformativas eficientes e ambientalmente aceites; criar e melhorar infra-estruturas de apoio à produção, transformação e comercialização que viabilizem a sustentabilidade e durabilidade do desenvolvimento.

#### **1.3.4 – Projecto Lei de Base do Ambiente**

No preâmbulo da lei de bases do ambiente existem quatro parágrafos que achamos pertinente reproduzir:

*“A terra costuma ser definida como uma unidade física, em termos de sua topografia e sua natureza espacial, mas uma visão integradora mais ampla também inclui no conceito os recursos naturais; os solos, os minérios, a água, ar e a biodiversidade que compõem a terra. Esses componentes estão organizados em ecossistemas que oferecem uma grande variedade de serviços essenciais para a manutenção da integridade dos sistemas que sustentam a vida e a capacidade produtiva do ambiente”.*

*“A terra é um recurso finito, enquanto os recursos naturais que ela sustenta podem variar com o tempo e de acordo com as condições de gestão e os usos a eles atribuídos. As crescentes necessidades humanas e a expansão das actividades económicas estão exercendo uma pressão cada vez maior sobre os recursos terrestres, criando competição e conflitos e tendo como resultado um uso impróprio tanto da terra como dos recursos terrestres”.*

*“Se queiramos, no futuro, atender às necessidades humanas de maneira sustentável, é essencial resolver hoje esses conflitos e avançar para um uso mais eficaz e eficiente da terra e de seus recursos naturais. A abordagem integrada da planificação e de gestão física e do uso da terra é uma maneira eminentemente prática de fazê-lo. Examinando todos os usos da terra de forma integrada é possível reduzir os conflitos ao mínimo, fazer as alternâncias mais eficientes e vincular o desenvolvimento social e económico com a protecção e melhoria do ambiente”.*

*“Na tentativa de possibilitar a exploração dos recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais”.*

Estes parágrafos demonstram claramente quão importante é o recurso terra. Por isso devemos preservá-lo, através da sua gestão sustentável com a implicação de todos os actores intervenientes na sua gestão.

Seguidamente apresenta-se excertos dos artigos relacionados com a gestão sustentável de terras e dos recursos naturais, sem descurando dos actores intervenientes na GST.

No seu artigo 1º, no nº 2 *“ A política de ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento durável”.*

No seu artigo 3º, alínea d) – **do equilíbrio ecológico** *“devem criar-se os meios adequados para assegurar a integração das políticas de crescimento económico e social e de conservação da natureza, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmónico e sustentável”.*

- e) - da participação** *“os diferentes grupos sociais devem intervir na formulação e execução da política do ambiente e do ordenamento do território, através dos órgãos competentes de administração central, regional e local e de outras pessoas colectivas de direito público ou de pessoas colectivas e entidades privadas”;*
- f) – da unidade de gestão e acção** *“deve existir um órgão nacional responsável pela política do ambiente e ordenamento do território, que normalize e informe a actividade dos agentes públicos ou privados interventores, como forma de garantir a integração da problemática do ambiente, do ordenamento do território e do planeamento económico, quer a nível global, quer sectorial”;*
- g) – da cooperação internacional** *“significa a procura de soluções concertadas com outros países ou organizações internacionais para os problemas do ambiente e da gestão dos recursos naturais”;*

**No articulado 4º, alínea i)** *“A promoção da participação das populações na formulação e execução da política de ambiente e qualidade de vida, bem como o estabelecimento de fluxos contínuos de informação entre os órgãos da Administração por ela responsáveis e os cidadãos a que se dirige”;*

No seu articulado 13º (solo), pontos 1,2,3,4 e 5

1. *“A defesa e valorização do solo como recurso natural determina a adopção de medidas conducentes à sua racional utilização, a evitar a sua degradação e a promover a melhoria da sua fertilidade e regeneração,*

*incluindo o estabelecimento de uma política de gestão de recursos naturais que salvguarde a estabilidade ecológica e os ecossistemas de produção”.*

2. *“Será condicionada a utilização de solos agrícolas de elevada fertilidade para fins não agrícolas, bem como plantações, obras e operações agrícolas que provoquem erosão e degradação do solo, o desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade e outros efeitos perniciosos”.*
3. *“Aos proprietários de terrenos ou seus utilizadores podem ser impostas medidas de defesa, valorização e restauração dos mesmos, nos termos do n.º 1 deste artigo, nomeadamente a obrigatoriedade de execução de trabalhos técnicos, agrícolas ou silvícolas, em conformidade com as disposições em vigor”.*
4. *“O uso de biocidas, pesticidas, herbicidas, fungicidas, adubos, correctivos ou quaisquer outras substâncias similares, bem como a sua produção e comercialização, serão objecto de regulamentação especial”.*
5. *“A utilização e a ocupação do solo para fins urbanos e industriais ou implantação de equipamentos e infra-estruturas serão condicionadas pela sua natureza, topografia e fertilidade”.*

### **1.3.5 - Quadro Estratégico da Segurança Alimentar**

O objectivo geral do quadro estratégico da segurança alimentar é de assegurar o acesso dos guineenses, a qualquer momento, aos alimentos necessários para ter uma vida sã e activa. Ainda pretende criar condições para uma segurança alimentar duradoura a nível nacional e regional e reduzir estruturalmente a pobreza e as desigualdades sócias na Guiné-Bissau

Oito linhas de intervenção prioritárias constituem os objectivos específicos do quadro estratégico da segurança alimentar e de luta contra a pobreza na Guiné-Bissau, e são apontadas seguidamente:

1. Aumento da produção e da produtividade agrícola e alimentar;
2. Diversificação e o desenvolvimento das culturas agrícola e alimentar;
3. Desenvolvimento da criação de animais de ciclo curto;
4. Modernização e a intensificação da pesca artesanal;
5. Reforço das capacidades das organizações de agricultores e as estruturas de apoio a produção, bancos de crédito, equipamentos;
6. Reforço do sistema de alerta precoce e funcionalidade de um dispositivo de intervenção;
7. Criação de um sistema eficiente de troca de produtos agropecuário e de pesca entre e intra comunidades;
8. Criação de actividades geradoras de emprego e rendimento.

Apoia na definição correcta da segurança alimentar e cobre os quatro pilares que são as principais causas da segurança alimentar em geral e na zona saheliana em particular:

1. Disponibilidade de alimentos de boa qualidade;
2. Acessibilidade de alimentos pelas populações;
3. Estabilidade dos abastecimentos no espaço e o tempo;
4. Utilização óptima dos alimentos pelos indivíduos.

Pretende-se com este quadro promover uma agricultura rentável, diversificada e sustentável e regionalmente integrada. Isto passaria pela valorização optimal dos recursos naturais no âmbito da gestão sustentável dos sistemas de produção agrícola e agro-pastoril; pela resposta da agricultura saheliana à crescente diversificação de produtos agrícolas e agro-alimentar; pela resposta eficaz na procura de produtos agrícolas e agro-alimentares e pelo aumento da produção haliêutica numa perspectiva de sustentabilidade.

### **1.3.6 - Lei de Minas**

A Lei de Minas foi publicada no Boletim Oficial nº 30 de 24 de Julho de 2000. Destina-se a estabelecer as disposições que regulam os direitos relativos aos recursos minerais do país, os regimes do seu aproveitamento,

a competência para a execução e fiscalização do cumprimento dos seus objectivos que são a prospecção, a mineração, o tratamento e a comercialização dos recursos minerais no território nacional.

No seu articulado 2º, a lei abrange todos os assuntos relacionados com a exploração e a produção comercial de substâncias minerais porventura existentes no solo ou no sub-solo e sob as águas territoriais com excepção do petróleo.

No que se refere ao direito de posse, o articulado 3º afirma que

*“ O solo, o sub-solo, as águas e todos os recursos minerais pertencem ao Estado e as suas posses são ilaniáveis, imprescritíveis e inextinguíveis. Todos os direitos de posse, prospecção, extracção, tratamento e alienação de minerais e dos seus sub-produtos são através do seu órgão encarregue do sector.”*

Quanto aos direitos de mineração, o articulado 7º preconiza que *“ Os direitos de mineração serão concedidos e exercidos exclusivamente de acordo com um sistema sob o qual qualquer indivíduos ou qualquer entidade poderão ter acesso através de um processo público normalizado.”*

Achou-se pertinente trazer algumas definições constantes nesta Lei de Minas, que está directamente ligada com a nossa temática de GST:

No Capítulo II, articulado 9º, ponto 5, a Comunidade é definida como sendo *“uma autoridade tradicional legal, reconhecida pelo Estado, para dirigir os afazeres de grupos de pessoas ligadas por laços de tradição local, através de costumes tradicionais, ao abrigo do sistema legal.”*

No mesmo Capítulo e articulado, ponto 7, o Contrato de Acesso é definida como sendo *“um contrato celebrado voluntariamente ou através de arbitragem, entre o titular de um Direito de Mineração e qualquer proprietário, ocupante legal ou Comunidade, que tenham direitos reconhecidos pelo Governo à suficiente de terras relativamente às quais subsista tal Direito de Mineração, ou que seja necessário proporcionar acesso às terras abrangidas pelo Direito de Mineração, para regular a prospecção e as operações de mineração e/ou outras actividades a ser executadas nessas terras que esta Lei autoriza.”*

No ponto 9 do mesmo Capítulo e articulado, o Direito da Mineração Artesanal significa *“um Direito exclusivo de mineração concedidos a cidadão nacionais originários, nos termos e condições desta Lei.”*

### **1.3.7 - Antiprojecto da Lei Quadro das Áreas Protegidas**

Com vista a fazer face às diferentes pressões e ameaças à conservação da diversidade biológica no meio natural, atenuando ou mesmo eliminando a degradação dos habitats e dos ecossistemas e promovendo, por conseguinte, um desenvolvimento sócio-económico perene, o Governo da Guiné-Bissau, estabeleceu numa das suas políticas sectorial que a utilização durável e participativa do seu património biológico e natural é uma prioridade.

Assim, para a prossecução desta linha de pensamento criou várias zonas de conservação dentro do território nacional, conhecidas como uma rede nacional das áreas protegidas e elaborou por revisão a lei-quadro das áreas protegidas como sendo um instrumento de conservar a biodiversidade terrestre ou marinha da Guiné-Bissau, a fim de salvaguardar os interesses da população local que também são partes da gestão e conservação dos ecossistemas através do processo participativo.

Pretende-se analisar os artigos constantes neste antiprojecto que está directamente ligado com as comunidades locais e mecanismos de gestão racional dos recursos naturais.

No Capítulo I (Das disposições gerais), artigo 1º – âmbito, é referido que:

*“O presente diploma aplica-se a toda e qualquer parcela do território nacional classificada como uma área protegida e visa, designadamente, salvaguardar os ecossistemas, as populações animais e vegetais que nela abrigam a sua diversidade biológica bem como promover o seu desenvolvimento durável”.*

Isto demonstra que na elaboração do presente diploma tiveram em linha de conta as preocupações de gestão racional dos recursos naturais, pois a abordagem visa a promoção de um desenvolvimento sustentável dentro dos parques e nas zonas limítrofes.

No artigo 2º, na alínea g) um dos objectos de uma área protegida é “a promoção e o apoio ao desenvolvimento e utilização durável dos recursos naturais, visando o desenvolvimento económico e bem estar das comunidades”.

No artigo 4º do presente diploma, alínea h) é definida a área protegida de recursos naturais administrados como sendo “uma área contendo os sistemas naturais, em grande parte não modificados, administrados de forma a assegurar a protecção e a manutenção a longo prazo da diversidade biológica, tendo em vista garantir a durabilidade das funções e dos produtos naturais necessários ao bem estar da comunidade”; e na alínea i) a área protegida comunitária é definida como sendo “uma área que visa promover a gestão dos espaços e dos recursos, assente na recuperação e actualização das regras tradicionais e científicas de gestão dos recursos naturais”.

**No Capítulo III, artigo 11º, ponto 1 (órgãos), alínea d)** o Conselho de Gestão de cada área protegida é um dos **órgãos de administração** das áreas protegidas. No articulado 16º do presente Capítulo é definido a composição do Conselho de Gestão. Nas alíneas b), c), d) e e) os Representantes das comunidades residentes; os Representantes das autarquias locais; os Representantes das demais administrações do Estado cuja competência em razão da matéria corresponda ao interesse ou actividades presentes na área e Representantes das ONG’s e empresas locais concernentes, respectivamente são membros que compõe o Conselho de Gestão e são aqueles que estão ligados com a GST

No nº 2 é estipulado que “o número de representantes de cada categoria bem como as entidades encarregadas de os designar será determinado por despacho fundamentado do Director do IBAP sendo até metade preenchido por representantes das comunidades residentes”. No artigo 19º (**medidas de emergência**), **ponto 1 é definida que** “Persistindo os motivos descritos no número anterior e após consulta às comunidades representativas da respectiva área protegida, pode suspender os membros ou mesmo extinguir o Conselho de Gestão ou ainda suspender ou exonerar o seu Presidente, conforme a gravidade da situação”.

Ainda no Capítulo IV (**Da Gestão das áreas Protegidas**), **Secção I, artigo 23º** que tem haver com **concessão de títulos de exploração é definida que** “Quando o exercício de uma actividade esteja sujeita à aplicação do artigo anterior, os títulos de exploração poderão ser concedidos individualmente ou a uma comunidade residente que manifestar interesse. Neste último caso, a comunidade deve explorar colectivamente ou repartir pro rata os direitos de exploração entre seus membros”.

Isto demonstra que a comunidade local tem a sua voz no processo de tomada de decisão na gestão dos Parques.

No artigo 24º, do Capítulo IV, sobre a **protecção dos litorais e margens é definida no ponto 1 que** “uma faixa de floresta ou de vegetação natural deve ser conservada nos limites da área protegida, no litoral, nas margens dos estuários, lagos ou cursos de água que estejam inscritos no plano de gestão”.

Ainda **No Capítulo V (Das disposições especiais), artigo 34º** é definida que “As áreas protegidas não podem ser objecto de nenhuma concessão ou licença ou qualquer decisão cuja realização seria susceptível de modificar o estado natural do lugar”, no seu ponto 1 e no seu ponto 2 “O acesso aos espaços das florestas e sítios sagrados que se encontrem situados num parque ou outra categoria de áreas protegidas fica condicionado à prévia autorização das comunidades a eles ligadas”.

Isto demonstra que na elaboração do presente anteprojecto houve a preocupação com a conservação das

áreas protegidas e dos ecossistemas limítrofes, o que poderá desincentivar certas acções antrópicas incongruentes.

**No artigo 29º, Sub-Secção III, A zona de desenvolvimento durável é definida como sendo “áreas destinadas às formas de desenvolvimento económico que beneficiam as comunidades residentes e contíguas de cada área protegida através da exploração durável dos diversos recursos naturais que estas zonas oferecem ou que possam vir a oferecer”.**

**1.3.8 - Plano Director Florestal Nacional A política florestal extraída do plano de acção florestal centra-se em sete eixos prioritários:**

1. Controlo fundiário, que passa pela definição legal dos espaços florestais;
2. Implementação de um plano director de desenvolvimento florestal comunitário participativo, descentralizado para e pelas comunidades;
3. Diminuição de pressão nas florestas pela agricultura itinerante e criação de gado;
4. Promoção da gestão florestal sustentável;
5. Aplicação das disposições fiscais e aduaneiras;
6. Formação dos quadros florestais e da pecuária em diversos níveis;
7. Criação de um programa de investigação a longo prazo relativamente aos ecossistemas tropicais frágeis, com ênfase a conservação e a biodiversidade.

Esta política deverá ser levada a cabo no âmbito de uma estratégia do sector florestal a nível da qual catorze projectos propostos. Pretende-se com esta política estancar a pressão galopante que as florestas da Guiné-Bissau têm estado a sofrer neste últimos anos.

**1.3.9 – Planos e Programas sectoriais nacionais, bilaterais e multilaterais ligados ao uso de terra**

**1.3.9.1 - Projecto sobre Degradação de Terras** O processo da elaboração deste projecto foi participativo e envolvia todos os actores, tais como as entidades públicas, ONGs, sector privado, organizações de base, agricultores e parceiros de desenvolvimentos, dado que os fenómenos da degradação da terra e da conservação do recurso natural constituem um desafio para a Guiné-Bissau. O país situa-se na transição entre a zona da floresta e a zona da savana de África ocidental. Tem actualmente grande percentagem de terras degradadas. Em média perde-se mais de 50000 ha de florestas devido a desflorestação para instalação de pomares de caju cuja consequências já estão visíveis; a degradação das terras agrícolas advindo da aplicação de técnicas agrícolas insustentáveis e impróprias para a gestão sustentável de terra como resultado a salinização e a acidificação das bolanhas.

O objectivo deste projecto é de reforçar as capacidades nacionais na matéria de gestão sustentável de terra. A longo prazo preconiza contribuir na mitigação da degradação da terra através de reforço de capacidade institucional e individual assim como pela integração de gestão sustentável de terra nas estratégias de desenvolvimento nacional com o propósito de melhorar as condições de vida das populações guineenses.

Neste projecto almeja-se que: o Plano de Acção Nacional de Luta Contra Desertificação (PAN/LCD) seja terminado; as capacidades institucionais, técnicas, organizacionais e legais do país na matéria de GST/LCD sejam reforçadas; seja harmonizada e integrada a GST/LCD nas políticas/projectos/programas/planos de desenvolvimento; o plano de investimento a médio prazo de GST/LCD seja desenvolvida e executada; seja estabelecida a gestão e aprendizagem adaptada.

### **1.3.9.2 – Projecto de Reabilitação do Sector Agrário e Rural**

Projecto de Reabilitação do Sector Agrário e Rural (PRESAR) tem por objectivo principal, relançar a produção agrícola através de reabilitação e ordenamento hidro-agrícolas e das infra-estruturas rurais, reforço de capacidades das organizações camponesas e das estruturas de enquadramento sedeadas nas zonas de intervenção do projecto (Regiões de Biombo, Cacheu, Oio, Bafatá e Gabú).

Os componentes principais deste projecto são:

1. Reabilitação das infra-estruturas hidro-agrícolas e rurais;
2. Apoio a produção agrícola e a promoção da pecuária;
3. Apoio a comercialização;
4. Gestão e coordenação do projecto.

Estima-se em aproximadamente 600000 habitantes, o número dos beneficiários deste projecto

### **1.3.9.3 – Programa de Acção Nacional de Adaptação aos efeitos Negativos das Mudanças Climáticas**

O Programa de Acção Nacional de Adaptação aos efeitos Negativos das Mudanças Climáticas (PANA) foi financiado pelo Fundo Mundial do Ambiente e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (FMA/PNUD) a fim de assistir aos Países Menos Avançados (PMA) na identificação das actividades prioritárias para responder as suas necessidades imediatas e as preocupações mais urgentes no que concerne à adaptação aos efeitos negativos das mudanças climáticas. A sua elaboração foi efectuada com vista a avaliar a vulnerabilidade do país e propor medidas e actividades prioritárias de adaptação visando a reduzir e ou atenuar os efeitos negativos das mudanças climáticas e de aplicar as medidas de alerta precoce e de previsão que permitirá reagir às futuras catástrofes.

O Governo pretendeu com a elaboração do PANA integrar o aspecto de riscos climáticos e as as acções cabimentadas no PANA nos programas/projectos/planos e nas políticas do desenvolvimento.

Para atender as preocupações dos grupos mais vulneráveis às mudanças climáticas, foi adoptada a abordagem participativa e elegeram-se certas acções estratégicas como prioritárias que visam, essencialmente, aumentar o nível de segurança alimentar das populações do mundo rural, com vista a reforçar-lhes a sua capacidade de adaptação, reduzir a pressão sobre os recursos florestais e haliêuticos e melhorar o acesso à água potável para o consumo humano e para o gado. Os sectores identificados como prioritários foram: o agrário, os recursos hídricos, a saúde e a zona costeira.

Para estes sectores foram identificados 14 projectos passíveis de serem financiados, que serão integrados. Aguarda-se a qualquer momento a disponibilização do fundo de adaptação para a sua implementação. Espera-se que as capacidades nacionais de todos os actores ligadas a GST sejam reforçadas na matéria de adaptação a fim de de puder fazer face aos fenómenos imprevisíveis do clima.

**1.3.9.4 - Estratégia e Plano de Acção para a Biodiversidade**A Guiné-Bissau é um país de biodiversidade. Mesmo em termos étnicos o país é composto por mais de trinta etnias. Rica em diversidade biológica que constitui a base de sustento e de economia de grande parte da população nacional, a nível central e a nível rural.

A elaboração da Estratégia e Plano de Acção para a Biodiversidade, decorre na continuação dos esforços empreendidos pelo Governo na aplicação das disponibilidades da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB), e foi financiado pelo FAM/PNUD. Pretende-se com esta estratégia e plano de acção facultar uma análise sobre o estado actual dos recursos da biodiversidade da Guiné-Bissau, identificar os principais estrangulamentos relativamente a sua conservação e utilização, definir estratégias e principais acções a empreender para garantir a sua durabilidade, não descurando com as estratégias e perspectivas já traçadas por outros sectores de desenvolvimento e opções no âmbito dos estudos prospectivos.

O objectivo da Estratégia nacional e Plano de acção para a Biodiversidade vai ao encontro ao consignado no artigo primeiro da CDB em que as Partes Contratantes, devem:

- Conservar a diversidade biológica,
- Utilizar de forma sustentável os seus componentes, e
- Partilhar justa e equitativamente os benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos, (através de outros canais e do acesso apropriado desses recursos e da cooperação tecnológica, tendo em conta todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, e pelo financiamento adequado).

Os Objectivos desta estratégia e plano de acção a nível nacional cingem em:

- Proteger os ecossistemas;
- Proceder com arborização e repovoamento florestal
- Optimizar os recursos hídricos
- Explorar novas fontes de energias, para pôr limitar a pressão nas florestas em busca de energia doméstica (lenha e carvão)
- Lutar contra a erosão dos solos
- Lutar contra a salinização das zonas costeiras e fluviais
- Lutar contra a erosão costeira e dos estuários
- Reforçar a participação da sociedade civil tendo como base a educação e a formação ambiental
- Reforçar a capacidade de intervenção da Administração Pública, Central e Regional, para dar resposta aos principais problemas ligados ao ambiente
- Proceder com recolha, sistematização e divulgação de informação que seja a base de um progressivo conhecimento do território, de maneira a encontrar soluções adequadas para as questões ambientais
- Sanear o ambiente urbano em toda a sua envolvente
- Promover a Cooperação internacional

A participação do cidadão, das populações, a abordagem integrada e a parceria constituem a estratégia de implementação das acções de conservação e de utilização da biodiversidade.

Para atingir os objectivos preconizados é necessário promover:

1. A durabilidade agrícola;
2. A durabilidade da floresta; Áreas Protegidas (Terrestres, Marinhas, Costeiras, Zonas húmidas, etc.);
3. A durabilidade da pecuária;
4. A durabilidade das Pescas;
5. O ordenamento do território;
6. A educação, formação e sensibilização;

7. A pesquisa;
8. Os aspectos legais e institucionais;
9. As questões internacionais;
10. A definição do interlocutor privilegiado a nível do Governo para as questões ambientais.

#### **1.3.9.5 - Projecto de Reabilitação Rural e Desenvolvimento Comunitário (PRRDC)**

O Projecto de Reabilitação Rural e Desenvolvimento Comunitário (PRRDC) tem como objectivo geral lutar contra a pobreza no meio rural, através da melhoria das condições de vida e dos rendimentos das populações alvo, nomeadamente, mulheres e jovens e promover a gestão durável dos recursos naturais. Como objectivo específico o projecto visa reforçar as capacidades das populações alvo de maneira a se tornarem como motores essenciais, em parceria com os outros actores associativos privados e públicos, da construção progressiva de um tecido de desenvolvimento local no seio da qual eles poderão exprimir, socializar e executar com sucesso suas iniciativas económicas e sociais.

O projecto será executado nas regiões de Quinara e Tombali, e conta com 4 componentes:

1. Reabilitação das infra-estruturas rodoviárias e dos serviços sociais de base;
2. Reforço de capacidades e animação;
3. Relance e desenvolvimento da economia rural;
4. Gestão de projecto

#### **1.3.9.6 – A Estratégia de Luta Contra Pobreza**

A estratégia de luta contra pobreza (DENARP) decorre das decisões procedentes do estudo prospectivo a longo prazo cujo horizonte é fixado à 2025 como nos outros países-membros do CILSS. Neste documento, é indicado que o desenvolvimento da Guiné-Bissau dependerá da erradicação da pobreza, e para tal, seria necessário ter em conta não somente os aspectos macroeconómicos, mas também os aspectos sociais, humanos, ambientais e institucionais. Isto significa que as perguntas como a boa Governança, a luta contra a corrupção, o respeito dos direitos do homem, a igualdade entre os sexos, o reforço das capacidades institucionais, a melhoria da oferta dos serviços sociais, o aumento da produção agrícola e das pescarias, a preservação do ambiente, etc.... devem ser considerados.

Os seus objectivos a longo prazo inscrevem-se nos compromissos internacionais e nacionais definidos durante vários encontros incluindo a declaração do milénio, a conferência Países Menos Avançados, a cimeira mundial sobre o desenvolvimento sustentável, etc.

Até 2015 foram fixadas algumas metas: a redução da incidência da pobreza de maneira duradoura; a redução à 3/4 a taxa de mortalidade materna que é um de mais elevado da sub-região; a retoma do programa com o FMI e do Banco Mundial.

Foram ainda fixados os objectivos a curto prazo (2003-2005) que não foram atingidos devido a instabilidade política e má governação.

#### **1.3.10 – Política sub regional**

##### **1.3.10.1 – Política Comum para a Melhoria do Ambiente (PCMA)**

A assinatura do Tratado da União Económica e Monetária da Africa Ocidental (UEMOA), a 10 de Janeiro por Bénin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo marcou a vontade destes países de criar uma base económica sólida para a moeda comum Francos CFA e estabelecer um mercado regional vasto capaz de

gerar economia de escala em prol do desenvolvimento económico da região. A Guiné-Bissau aderiu a união no dia 2 de Janeiro de 1997.

Um dos objectivos fixados pelo Tratado foi:

*“Instituir uma coordenação de políticas sectoriais nacionais, para a implementação de acções comuns e eventualmente de políticas comuns nos domínios de recursos humanos, gestão do território, transportes e telecomunicações, ambiente, agricultura, energia, industria e minas”.*

O Protocolo Adicional nºII do Tratado, relativamente as políticas sectoriais, define as orientações de uma Política Comum para a Melhoria do Ambiente (PCMA):

- a) A luta contra desertificação;
- b) A protecção dos recursos naturais e da biodiversidade;
- c) A melhoria do ambiente no meio rural e urbano;
- d) A exploração das energias renováveis e particularmente a energia solar;
- e) A luta contra a erosão costeira.

No quadro do aprofundamento do mercado único da UEMOA e das negociações comerciais internacionais (Organização Mundial do Comercio) é necessário harmonizar uma política comum de gestão do ambiente, principalmente no que concerne a elaboração de normas técnicas, leis e regulamentos comunitários de protecção do ambiente e dos consumidores. A PCMA foi adoptada pelas instâncias de decisão da UEMOA, através do acto adicional nº 01/2008/CEG/UEMOA de 17 de Janeiro de 2008.

Trata-se de um quadro global de intervenção na matéria de gestão ambiental. É transversal e integra várias políticas, principalmente a política industrial comum, a política mineira comum, a política agrícola da união, a política energética comum, a política comunitária de gestão do território, a política de promoção do artesanato no seio da UEMOA, etc.

Esta política integra a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e do clima ; a gestão dos recursos florestais e da fauna selvagem; a gestão de poluentes e riscos e a gestão dos recursos hídricos.

No quadro da sua elaboração entraram em linha de conta com as acções já realizadas e a realizar pelos diferentes actores e instituições nacional e sub-regional que trabalham directamente ligados ao ambiente e ao desenvolvimento durável. A PCMA tem por objectivo inverter as tendências de degradação e de redução dos recursos naturais; inverter a degradação dos meios e de quadro de vida; manter a biodiversidade.

A PCMA é articulada a volta de quatro grandes eixos:

1. Contribuição para a gestão durável dos recursos naturais a fim de lutar contra a pobreza e insegurança alimentar;
2. Gestão de estabelecimento humano e luta contra a poluição e riscos (efluentes) para a promoção de um ambiente sã e durável no espaço comunitário;
3. Reforço de capacidade para uma gestão concertada e durável do ambiente;
4. Seguimento da implementação dos acordos multilaterais sobre ambiente

### **1.3.10.2 – Livro Branco de CEDEAO/UEMOA sobre energia**

Para os 15 países que compõem a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o atingir dos objectivos do Milénio para Desenvolvimento até ao horizonte 2015 é uma prioridade constante nos planos nacional e regional. Neste âmbito os parceiros do desenvolvimento assumiram os seus compromissos em ajudar a atingir estes objectivos.

Contudo, actualmente poucos programas reconhecem a importância da energia na redução da pobreza, as iniciativas existentes em matéria de energia nos planos nacional e regional não permitirão aos Estados-Membros de atingir os objectivos de desenvolvimento em 2015, em especial os de Desenvolvimento do Milénio. Estes últimos poderão ser atingidos se pelo menos a metade das populações rurais e suburbanas beneficiam de serviços energéticos modernos. Por esta razão, a CEDEAO e a UEMOA, através das políticas e acções voluntárias, propõem ajudar os Estados-Membros a criar condições necessárias para aumentar rapidamente o acesso aos serviços energéticos às populações mais desfavorecidas.

O objectivo da política regional para melhorar o acesso aos serviços energéticos modernos é permitir a mais de metade da população de ter acesso a estes serviços até o ano 2015; ou seja permitir mais de 36 milhões de famílias e 49 milhões de localidades de ter acesso a estes serviços.

A aplicação a nível regional comporta quatro eixos de intervenção:

Eixo 1: Reforço de capacidades dos actores privados e públicos.

Eixo 2: Apoio à mobilização de créditos e de financiamentos do sector privado nos projectos de fornecimento de serviços energéticos em zonas rurais e suburbanos.

Eixo 3: Trocas, Promoção e divulgação de experiências sub-regionais em matéria de fornecimento de serviços energéticos em zonas rurais e sub-urbanos (gestão de conhecimentos).

Eixo 4: Promoção da produção local de bens e de serviços energéticos.

### **1.3.10.3 – Política Comum de Agricultura**

A necessidade de conceber um quadro de política agrícola regional para a África Ocidental resultou nas duas diligências. A primeira, que é relativamente formal assenta-se no tratado revisto pela CEDEAO adoptado no dia 24 de Julho de 1993. No seu articulado consagrado ao desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar (articulado 25º) é preconizado os objectivos esperados de uma cooperação entre os Estados-Membros nos seus domínios e estipula no seu parágrafo (h) que os Estados-Membros comprometem-se a cooperar na “*adopção de uma política agrícola comum, (...)*”. Esta disposição formal inscreve-se doravante num contexto em profunda evolução, e constitui o segundo aspecto da diligência em curso. Todos os países da África Ocidental são comprometidos em assinalar dois desafios essenciais: (i) promover o desenvolvimento económico e erradicar a pobreza e a insegurança alimentar; (ii) Estancar o processo de marginalização da região a nível económico e a nível de trocas internacionais. Para atingir estes propósitos é necessário conceber e desenvolver políticas cujos objectivos, instrumentos, e os meios são coerentes.

Por além dos compromisso formais inscritos no Tratado revisto, a concepção de uma política sectorial agrícola à escala da África Ocidental responde, para as instâncias de decisão nacionais e regionais os cinco desafios essenciais, que não podem ser assumidos integralmente pelas políticas agrícolas nacionais:

1. Perante o processo de globalização das economias e as trocas que têm crescido, a África Ocidental é confrontada realmente com um risco de marginalização crescente se os seus principais sectores

económicos (a agricultura de modo geral) não se inscrevem numa perspectiva de integração regional e internacional;

2. Os países e os actores sociais são envolvidos com custos da Comunidade internacional nas estratégias de luta contra a pobreza, no âmbito dos “Compromisso do Milénio”;
3. Os actores económicos e as organizações sócio-profissionais estruturam-se e desenvolvem as suas actividades à escala regional. Devem ser implicados nas decisões regionais de modo que os interesses privados possam inscrever-se no interesse geral;
4. Por além da mão de obra, a agricultura da África Ocidental mobiliza primeiramente o potencial oferecido pelos recursos naturais (exploração “mineira”);
5. A multiplicidade dos quadros de cooperação e de integração não responde às expectativas dos Estados e os actores sócio-económicos.

### 2.1 – Metodologia e selecção das zonas de intervenção e dos actores

As selecções das zonas de intervenção foram feitas com base na consulta bibliográfica das políticas/programas/projectos, legislação e auscultação dos intervenientes através de entrevistas. Segundo os relatos de vários peritos e agricultores as zonas norte e leste são as mais afectadas em termos de degradação de solos devido as razões citadas no ponto (1.1.1). A consulta bibliográfica foi efectuada com o objectivo de identificar actores e acções relacionadas directa ou indirectamente com a GST visando montar a primeira versão da Matriz de Programas e Projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento na Guiné-Bissau. Foram considerados o Plano Nacional de Gestão Ambiental de Guiné-Bissau; a Carta de Política do Desenvolvimento Agrícola; o Plano de Acção Florestal Nacional; o PAN/LCD; National Capacity Self Assessment; Programa sub-regional da UEMOA/CEDEAO; Política Comum para a Melhoria do Ambiente, Política Comum de Agricultura, Livro Branco de Energia, Política Comum do Ordenamento do Território, PRESAR, Projecto sobre Degradação de Terra; Planos e programas sectoriais nacionais, bilaterais e multilaterais ligados ao uso de terra.

Quanto a auscultação, foram auscultados todos os actores intervenientes na GST (Experts, sociedade civil e organização de base, agricultores, ONGs, parceiros de desenvolvimento, etc.) de forma a poder seleccionar com mais fiabilidade as zonas quentes (hot-spots) no que concerne a degradação de terras.

Após a selecção de actores com base na prioridade estabelecida de 1 a 10, foram realizadas as auscultações através de entrevistas com o objectivo de consultar os actores envolvidos na GST sobre a suas percepções do problema de degradação de terras na Guiné Bissau, as contribuições realizadas e o potencial da sua instituição sobre o tema, os constrangimentos encontrados e as relações desses constrangimentos com a necessidade de reforço de capacidades. Com este processo pretende-se fazer levantamento no país das procuras e propostas para um Programa de Cooperação na área da GST, cujo propósito é o reforço de capacidades nacionais do governo, sociedade civil e comunidades na matéria de GST.

De salientar que as entrevistas foram realizadas na primeira fase a nível de cidade de Bissau aonde a representatividade dos actores ligados a GST (ONGs, entidades públicas, parceiros do desenvolvimento, etc.) é mais expressiva e na segunda fase nas regiões concernentes aonde se encontra outras ONGs, comunidade local, associações de base, poder local e tradicional.

Assim, para as entrevistas foram efectuadas as seguintes perguntas-eixo:

1. Quais são as necessidades de reforço de capacidades do Governo e Sociedade Civil para a implementação da Gestão Sustentável das Terras em Guiné-Bissau?
2. Quais são os actores nacionais que poderiam oferecer uma cooperação aos outros países da CPLP em temas relevantes à GST?

Foi aplicado o guião de perguntas abaixo descrito.

#### 1. Percepção do Problema

- a. Poderia falar um pouco sobre a sua percepção pessoal quanto ao problema da Degradação de Terras na Guiné-Bissau?

- b. Quais são as principais Causas e Impactos da Degradação de Terras?
- c. Onde esse problema ocorre? Porquê?

## **2. Papel da Organização na GST (presente e potencial)**

- a. Que acções a sua direcção/organização/comunidade vem desenvolvendo no campo da GST?
- b. Quando é que essas acções se iniciaram?
- c. Que apoios financeiros e técnicos tem recebido?
- d. Qual é a área geográfica de actuação?
- e. Como avalia essas acções: são suficientes ou insuficientes? Poderiam ser melhoradas? Como?
- f. O que mais seria necessário fazer?

## **3. Constrangimentos**

- a. Quais são os principais constrangimentos enfrentados para o desenvolvimento das acções de GST na Guiné-Bissau?
- b. Dentre os constrangimentos referidos, quais são aqueles que estão directamente relacionados com a necessidade de capacitação?
- c. Porquê?

## **4. Necessidades**

- a. Na sua percepção, que actores estão directamente envolvidos na GST?
- b. Numa análise preliminar, quais seriam as necessidades de formação para esses actores?

## **5. Recomendações**

- a. Que recomendações faria para o processo de formulação do Programa de Cooperação e para a sua implementação (que elementos necessariamente devem ser considerados ou que outros actores devem ser ouvidos)?
- b. Outras considerações que gostaria de deixar registadas?

### 3 – ELABORAÇÃO DE MATRIZ SÍNTESE DE INFORMAÇÕES (MATRIZ DE PROGRAMAS E PROJECTOS)

#### **Matriz 1 – Resisto, Sistematização e Análises das Entrevistas**

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
<b>01</b>	<b>Secretariado Permanente do CILSS na Guiné-Bissau</b> (Ansu Camará - Secretário)	<b>Percepção:</b> - Desaparecimento de algumas Espécies florísticas  <b>Causas:</b> - Agricultura Itinerante - Desflorestação - Queimadas descontroladas Corte descontrolada de Madeira Mudanças Climáticas <b>Impactos:</b> - Erosão pluvial - Forte vento Redução do período Pluvial Alta Temperatura Fraca produção Agrária <b>Onde?</b>	<b>Ações:</b> - Coordenação de Acções de luta contra seca na Guiné-Bissau, nomeadamente: - PREDAS - PRS (I e II) - IREM/LCD  <b>Quando?</b> A partir de 1978  <b>Apoios Financeiro/Técnico:</b> CILSS, EU  <b>Área Geográfica:</b> Todo o País, (concentração -Norte e Leste)  <b>Avaliação:</b> Insuficiente - Escassez de Meios Materiais	- Falta de Projecto-piloto de Pesquisa Acção sobre G.S.T. - Falta de recursos humanos especializados - Falta de Financiamento - Falta de Equipamento - Falta de Motivação dos técnicos ao nível dos MADR - Falta de uma Campanha organizada de Reflorestação  <b>Capacitação:</b> Pesquisa/Acção Gestão Participativa dos Recursos Naturais  <b>Razão da não</b>	<b>Actores:</b> - DGAmbiente - DGA - DGFF - DGRH - DGOT - DGMM - ONGs - Associações de Base - Comunidade Local  <b>Formação:</b> - Técnica e especializada - académica - Especializadas nas diferentes áreas ligadas G.S.T. - GFC, GITT, Delimitação do Território e - Zonagem Agro-		- Necessidade de organizar as estruturas do MADR nas regiões - Motivação dos técnicos - Promover projectos de Pesquisa/acção no domínio da GST - Promoção de jovens - Elaboração de Projectos de Fiscalização Participativa dos RF (Regiões, Sectores, ONGs, Ass. Base e Comunidades Locais)

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
			(transportes), Financeiros e Humanos  <b>Que Fazer?</b> Quadros Especializados Contrapartida do Governo Pagamento atempado das Quotas	<b>conclusão do PAN/LCD/UNCCD:</b> -Instabilidade politica - Institucional - Não Implicação dos Principais Actores Concernentes - Insuficiência de Financiamento	Ecológica		
02	<b>Direcção Geral das Floresta e Fauna:</b> a) D.S.R.F. b) Repartição de Repovoamento.Florestal	<b>Percepção:</b> - Presença visível da Seca  <b>Causas:</b> - Acção antrópica (Desfloresta para fins agrícola, Queimadas Não controladas, Exploração desorganizada de Madeiras, Monocultura) - Mudanças Climáticas  <b>Impactos:</b> - Chuvas torrenciais - Alta Temperatura - Forte Vento - Sedimentação - Erosão Hídrica  <b>Onde?</b>	<b>Ações:</b> - Elaboração de políticas do sector - Elaboração de leis, regulamento e planos de acção florestal (Plano Director Florestal Nacional, Lei e Regulamentos Florestal) - Seguimento, Avaliação e Fiscalização do sector  <b>Quando?</b> A partir de 1975 <b>Apoios</b> <b>Financeiros/Técnico:</b> FAO, EU <b>Área Geográfica:</b> Todo o País <b>Avaliação:</b>	- Faltas meios materiais - Falta de recursos humanos qualificados - Falta de consistência na implementação da política florestal (instabilidade político institucional) - Falta de programa de Pesquisa/Acção coerente e consistente - Falta do controle nas actividades dos ponteiros - Falta de implicação dos quadros da DGFF na elaboração de Planos e projectos - Falta de Controlo	<b>Actores:</b> DGFF, DGA, DGP, DGAmbiente, DGOT, DGMM, IBAP, Poder Local, ONGs, Associação de Base e Poder Local  <b>Formação:</b> - Gestão e Fiscalização participativa dos recursos florestais - Gestão integrada das terras das tabancas - G.S.T. - Especialização dos quadros	Exp. PASP sobre GITT e GFC, PURP, Parques Naturais/Naturais da GB e ONGs	- Necessidade de Elaboração de programa nacional sobre floresta - Necessidade da criação de centro de formação prática florestal em Bula norte do País - Finalização do PAN/LCD/UNCCD

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		Norte, Leste e um pouco no Sul do País	Insuficiente -Escassez de Financiamento Poucos Quadros Técnicos Qualificados Ausência de Contrapartida do Governo	das florestas - Pobreza Crónica - Fraqueza do estado numa maneira geral  <b>Razão da não conclusão do PAN/LCD/UNCCD:</b> -Instabilidade Politico-Institucional -Não implicação dos principais Actores concernentes Insuficiência de Financiamento  <b>Capacitação:</b> -Gestão Participativa -Pesquisa/Acção	técnicos do MADR, ONGs e Associações de base na G.S.T.		
03	<b>PNUD</b>	<b>Percepção:</b> Pessoal e do PNUD: - A degradação do solo é um problema sério na Guiné-Bissau  <b>Causas:</b> - Queimadas desorganizadas - Agricultura itinerante - Ma gestão de fogo precoce -Desflorestação descontrolada -Mudanças	<b>Ações:</b> - Luta contra pobreza - Apoio na elaboração das estratégias e políticas nacionais no quadro de gestão sustentável das terras -Apoio técnico e financeiro: - Apoio no reforço de capacidades técnico (Institucional, Financeiro e humano)	- Falta de harmonização de ideias - Conflitos de competências entre actores - Falta de coordenação entre instituições públicas e privadas - Falta de diálogo entre Associações de base ONGs e Governo - Falta conhecimento sobre a problemática	<b>Actores:</b> -DGFF, DGA, DGAmbiente -DGGM, DGOT, DGMM -IBAP, Poder Local, Poder tradicional, ONGs Associação de Base  <b>Formação:</b> - Gestão sustentável das terras - Protecção dos	- Experiencias das ONG Tiniguena e APRODEL nos domínios da sensibilização e técnica das gestões das terras	- Implicação das ONGs concernentes - Investimento nas áreas de GST TCP/CPLP/FAO deve trabalhar em paralelo com o projecto "Land Degradation" - Reformulação e finalização de PAN/LCD/UNCCD - Harmonização das leis e políticas sobre GST

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>Climáticas</p> <p><b>Impactos:</b></p> <p>Redução da produção agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Precipitação elevada</li> <li>- Vento forte.</li> <li>- Sedimentação de bancas e de mangal</li> <li>- Erosão hídrica e marinha</li> <li>- Elevado nível de Pobreza</li> </ul> <p><b>Onde?</b></p> <p>- Norte (Varela), Leste (Pirada), Sul (Ilhas )</p>	<p>- Apoio na finalização do Plano Nacional de Combate a Desertificação</p> <p><b>Quando?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Início de acções a partir do ano 2007/2008</li> </ul> <p><b>Área Geográfica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Todo o País</li> </ul> <p><b>Avaliação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiente</li> <li>- Ausência de harmonização de ideias, definição do papel da coordenação institucional e do diálogo entre principais actores</li> <li>- Sensibilização das autoridades políticas locais e as autoridades tradicionais</li> </ul> <p><b>Que Fazer?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar e Implementar um Plano de investimento na gestão sustentável</li> </ul>	<p>de luta contra desertificação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de concertação de acções</li> <li>- Falta de definição das responsabilidades institucionais (Governamentais e não Governamentais na gestão sustentável de terras)</li> <li>- Falta de formação/sensibilização/informação/comunicação e capacitação de dos actores</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão Participativa</li> <li>- GST</li> <li>- Delimitação do Território</li> </ul>	<p>recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicas de recuperação das terras degradadas</li> <li>- Especialização dos Quadros Técnicos</li> <li>- GITT, GFC e Delimitação do Território</li> </ul>		

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
			<p>das terras</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adoptar o país de uma política de crescimento económico</li> <li>- Apoiar as ONGs na matéria de gestão durável das terras</li> <li>- Apoiar o País no Desenvolvimento Humano durável</li> </ul>				
04	<b>Direcção Geral de Agricultura (PRRDC)</b>	<p><b>Percepção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não implementação de UNCCD na GB</li> </ul> <p><b>Causas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura Itinerante</li> <li>- Queimadas</li> <li>- Desflorestação de Mangal e de floresta em geral</li> <li>- Mudanças Climáticas</li> </ul> <p><b>Impactos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Altas Temperaturas, erosão hídrica na zona costeira,</li> <li>- Forte Ventos</li> <li>- Invasão de águas salinas nos mangals</li> <li>- Redução drástica da Produção agrícola</li> <li>- Sedimentação</li> </ul> <p><b>Onde?</b></p>	<p><b>Ações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio na gestão de recursos naturais - Valorizar a experiência do PASP: GITT, GFC e Seja</li> <li>- Apoiar as ONGs, Poder local, Poder tradicional e associações Camponesa na atenuação acção da cultura itinerante no planalto, na recuperação de bolanhas de água doce e de água salgada</li> <li>- Sensibilização sobre as garantias das autoridades locais na implementação da posse de terra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intervenção desorganizada na gestão de recursos florestais</li> <li>- Falta de actualização de inventário florestal</li> <li>- Falta de viveiro florestal nacional</li> <li>- Falta de identificação de zonas quentes</li> <li>- Plantação de cajueiros em todo o solo</li> <li>- Falta de uma Zonagem agro-ecológica</li> <li>- Transumancia desorganizada</li> <li>- Inconclusão do PAN/LCD/UNCCD:</li> <li>- Insuficiência de Financiamento</li> </ul>	<p><b>- Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Associação de base</li> <li>ONGs</li> <li>MADR</li> <li>MERN</li> <li>SEADD</li> <li>MAT</li> <li>MOPUH</li> <li>Madeireiros</li> <li>Criadores de Gado</li> <li>Carvoeiros</li> </ul> <p><b>- Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>sensibilização/co-municação na gestão sustentável de terra</li> <li>- Zonagem Agro-Ecológica</li> <li>- Delimitação do Território</li> </ul>	<p><b>- Experiência do PASP:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>GITT, GFC</li> <li>- Ordenamento hidroagrícola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de bacias de retenção de água pluvial na GB</li> <li>- Necessidade da Comunidade internacional apoiar financeiramente os planos de acção (CPDA)</li> <li>- Finalização de PAN/LCD/UNCCD</li> <li>- Harmonização de políticas comuns (Política comum sobre agricultura UEMOA e CEDAO)</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>- Maior incidência das acções nas zonas Norte ( São-Domingos, Farim) , Leste(Pirada, Pitche e, Contuboe) )</p>	<p>- Criação de rede de agricultores (fruticultor, Horticultor e criação de pequenos ruminantes)</p> <p><b>Quando?</b></p> <p>- Estas acções iniciaram em 30 de Abril de 2008</p> <p>Apoios Financeiros:</p> <p>- FIDA no valor de 4.700.000 USD</p> <p>- Contra partida do Governo da GB é de 800.000 USD</p> <p><b>Área Geográfica:</b></p> <p>-Quinará e Tombali</p> <p>- Duração do Projecto (2008-2012)</p> <p><b>Avaliação:</b></p> <p>Insuficiente</p> <p>-Reciclar os quadros de MADR com conhecimentos técnicos especializados na gestão sustentável de terra</p> <p>- Formar agricultores na GST</p> <p>- Seleccionar variedade vegetal e animal adaptada</p>	<p>-Instabilidade Politico-Institucional</p> <p>-Falta de Interlocutor</p> <p>-Falta de Sensibilização de Principais Actores directamente concernentes</p> <p>-Não harmonização das politicas comuns( politica comum sobre a Agricultura (UEMOA e CEDAO)</p> <p><b>Capacitação:</b></p> <p>- Zonagem agro-ecologica, GST, Delimitação do Território, GITT GFC</p>			

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
			actual regime Climático				
05	Direcção Serviço de Protecção Vegetal (Geraldo Sariot Menut)	<p><b>- Percepção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Seca,</li> <li>- Degradação da Floresta</li> </ul> <p><b>- Causas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Queimada (carvão, Caça, Agricultura itinerante e construção de casa)</li> <li>- Mudanças Climáticas</li> <li>- Desflorestação no planalto</li> <li>- Exploração de madeira desorganizada</li> <li>- Monocultura desorganizada do cajueiro</li> </ul> <p><b>- Impacto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alta Temperatura</li> <li>- Forte Vento</li> <li>- Chuva torrencial</li> <li>- Sedimentação nas bolanhas doce e nas bolanhas de água salgada</li> <li>- Introdução de água salina nas bolanhas de água salgada (mangal)</li> <li>- Erosão marinha</li> </ul>	<p><b>- Acções:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Combate a praga nos viveiros e protecção da floresta contra praga</li> </ul> <p><b>Quando?</b></p> <p>A partir de 1974</p> <p><b>Apoio Financeiro/Técnico:</b></p> <p>USAID</p> <p><b>Área geográfica:</b></p> <p>todo o País</p> <p><b>Avaliação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiente</li> </ul> <p><b>Como?</b></p> <p>Reforma interna dentro do MADR, capacitação dos quadros</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de uma Zonagem agro-ecológica</li> <li>- Falta de controlo na exploração madeireira</li> <li>- Falta de uma responsabilização das comunidades na gestão dos recursos florestais.</li> <li>- Falta de repovoamento florestal</li> <li>- Falta de quadros especializados</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Zonagem agro-ecológica</li> <li>- Gestão Participativa sobre os recursos florestais.</li> <li>- Repovoamento florestal</li> <li>- Quadros especializados</li> </ul>	<p><b>Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Poder tradicional, associação de base, ONGs locais, Poder Local, Governo Central e Parlamentares (Pacotes de leis)</li> </ul> <p><b>Formação:</b> uma Zonagem agro-ecológica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão sustentável de terra</li> <li>- GITT, GFC, Seja Dono de Fogo</li> <li>- Repovoamento florestal</li> <li>- Especialização dos Quadros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Experiência das ONGs- PASP (- GITT, GFC), Repovoamento florestal)</li> <li>- Parques Naturais/Nacionais da Guiné-Bissau</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moratória de Corte de Madeira em torro ou serrada durante dois anos</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>- Redução drástica de produção agrícola</p> <p><b>Onde?</b></p> <p>- Norte (São-Domingos, Farim), - Leste-(Contuboeil, Pirada e norte de Pitche)</p>					
06	<p><b>AMAE</b> (Antónia Adama Djaló – 2ª Vice Presidente)</p>	<p><b>Percepção:</b> Influencia forte do deserto de Sahara - Degradação do solo</p> <p><b>Causas:</b> Desflorestação no Planalto - Queimada e agricultura Itinerante -Mudanças Climáticas</p> <p><b>Impactos:</b> -Forte Vento -Alta Temperatura - Chuva torrencial -Poeiras -Gafanhotos -Imigração sazonal e permanente - Sedimentação nas bolanhas de água doce e salgada - Redução drástica na produção agrícola</p>	<p><b>- Acções:</b> Apoio as mulheres da horticultura através de insumos</p> <p><b>Quando?</b> A partir dos anos 90</p> <p><b>Apoio Financeiro/Técnico:</b> - FAO</p> <p><b>Área Geográfica:</b> (Norte, Leste e Sul do País)</p> <p><b>Avaliação:</b> Insuficiente (falta de continuidade)</p> <p><b>Como?</b> Quadros capacitados no domínio de avaliação, transporte e dar continuidade dos projectos</p>	<p>- Falta de acesso a terra - Falta de poço para irrigação - Falta de adubos químicos - Ma gestão de recursos florestais - Ausência de Alfabetização Funcional <b>Capacitação:</b> - -Técnicas de combate as pragas - Técnicas de Construção de bacias de retenção de água - Gestão de recursos florestais - Alfabetização Funcional -GST</p>	<p><b>Actores:</b> líderes de associações de base - Poder Tradicional, - Poder Local - ONGs - AMAE, ANAG, Associação comercial <b>- Formação:</b> - Gestão sustentável de terra - GITT, GFC - Horticultura</p>	<p>- Experiência AMAE - Experiência PASP (GITTe GFC)</p>	

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p><b>Onde?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Norte (corredor de São Domingos, Bigene e Farim)</li> <li>- Leste (Contuboeil, Pirada e norte de Pitche)</li> </ul>					
07	Direcção Geral do Ambiente (Nelson Justino Gomes)	<p><b>Percepção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença da Seca</li> <li>- Degradação de solos</li> </ul> <p><b>Causas:</b> Exploração Abusiva de recursos florestais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Queimadas</li> <li>- Agricultura itinerante</li> <li>- Mudanças Climáticas (Elevada temperatura, forte vento e diminuição de precipitação)</li> </ul> <p><b>Impacto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevada Temperatura</li> <li>- Forte Vento</li> <li>- Chuva Torrencial</li> <li>- Sedimentação das bolanhas de água doce e salgada</li> <li>- Redução drástica de produção agrícola</li> </ul>	<p><b>Ações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de Planos de Acção de combate a desertificação</li> <li>Sensibilização/Comunicação e formação</li> </ul> <p><b>Quando?</b> Apartir de 1997</p> <p><b>Apoio financeiro/Tecnico:</b> UICN, PNUD, Fundo Audiovisual e CILSS</p> <p><b>Área geográfica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Todo o País</li> </ul> <p><b>Avaliação:</b> Insuficiente</p> <p><b>Como?</b> Definição de competências institucionais (MADR e MERN e SEADD)</p> <p>Concertação entre Actores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instabilidade institucional</li> <li>- Falta de definição de competências institucionais</li> <li>- Falta de quadros técnicos especializados</li> <li>- Falta de engajamento do Governo</li> <li>- Falta de apoio institucional</li> <li>- Ausência de reciclagem contínua aos quadros técnicos (públicos, ONGs, Associação de base e comunidade)</li> </ul> <p><b>Inclusão do PAN/LCD/UNCCD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de engajamento do Governo (Secretariado</li> </ul>	<p><b>Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>DG do Ambiente, Direcção Geral de agricultura, Direcção Geral de Floresta e Fauna, D Geral do Ordenamento de território, Direcção Geral das Pescas Artesanal, Câmara Municipal de Bissau, Poder Local, UICN, SWISSAID, Tiniguena, Nantinian, AD, Poder tradicional associações de base e INFORMA-RAQ)</li> </ul> <p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>GST, Delimitação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Experiência de PASP (GITT, GFC e Seja Dono de Fogo)</li> <li>- Experiência de Parques Naturais /Naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Finalização de PAN/CCD</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>- Erosão Costeira</p> <p><b>Onde?</b></p> <p>- Norte (São-Domingos e Farim )</p> <p>- Leste (Contuboeil, Pirada e norte de Pitche) e Sul – (bolanhas de água salgada e nas ilhas)</p>		<p>Permanente do CILSS em Bissau)</p> <p>-Não Implicação de Principais Actores Concernentes</p> <p><b>Capacitação:</b></p> <p>Quadros técnicos especializados</p> <p>- Reciclagem contínua aos quadros técnicos (públicos, ONGs, Associação de base e comunidade)</p>	de território da tabanca		
08	Direcção serviços nacional da Meteorologia Nacional (João Lona – Director Nacional)	<p><b>Percepção:</b></p> <p>Degradação dos Solos</p> <p><b>Causas:</b></p> <p>-Mudanças Climáticas</p> <p>- Intervenção do homem (Agricultura Itinerante, Queimada, desflorestação desorganizada, Exploração Abusiva de madeira)</p> <p><b>Impactos:</b></p> <p>-Elevada Temperatura</p> <p>-Forte Vento</p> <p>-Diminuição da</p>	<p><b>Ações:</b></p> <p>Prevenção, informação e sensibilização</p> <p><b>Quando?</b></p> <p>A partir de 1990</p> <p><b>Apoio Financeiro/Técnico:</b></p> <p>AGRYMET- CILSS</p> <p><b>Área geográfica:</b></p> <p>Todo o País</p> <p><b>Avaliação:</b></p> <p>Insuficiente (Carência de meios financeiro, materiais e humano)</p>	<p>- Falta de apoio Institucional</p> <p>- Falta de Implicação de principais actores</p> <p>-Ausência de concertações entre actores directamente envolvidos</p> <p>- Falta de circulação de informações entre actores</p> <p>- Falta de meios Financeiros e Materiais</p> <p>- Insuficiência de Quadros Técnicos Especializados</p> <p><b>Inclusão do PAN/CCD:</b></p> <p>-Protagonismo</p>	<p><b>Actores:</b></p> <p>D.G.A agricultura</p> <p>D.G. Ambiente</p> <p>D.G.F.F.</p> <p>IBAP</p> <p>UICN</p> <p>ONGs, Associação de Bases, Comunidades Locais</p> <p><b>Formação:</b></p> <p>-GST,</p> <p>- Reciclagem continua</p>	<p>- Alguns quadros técnicos especializados</p>	<p>- Finalização de PAN/LCD/UNCCD</p>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>Chuva</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sedimentação de água doce e salgada</li> <li>- Erosão marinha</li> </ul> <p>Invasão de água salina e aumento de Acidificação nas bolanhas de água salgada (bolanha de mangal)</p> <p><b>Onde?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Norte (São-Domingos, Bigene e Farim)</li> <li>- Leste (Contuboeil, Pirada e norte de Pitche) e</li> <li>- Sul (bolanhas de mangal e ilhas)</li> </ul>		<p>Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Indefinição das Competências institucionais</li> <li>- Não implicação dos Actores Concernentes</li> <li>- Ausência do engajamento do Governo</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <p>Reciclagem dos Quadros Técnicos, ONGs, Associação de Base Comunidades locais</p>			
09	IBAP (Alfredo S. da Silva – Director Nacional)	<p><b>Percepção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A degradação de solo é um fenómeno visível na GB.</li> <li>-Presença da Seca</li> <li>- Influência do Deserto de Sahara</li> </ul> <p><b>Causas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura itinerante, Queimada, desflorestação</li> </ul>	<p><b>Ações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservação e seguimento das áreas protegidas</li> <li>- Apoio na tomada acertada de decisões</li> </ul> <p><b>Quando?</b></p> <p>1988 Seguimento da Biodiversidade a partir de 2005</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de diálogo institucional</li> <li>-Inoperância do conselho nacional de coordenação</li> <li>- Ausência de engajamento do governo</li> <li>- Falta de Quadros técnicos especializados</li> </ul> <p><b>Inconclusão do</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Actores:</b> Poder Tradicional, associação de base, ONGs, Poder Local, Governo Central</li> <li>- <b>Formação:</b> -GST, Delimitação de território de tabancas, técnicas agrária</li> <li>- Zonagem Agro-Ecológica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Experiência de criação de Parques naturais da Guiné-Bissau</li> <li>- Experiência de PASP (GITT, GFC )</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Finalização do PAN/LCD/UNCCD</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>desorganizada, monocultura de cajueiro, Mudanças Climáticas</p> <p><b>Impacto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Aumento da Temperatura</li> <li>-Forte Vento</li> <li>-Diminuição da Chuva</li> <li>- Sedimentação de bolanhas doce e salgada,</li> <li>-Erosão costeira,</li> <li>- Aumento da acidificação</li> <li>-Invasão de água salina</li> </ul> <p><b>Onde?</b></p> <p>Norte (São-Domingos, Bigene e farim)</p> <p>- Leste ( Contuboel, Pirada e norte de Ptiche)</p>	<p><b>Apoio Financeiro/Técnico:</b></p> <p>Banco Mundial, UICN, FIBA, Organização de Parques de Espanha, GEF/PNUD, UNESCO, OREAD, Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Fundação (BD-Habitat) – Espanha e MANA-Cooperação Espanhola</p> <p><b>Montante:</b> 3.940.000 USD</p> <p><b>Área geográfica:</b></p> <p>Todo o País</p> <p><b>Avaliação:</b></p> <p>Insuficiente (Ausência de financiamento), insuficiência de colaboração institucional (DGFF, IBAP, DGA, DG Agricultura e DG Pecuária)</p>	<p><b>PAN/CCD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Insuficiência de Financiamento</li> <li>-Não implicação dos Principais Actores concernentes</li> <li>-Projectos não exequíveis</li> <li>-Existência de dois versões do PAN</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Reciclagem</li> <li>Continua dos Quadros técnicos sobre Técnicas de GST, GITT, GFC</li> </ul>			
10	Direcção Geral da Geologia e Minas (Eng.º Umáro Balde - Director de Serviço de Geologia)	<p><b>- Percepção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Processo de erosão de solos</li> </ul>	<p><b>Ações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Elaboraões e revisões de leis e regulamentos sobre</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de uma lei adequada sobre Pedreiras e minas</li> <li>- Falta de Meios</li> </ul>	<p><b>- Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- DGFF, DG Geologia e Minas, DG Agricultura,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicos individuais Especializados no domínio de gestão Sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Finalização do PAN/LCD/UNCCD</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p><b>Causas:</b> Desflorestação desorganizada - Exploração Irrracional de Madeira, de Inertes -Queimada -Agricultura itinerante, -Mudanças Climáticas</p> <p><b>Impacto:</b> -Aumento de Temperatura -Forte Vento -Diminuição da Chuva - Sedimentação de bolanhas de água doce e salgada - Erosão marinha Invasão de água salina e aumento de Acidificação nas bolanhas de mangal - Bancos de areia</p> <p><b>Onde?</b> - Norte (São-Domingos, Bigene e farim)  - Leste ( Contuboe,, Pirada e norte de</p>	<p>pedreira e minas - Fiscalização e promoção de Sector - Elaboração de uma carta geológica nacional (Carta geológica de superfície/Carta de solo)</p> <p><b>Quando?</b> A partir de 1974</p> <p><b>Apoio Financeiro/Tecnico:</b> não existe</p> <p><b>Área geográfica:</b> Todo o País</p> <p><b>Avaliação:</b> - Insuficiente - Não envolvimento da DGAmbiente na fiscalização de pedreiras e minas</p>	<p>matérias (Transporte) e financeiro - Falta de recursos humanos especializados - Ausência de reciclagem de quadros técnicos existentes Ausência de uma concertação institucional</p> <p><b>Inclusão do PAN/CCD:</b> -Não Implicação dos Principais Actores concernentes - Instabilidade Polico-Militar -Não Engajamento do Governo - Ausência de Interlocutor Credível</p> <p><b>Capacitação:</b> - Reciclagem de quadros técnicos existentes sobre GST</p>	<p>DG Pesca Artesanal, DG Ambiente, Poder Local, Poder Tradicional, ONGs e associações de Base</p> <p><b>Formação:</b> - GST, Intercambio (Visita de estudo) - Delimitação de território de tabanca -Zonagem Agro-Ecologica</p>		

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		Pitche)					
11	AD (Jorge Camilo Handem – Director de Escola Artes e Ofícios de Quelele)	<p><b>Percepção:</b> Ao longo dos últimos dez anos tem se verificado alguns sinais de seca e degradação solos na GB</p> <p><b>Causas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Intervenção humana (factores económicos e hábitos culturais)</li> <li>- Mudanças Climáticas</li> </ul> <p><b>Impactos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Diminuição da Chuva</li> <li>- Aumento de Temperatura</li> <li>- Forte Vento</li> <li>- Desaparecimento de algumas espécies de Flora e fauna</li> <li>- Diminuição de Produção Agrária</li> <li>- Sedimentação de bolanhas de águas doce e salgada</li> <li>- Erosão marinha</li> <li>Invasão de água salina e aumento de Acidificação nas bolanhas de mangal</li> </ul>	<p>- <b>Acções:</b> Promoção do repovoamento floresta no norte - Plantação de mangal, Formação e sensibilização sobre problemática da conservação de mangal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover intercâmbio (Visita de estudo) sobre tudo nos País vizinhos (Senegal)</li> <li>- Introdução de Educação Ambiental sobre mangal nos curricula escolar</li> <li>- Criação de uma rede (EVA) para a formação e sensibilização na comunidade sobre o Ambiente</li> <li>- Criação de programa radiofónico e TV “Bagunda” sobre temático do meio ambiente</li> </ul> <p><b>SUL:</b> o modelo é quase igual com o norte</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de sinergia entre principais actores com estado</li> <li>-Falta da compreensão da missão das ONGs</li> <li>- Não envolvimento dos principais actores nas actividades de gestão sustentável de terra</li> <li>- Não engajamento do Governo nas actividades de gestão sustentável de terra</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ONGs, Associação de base, Poder Tradicional, Poder Local e Governo Central</li> </ul>	<p>- <b>Actores:</b> Tiniguena, UICN, IBAP, Parceiros de desenvolvimento, comunidade local, Associação de base, poder tradicional, poder local e Governo Central</p> <p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão sustentável de terra</li> <li>- Delimitação de Território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Experiência de AD – Modelo de gestão de Mangal</li> <li>- Experiência de PASP (GITT, GFC e Seja Dono de Fogo), Experiencia AD,EVA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve ser criado um espaço político e técnico para as ONGs</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p><b>Onde?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Norte (São-Domingos, Bigene e Farim) , Leste( Contuboel, Pirada e norte de Pitche)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os professores do ensino básico realizam intercâmbio com a rede EVA no sentido de vulgarizar sementes do mangal</li> <li>- Desenvolve programa radiofónico (Lamparam) e TV “MASSAR” indirecto sobre preservação da mata de Cantanhez</li> <li>- Participa na gestão de Guardas e guias locais</li> <li>- Elaborar projectos sobre Eco-Turismo</li> <li>- Criar associações locais (Raça Banana e UAC)</li> <li>- Criaram vários projectos-piloto como alternativas das queimadas pressão pesqueira</li> <li>- Gestão sustentável de energia (construídos fornos melhorados)</li> </ul> <p><b>Quando?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde 1991</li> </ul>				

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
			<p><b>Apoio Financeiro/Tecnico:</b> Instituto Marques Vale Flor, EU, UICN, IBAP, OCEANIUM</p> <p><b>Área Geográfica:</b> - Norte São Domingos – Varela – Sul Bedanda-Cantanhez</p> <p><b>Avaliação:</b> - Insuficiente (poderia ser melhorado desde que existe a sinergia entre vários actores nomeadamente o estado)</p> <p><b>Que fazer?</b> - Divulgação de novas técnicas a fim de capacitar quadros intermédios e técnicos</p>				
12	<b>Engenharia Rural/MADR</b> (Eng.º Rui Nené Djata)	<p><b>Percepção:</b> - Problema sobre degradação das terras na GB é alarmante</p> <p><b>Causas:</b></p>	<p><b>Ações:</b> - Reabilitação de solos de Mangal e bas fond - Promoção de agricultura sedentária através de</p>	<p>- Falta de meios financeiros - Falta de investimento para as actividades nos perímetros irrigados a margem do rio</p>	<p><b>Actores:</b> - DGFF, DG Geologia e Minas, DG Agricultura, DG Pesca Artesanal, DG Ambiente, Poder</p>	<p>- Saber fazer tradicional em matéria de recuperação das terras de mangal</p>	<p>- Não só elaboração programa mas sim velar pela sua implementação - Formulação de - Promover a implementação das</p>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<ul style="list-style-type: none"> <li>-Acção antrópica</li> <li>-Desflorestação</li> <li>- Agricultura itinerante</li> <li>- Corte abusiva e desorganizada de lenha para fins comerciais</li> <li>- Carbonização Tradicional</li> <li>- Corte de madeira para fins comerciais</li> <li>- Corte de cibes</li> <li>- Pastagem intensiva e extensiva no planalto</li> <li>- Diferentes explorações florestais</li> <li>- Aspecto étnico - cultural</li> <li><b>Impactos:</b></li> <li>- Chuvas fortes</li> <li>-Erosão pluvial</li> <li>- Solos argilosos transformam-se em solos arenosos</li> <li>-Sedimentação</li> <li>- Inundação cíclica</li> <li>- Infiltração rápida</li> <li>- Acidificação de solo</li> <li>- Salanização de solos</li> <li>- Eterização química de solo</li> </ul>	<p>reabilitação de bas fund e solos de mangal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção de agricultura agro-florestal</li> </ul> <p><b>Quando?</b> A partir de 1975</p> <p><b>Apoio técnico e financeiro:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos de cooperação</li> </ul> <p><b>Área geográfica:</b> Ao nível nacional</p> <p><b>Avaliação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiente e condicionado</li> </ul>	<p>Geba</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de presença do estado junto das populações</li> <li>- Falta de quadros especializados na área</li> <li>- Falta de motivação de técnicos</li> <li>- Falta de valorização de quadros técnicos</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reciclagem contínua sobre gestão participativa</li> <li>- Reciclagem sobre técnicas de vulgarização de lei da terra e dos seus regulamentos</li> </ul>	<p>Local, Poder Tradicional, ONGs e associações de Base</p> <p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- GST, Intercambio (Visita de estudo)</li> <li>- Delimitação de território de tabanca</li> <li>-Zonagem Agro-Ecológica</li> </ul>		<p>políticas, estratégias e leis do sector agrário</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidades de motivar quadros técnicos colocados nas regiões.</li> <li>- A estrutura do estado deve estar presentes programas que devem reflectir a nossa realidade</li> <li>- Identificar problemas reais de cada país e definição de papel de cada interveniente</li> <li>- Aquisição de meios logísticos e financeiros</li> <li>- Educação, formação e sensibilização das populações nas regiões</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<b>Onde?</b>					
13	Projecto PRESAR-BAD (Kaoussou Diombera)	<p><b>- Percepção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação das terras significa: Terras improdutivas, terras pobres de produção fraca</li> <li>- savanização</li> <li>- Sahelização</li> <li>- Desertificação</li> </ul> <p><b>Causas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Usos excessivos de adubos</li> <li>- Desflorestação</li> <li>- Acção antrópica</li> <li>- Mudanças Climáticas</li> </ul> <p><b>Impactos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Erosão pluvial</li> <li>- Erosão eólica</li> <li>- Degradação de terra:</li> <li>- Redução da produção agrária</li> <li>- Emigração e imigração</li> <li>- Perda de vegetação</li> <li>- Redução da pluviometria</li> <li>- Temperaturas altas</li> <li>- Desaparecimento de algumas espécies de flora e fauna</li> <li>- Conflitos de terras</li> </ul>	<p><b>Acções:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reabilitar 2000 ha de terras</li> <li>- 1200 ha Bas fond e 800 ha de terras de mangal</li> <li>- Protecção do meio ambiente</li> <li>- 200 ha de perímetro para horticultura</li> <li>- Reforço de capacidade das associações camponesas</li> <li>- Gestão de terras</li> </ul> <p><b>Quando?</b> 2008</p> <p><b>Apoio técnico financeiro:</b> BAD</p> <p><b>Área geográfica:</b> Bissau, Biombo, Cacheu, Oio, Bafata e Gabu, isto é, dois terços do país</p> <p><b>Avaliação:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tempo curto do projecto para resolver o problema</li> <li>- Nível de pobreza das populações muito elevado</li> <li>- Falta de capacidade organizacional dos camponeses</li> </ul> <p>Capacitação</p>	<p><b>Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Associações das Mulheres camponesas</li> <li>- ONGs concernentes</li> </ul> <p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação na gestão de fundos e recursos naturais</li> <li>- Reforço de capacidade dos actores intervenientes em todos sentidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar as capacidades dos actores directamente implicados</li> <li>- Apoio incondicionais as associações das mulheres</li> <li>- Acesso a terra para as mulheres</li> <li>- Educação ambiental, sensibilização/Info/ Comunicação</li> </ul> <p><b>Consideração:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Actualização de alguns elementos, através dos indicadores de degradação das terras como por exemplo: Nível das chuvas, áreas e as populações atingidas</li> </ul>	

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		Onde?					
14	Direcção Geral da Pecuária/MADR-Bernardo Cassamá	<p><b>Percepção:</b> (A G-Bissau tem 500 Mil efectivos de bovinos (75% no Leste do pais)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 80 Mil efectivos de porcos</li> <li>- 600 Mil de aves</li> <li>- Conflitos entre os camponeses</li> <li>- Transumância (sua causais e consequências)</li> <li>-Seca é visível</li> <li>-degradacao de solos tambem é visível</li> </ul> <p><b>Causas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura itinerante</li> <li>-Queimadas descontrolada</li> <li>-Transumancia desorganizada</li> <li>-desflorestação abusiva</li> <li>-mudanças climáticas</li> </ul> <p><b>Impactos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de pastos</li> <li>-Falta de agua para o Gado</li> <li>-aumento da temperatura</li> <li>-ventos fortes</li> </ul>	<p><b>Ações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Seguimento e Avaliação da Implementação da carta da política do desenvolvimento Agrária (Componente Pecuária)</li> </ul> <p><b>Quando?</b></p> <p><b>Apoio financeiro/Técnico:</b></p> <p><b>Área Geográfica:</b></p> <p><b>Avaliação:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de pasto e agua na época seca, principalmente na zona leste dos pais</li> <li>- Falta de um corredor animal</li> <li>- Falta de corredor de transumância</li> <li>- Pecuária Extensiva</li> <li>- Falta de zonagem agro-silvo-pastoril</li> <li>- Falta de presas de água doce</li> <li>- DG Pecuária não tem nenhum projecto ligado a GST</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Reciclagem sobre as técnicas de comunicação/informação e sensibilização</li> <li>-Reciclagem sobre a gestão participativa</li> <li>-Reciclagem sobre as técnicas de vulgarização da Lai e Regulamento da Terra</li> </ul>	<p><b>Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Agricultores</li> <li>-Criadores de Gados</li> <li>-Exploradores Florestais e Governo</li> </ul> <p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-GST</li> <li>-GIIT, GFC</li> <li>Delimitação do Território</li> <li>Gestão participativa</li> <li>Zonagem Agro-Ecológica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Experiencia da GAPLA e PASP( GIIT e GFC)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modernização da pecuária</li> <li>- Pecuária semi-intensiva ou intensiva</li> <li>- Criação de zona de pastorícia</li> <li>- Zonagem agro-agricola presas de agua nos vales de rios de agua doce</li> <li>- Respeitar a carta de política agrária com total implicação da pecuária</li> <li>- Apoio Financeiro e técnico (Projectos de desenvolvimento a pecuária)</li> <li>- Projecto de modernização de manejo animal</li> <li>- Projecto de modernização de sistema de produção animal</li> <li>- Formação em sanidade animal e produção animal</li> <li>- Formação para os beneficiários/criadores gado</li> <li>- Formação especializada para</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<ul style="list-style-type: none"> <li>-diminuicao das chuvas</li> <li>-diminuicao da producao agraria</li> <li>-diminuicao da area de pastagem</li> </ul> <p><b>Onde?</b> Leste( Bafata e Gabu)</p>					<p>técnicos da DGP e para criadores/beneficiários</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio institucional para o seguimento e avaliação</li> <li>-Necessidade de financiamento de seguimento e Avaliação dos projectos</li> <li>-projectos devem reflectir o actual estado de degradação dos recursos naturais</li> <li>-deve haver vontade politica firme e determinante nas resoluções dos problemas dos recursos naturais</li> <li>-sensibilização das populações sobre GFC</li> </ul>
15	GAPLA/MADR – Aníbal Pereira – Director Geral	<p><b>- Percepção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Problema Degradação de terra é serio mais encarado com ânimo leve</li> <li>- Actores não tomam consciência do problema (ganhos imediato com prejuízos mais tarde)</li> </ul>	<p><b>Acções:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fazer a planificação, seguimento e avaliação agrária</li> </ul> <p><b>Quando?</b></p> <p><b>Apoio financeiro e técnico:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de consciencialização por parte da nossa população sobre problema de degradação de solo</li> <li>- Falta de alternativas por parte do Governo</li> <li>- Falta de sensibilização</li> </ul>	<p><b>- Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultores</li> <li>- Criadores de gado</li> <li>- Exploradores florestais</li> </ul> <p><b>- Governo</b></p> <p><b>- Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- GST</li> <li>- Formação no domínio de GITT,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Experiencia de GAPLA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de financiamento, seguimento e avaliação de projectos</li> <li>- Os projectos devem reflectir actual estado dos recursos naturais</li> <li>- Deve haver vontade política firme e determinante nas resoluções dos</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muitos actores são analfabetos</li> <li>- Actores não têm a técnica necessárias para fazer face ao fenómeno de degradação das terras</li> <li>- Departamento da engenharia sem meios</li> <li>- Prevalência de técnicas tradicionais na nossa agricultura</li> <li>- <b>Causais Principais de degradação de terra:</b></li> <li>- Desflorestação incontrolada</li> <li>-mudanças climáticas</li> <li>Agricultura itinerante</li> <li>-queimadas descontroladas</li> <li><b>Impactos:</b></li> <li>- Chuvas fortes –</li> <li>-Sedimentação nas zonas baixas</li> <li>- salinização</li> <li>- Fenómeno de emigração/Imigração por causa da degradação das terras</li> <li>- Redução e áreas produtivas</li> </ul>	<p><b>Área Geográfica:</b></p> <p><b>Avaliação:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de contrapartida nacional</li> <li>- <b>Capacitação:</b></li> <li>Sensibilização sobre a GST</li> <li>-Reciclagem sobre as técnicas de vulgarização dos pacotes legislativos</li> <li>-Gestão participativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>GFC e seja dono de fogo</li> <li>- Delimitação do território</li> <li>-Formação sobre zonagem Agro-Ecológica</li> <li>-Gestão Participativa</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>problemas dos recursos naturais</li> <li>- Sensibilização das populações sobre GST</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perda de rendimento por parte da população e aumento da pobreza</li> <li>- Perdas económicas ao nível de país</li> <li>- Degradação de bolanhas de mangal e do planalto</li> </ul> <p><b>Onde?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ao nível nacional e nas zonas húmidas</li> </ul>					
16	FAO – Rui Fonseca – Encarregado de Programa	<p><b>Percepção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação das terras é um fenómeno que tem estado a lastrar com consequência negativas a vários níveis</li> <li>- Ausência de coordenação institucional, nem seguimentos muito menos a coordenação de acções no terreno</li> <li>- Não se conhece em termos quantitativos e qualitativos o nível da degradação</li> </ul> <p><b>Causais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Queimadas de forma descontrolada</li> <li>- Cortes florestais</li> </ul>	<p><b>Acção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar o MADR na luta contra insegurança alimentar (projecto utilização racional património Florestal)</li> <li>- Apoio regulamentar sobre a lei da terra</li> <li>- Apoio na elaboração e regulamentação da lei florestal</li> <li>- Gestão da água para orizicultura numa perspectiva de pequenos ordenamentos das terras</li> </ul> <p><b>Quando?</b> A partir de 1999</p> <p><b>Apoios</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível baixo de organização no mundo rural,</li> <li>- Falta de fluxo de informação</li> <li>- Analfabetismo</li> <li>- Falta de informações</li> <li>- As instituições que trabalham neste domínio têm um nível médio da percepção do problema</li> <li>- Desorganização total no funcionamento e actuação das instituições do estado e das ONGs</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço de capacidade dos</li> </ul>	<p><b>Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ONGs concernentes,</li> <li>- Organizações e associações camponesas,</li> <li>- Instituições do Governo</li> <li>- Instituições cooperantes</li> </ul> <p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação, seguimento e análise dos projectos</li> <li>- GST</li> <li>- Delimitação de território</li> <li>- Lider Ships</li> </ul>	Experiencia da FAO Guiné-Bissau	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O programa deve ter em conta no máximo as prioridades dos beneficiários</li> <li>- Envolver todos os actores concernentes</li> <li>- Envolver os beneficiários na formação e na execução</li> <li>- Promover de forma activa a elaboração dos planos</li> <li>- Necessidade de implementação dos programas e planos de acção existentes</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		para diferentes utilizações de uma forma desorganizada - Ocupação desorganizada de plantação e Caju - Corrida a acesso a terra sem observância da lei da terra <b>Impactos:</b> - Acidificação de Bas Fonds e ou Bolanhas - Salinização das terras - Obras hidráulica mal feitas, sem ter em conta aspectos ambientais <b>- Onde?</b> - Zona Costeira e húmidas e nos planalto da Guiné-Bissau	<b>Financeiros/Técnico:</b> FAO, EU e Holanda <b>Área geográfica:</b> - Todo o país - Norte e Leste <b>Avaliação:</b> <b>- Que fazer?</b> -	intervinientes no processo - Campanha de sensibilização de actores locais			
17	UICN Bissau – Nelson Dias - Representante	<b>- Percepção:</b> <b>Causas:</b> - Sistemas de produção inadequado - Falta de rotação de cultura - Falta de conhecimento de solo - Falta de	<b>- Acções:</b> - Conservação de natureza <b>Quando:</b> A partir dos anos 80 <b>Apoio</b> <b>Financeiro/Técnico:</b> - Suíça <b>- Área geográfica :</b> - Zona costeira e húmida	- Falta de capacidade de inovação - Falta de Gestão de solo - Falta de capacidade do estado em fazer face ao problema - Sistema de produção tradicional - Falta de uma agenda agrícola	<b>Actores:</b> - Associações de base - ONGs intervinientes no local - Estado - Sector privado <b>Formação:</b> - Estado e sector privado –	- Experiencia de UICN na Guiné-Bissau - Experiencia do IBAP	- Finalização e implementação PAN/LCD/UNCCD

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>conhecimento sobre exigência de cada cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Erosão pluvial</li> <li>- Erosão Eólica</li> <li>- Queimadas mal feita</li> <li>- Forma tradicional de limpeza de terrenos p/agricultura</li> <li>- Uso de técnicas tradicionais na preparação de terrenos Agrícolas</li> </ul> <p><b>Problema fundiário</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Queimadas</li> <li>- Função das plantas leguminosa/fixação de azoto</li> <li>- Desflorestação desorganizada</li> <li>- Mudanças Climáticas/diminuição da chuva</li> </ul> <p><b>Impactos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação de solo</li> <li>- Baixa produção agrária</li> <li>- Empobrecimento de solos</li> <li>- Aumento de temperatura</li> <li>- Ventos fortes</li> <li>- Diminuição de</li> </ul>	<p><b>Avaliação:</b> Suficiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de quadros especializados na GST</li> <li>- Falta de motivação de quadros</li> <li>- Falta de pesquisa acção</li> <li>- Falta de acesso a informação</li> <li>- Falta de investimento</li> </ul> <p><b>Inclusão do PAN/LCD/UNCCD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência financeira</li> <li>- Instabilidade político-constitucional</li> <li>- Não implicação de principais actores concernentes</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inovação tecnológica</li> <li>- Técnica de gestão de terras</li> </ul>	<p>desenvolver pesquisa agrária, Zonagem agro-ecologica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Especialização de quadros na GST</li> <li>- ONGs e associações de base – GST, GITT, GFC e delimitação</li> <li>-</li> </ul>		

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		precipitação - Compactação de solo - Tanificação de solos - Intrusão salina <b>Onde:</b> Planaltos e nas zonas baixas					
18	PBDGZC-GB – Dauda Saw – Coordenador. Nacional	<b>Percepção:</b> - Degradação de solos <b>Causas:</b> -mudanças climáticas -exploracao mineira desorganizada -desflorestação descontrolada -exploração desorganizada de madeira -betunização das zonas húmidas <b>Impactos:</b> - Salinização - Sedimentação - Inundações - Erosão pluvial - Baixa de produção agrária - Diminuição terras aráveis - Indisponibilidade de pasto para o gado - Conflitos fundiários - Modificação da	- Gestão da Biodiversidade e da zona Costeira <b>Quando?</b> A partir de 2002 <b>Apoio</b> <b>Financeiro/Técnico:</b> -BM/GEF – 10 milhões de USD <b>Área geográfica:</b> - Zona Costeira e continental (Corredor de fauna) <b>Avaliação:</b> - Suficiente, embora é necessário ainda financiar a fundação BIO-GUINÉ	- Falta de quantificação ao nível nacional de níveis de degradação de solos/terras - Faltas de Mapas que indicam zonas afectadas - Falta de respeito a definição da terra no quadro da lei fundiária - Falta de uma entidade emissora de pacotes estandardizado de tecnologias -Acções descoordenadas no terreno - Falta de equipamentos/materiais - Falta de quadros especializados - Falta de reforço de capacidade	<b>Actores:</b> - MADR, MERN, ONGs, Comunidade local e sector privado <b>Formação:</b> - Técnico profissional sobre GST - Gestão Florestal - GITT, GFC e co-gestão participativa	- Experiencia de projecto <b>PBDGZC-GB</b>	- Conservar e valorizar a biodiversidade na zona costeira - Aquisição de conhecimento sobre GST - Formação de camponeses sobre as técnicas de GST - Promover a compostagem - Uso das tecnologias locais para actividades agrárias - Promover o saber e o saber fazer local  - Repovoamento florestal. - Apoio a produção agrícola intensiva no Planalto e recuperação das bolanhas - Utilização de sistema de irrigação - Valorização de

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>textura do solo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fraca aptidão de solo</li> <li>- Acidificação de solos de mangal</li> <li>- Laterização de solos</li> <li>- Solos da GB são, de modo geral, pobres em fósforos (P)</li> </ul> <p><b>Onde?</b></p>		<p>institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de motivação de quadros técnicos</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei de terra e seu regulamento</li> <li>- Zonagem agro-ecológica</li> <li>- GST</li> </ul>			perímetros
19	<b>D.G.Ordenamento do Território(Arq. Adolfo Ramos-Director-Geral)</b>	<p><b>Percepção:</b></p> <p>A G. Bissau é um país Costeiro, o que lhe dá mais vantagens em relação a alguns países da Sub-região, Dada a nossa inexperiência na Gestão do Território, não estamos aproveitar estas vantagens, pelo contrario, estamos a sofrer graves consequências da gradação da Terra, nomeadamente, a Seca.</p> <p><b>Causas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Acção do Homem(Desflorestaçã o desenfreada, queimada, para múltiplos fins,</li> </ul>	<p><b>Ações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Elaborar as Politicas, Planos(Plano Nacional de Ordenamento do Território) e Leis</li> <li>-Coordenar a Vulgarização de Tecnologias e Pacotes Legais a nível Nacional(Comissão Nacional de Ordenamento do Território)</li> <li>- Fiscalizar a Implementação das Politicas, Planos e Leis</li> <li>-Promover a Formação</li> </ul> <p><b>Quando?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A partir de2007</li> </ul> <p><b>Apoios:</b></p>	<p>Falta da Coordenação Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Falta de Quadros Capacitados</li> <li>-Falta de Experiência na Gestão da Terra</li> <li>-Falta da Capacidade Económica e Financeira do Pais</li> <li>-Falta de Quadros Especializados</li> <li>-Instabilidade Político-constitucional</li> </ul> <p><b>Capacitação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reciclagem na GST, Técnicas de Vulgarização de Tecnologias e de Pacotes de Leis, Gestão Participativa</li> </ul>	<p><b>Actores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Comunidades Locais</li> <li>-Administração Publica(Poder Local, Governo Central(-MADR,SEADD,MA T,MISC,MERN)</li> <li>-Comunidade Local, Associação de Base e ONGs</li> </ul> <p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Especialização</li> <li>-Zonagem Agro-Ecológica</li> <li>-Delimitação do Território</li> <li>-GST,GITT,GFC e OT</li> </ul>	Experiencias de Quadros a titulo individuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessidade de Reforço de Capacidades(SIG e actualizaçao de Capas) e, apoios institucionais</li> <li>-Necessidade de apoios Financeiros na elaboração e Execução de projecto-piloto(EXEMP. Mercado Nacional/Mensal, em Soninhos)</li> <li>-Necessidade de Elaboração de Programas de Informal sobre Noções de Estado(Papel, Competências e Atribuições)</li> </ul>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p>descontrolada, agricultura itinerante, exploração de madeira, para fins comerciais, desorganizada).</p> <p>-Mudanças Climática</p> <p><b>Impactos:</b></p> <p>-Erosão Costeira</p> <p>-Sedimentação de Zonas Baixas</p> <p>-Introdução de Agua Salina nas Bolanhas de Agua Salgada</p> <p>-Aumento de Acidificação nas Bolanhas de Agua doce e Salgada</p> <p>-Aumento de Temperatura</p> <p>-Forte Vento</p> <p>-Diminuição da Chuva</p> <p>-Redução da Produção Agrária</p> <p>-Redução de Áreas Aráveis</p> <p><b>Onde?</b></p> <p>- Planalto</p> <p>-Zonas Baixas</p>	<p>Financeiro técnicos UEMOA - Ordenamento do Território a nível da Sub-região, (Políticas c/ intervenções nas áreas de descentralização)</p> <p>Técnico-Acordos Bilaterais(Senegal, Laboratório da Engenharia Civil de Portugal e UEMOA)</p> <p><b>Área Geográfica:</b></p> <p>-Todo o Território Nacional</p> <p><b>Avaliação:</b></p> <p>-Insuficiente- Necessidade de uma consciência nacional no sentido de Promover o Sector</p> <p>-Mais Parcerias, Reforço de Capacidades, formação de Quadros(Geografia, economia e Sociologia)</p> <p>-Mais Cooperação Bilaterais e Engajamento do Governo.</p>				

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
20	<b>D.G.G.Cadastro (Eng.Braima Biai-Director-Geral)</b>	<p><b>Percepção:</b> -Degradação de Solos -Seca bem visível</p> <p><b>Causas:</b> -Acção do Homem(Agricultura itinerante, Desflorestação desorganizada, Queimadas sem controlo, corte de Madeiras sem controlo, não Rotação de Culturas) -Mudanças Climática</p> <p><b>Impactos:</b> -Sedimentação das Zonas Baixas -Aumento da Temperatura -Forte Vento -Diminuição da Chuva -Redução da Produção Agrária -Erosão Costeira -Redução de Áreas Aráveis</p> <p><b>Onde?</b></p>	<p><b>Ações:</b> -Coordenação das acções de Cartografia, cadastro e Geodezia -Elaboração das Políticas, Planos e Leis -Seguimento e Fiscalização da implementação das Políticas Planos e Leis -Elaboração e Produção de Mapas(Carta de Solos, de Vegetação,) - Registo de todas as Concessões de Terra -Montagem do SIG</p> <p><b>Quando?</b> A partir do aparecimento do Estado da Guine(Agrimensura)</p> <p><b>Apoios:</b> -Governo-Salario -EU-Projecto de Valorização dos Recursos Fundiários-1500000E</p>	<p>Falta de Equipamentos de Trabalho(Nova Tecnologia) -Falta de Capacitação de Quadros -falta de Energia Falta de Financiamento - Falta de Contrapartida do Governo(Investimento) -Falta de Sinergia do Governo Com outros Actores Concernentes</p> <p><b>Capacitação:</b> -Reciclagem de Quadros sobre SIG e GPS -Reciclagem sobre Técnicas de Vulgarização das Leis e Regulamentos Reciclagem sobre Gestão Participativa -Reciclagem sobre Plano Director da Cidade(UNOR e POS)</p>	<p><b>Actores:</b> -Ministério de Tutela(CARTOGR AFIA),MADR,SEA DD -MERN, MT, MAT, D.G.Marinha Mercante -DGOT -CMB,Poder Local -Comunidade Local -Ass.Base,ONGs</p> <p><b>Formação:</b> -GST,Delimitação do Território,GFC,GI TT -Zonagem Agro-Ecológica -SIG eGPS</p>	<p>-Experiências de Delimitação do Território na G.Bissau -Experiencias Individuais de Quadros -Experiencia do Processo de Elaboração da Lei e Regulamentos sobre a Terra na Guiné-Bissau,GRN e Gestão de Conflitos Fundiário</p>	<p>-Necessidade de se chegar ao fim com a Elaboração eExecução deste Programa de Cooperação sobre a GST - Necessidade de o Pais intiorizar este Programa como um Programa Nacional -Necessidade de Implicação das Autoridades Governamentais -Fazer uma Campanha de Sensibilização aos Governantes sobre este Programa -Estabilização das Instituições Publicas(Aprovação de uma Lei Orgânica pelo Parlamento)</p>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		-Leste: Sonaco, Pirada, Pitche e Boe -Norte: Biombo, Zonas Costeira (Varela) -Sul: Bolanhas, Ilhas	<b>Área Geográfica</b> - Todo o País  <b>Avaliação:</b> -Insuficiente-Escases de Equipamentos -Falta de Quadros Especializados(SIG,G PS)				
21	<b>D.G.M.Mercante (Dr. Mário Musante da Silva-Director Geral,Cmt.Duarte Barbosa-Assessor Técnico</b>	<b>Percepção:</b> -A Degradação do Solo e Muito Visível na G.Bissau -Seca  <b>Causas:</b> -Desflorestação desorganizada -Queimadas sem Controlo Agricultura Itenerante -Mudanças Climáticas  <b>Impactos:</b> -Sedimentação das Zonas Baixas -Erosão Costeira -Redução da Produção Agrária -Aumento da Temperatura -Forte Vento	<b>Ações:</b> -Elaboração de Políticas, Planos e Leis sobre o Sector -Velar pelo combate a Erosão Costeira -Promover a Dragagem -Fiscalizar a Execução Sustentável das Políticas, Planos e Leis -Promover a actualização dos Pacotes Legislativos(desde Colonialismo) -Promover a Remusao das Zucatas de Navios afundados nos Portos da GB  <b>Quando?</b> - Desde Época Colonial	<i>Falta de Quadros Qualificados</i> <i>-Falta de Meios Materiais e Financeiros</i> <i>-Falta de Engajamento do Governo Política e Financeiramente</i> <i>-Falta de Concertações entre o Governo e, com todos actores concernentes(CMB;D GOT,DGGC e IBAP)</i>  <b>Capacitação;</b> <i>-Reciclagem sobre a Administração e a Polícia marítima</i> <i>-Reciclagem sobre Técnicas de Vulgarização de Pocotes Legislativos</i> <i>-Reciclagem sobre a</i>	<b>Actores:</b> -CMB, DGADD,DGOT,DG GC - <i>DNMeteorologia, Ass. Pescadores Artesanais,DGFF, DGA,DGP eDGMM</i>  <b>Formação:</b> <i>-Especialização na Administração, na Lrgislação e na Polícia Marítima</i> <i>-GST</i> <i>-Zonagem Agro-Ecológica</i> <i>-Nas Técnicas deCombate a Erosão Costeira</i>	<i>Experiência do Processo da Elaboração da Lei e dos Regulamentos sobre a Terra na GB</i>	<i>-Necessidade de Involvimento de todos os Actores na tomada de decisões</i> <i>- Necessidade de Transparencias na distribuição de Formação, Investimentos</i> <i>-Mais Concertações e, menos interferências nas Competências dos outros</i>

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p><i>-Diminuição da Chuva</i></p> <p><b>Onde?</b></p> <p><i>-Nas Zonas Baixas do País</i></p> <p><i>-No Planalto</i></p>	<p><b>Apoio Financeiro/Técnicos:</b></p> <p><i>-Nunca existiram</i></p> <p><b>Área Geográfica:</b></p> <p><i>-Apartir de maximo Preia-Mar, ate 80 metros anivel Nacional</i></p> <p><b>Avaliação:</b></p> <p><i>-Insuficiente- Necessidade de apoios(Financeiros, Materiais e Quadros Qualificados)</i></p>	<p><i>Gestão Participativa</i></p>			
22	<p><b>APALCOV</b></p>	<p><b>Percepção:</b></p> <p><i>-Este fenómeno é muito acentuado na sua área de acção (Regiões de Bafata e Gabu-</i></p> <p><b>Causas:</b></p> <p><i>-Erosão;</i></p> <p><i>- Desflorestação;</i></p> <p><i>- Mudanças Climáticas</i></p> <p><b>Impactos:</b></p> <p><i>-Empobrecimento da terra</i></p>	<p><b>Ações:</b></p> <p><i>- Na área de agropecuária;</i></p> <p><i>- Recuperação de Bas-Fond;</i></p> <p><i>- Horticultura;</i></p> <p><i>- Educação e Sensibilização;</i></p> <p><i>- Desenvolvimento Sustentável</i></p> <p><b>Quando?</b></p> <p><b>Apoio Financeiro/Técnicos:</b></p> <p><i>- De alguns Organismos</i></p>	<p><b>Capacitação,;</b></p> <p><i>- Falta de quadros qualificados;</i></p> <p><i>- Falta de equipa,mentos;</i></p> <p><i>- Falta de engajamento do Governo na problemática de GST</i></p>	<p><b>Actores:</b></p> <p><i>-Comunidades Locais</i></p> <p><i>-Administração Publica (Poder Local,Governo Central(- MADR,SEADD,MA T,MISC,MERN)</i></p> <p><i>-Comunidade Local,Ass.Base e ONGs</i></p> <p><b>Formação:</b></p> <p><i>-Formação na produção de biogás com</i></p>	<p><i>- Experiência da APALCOV na área de horticultura e recuperação e melhoria de bas-fond;</i></p> <p><i>- Plantação da planta (moranca olifeita)- Nené Badadji para a produção de óleo alimentar e alimento;</i></p> <p><i>- Compostagem orgânica</i></p>	

N.º	Actores	Percepção do Problema	Papel da organização/Direcção na GST (presente e potencia)	Constrangimentos	Demanda	Ofertas	Recomendações
		<p><b>Onde?</b> -Zona Norte e Leste do país</p>	<p>Internacionais</p> <p><b>Área Geográfica:</b> - Regiões de Bafata e Gabul</p> <p><b>Avaliação:</b> -Insuficiente- Necessidade de apoios(Financeiros, Materiais e Quadros Qualificados)</p>		<p><i>recurso ao excremento bovino;</i></p> <p>- Formação na área de animação e contabilidade;</p> <p>- Formação da Associação de Juventude de Contuboel (AJOC).</p>		
23	LVIA	<p><b>Existe a problemática da degradação de terra</b></p> <p><b>Causas:</b> - Exploração indevida de inertes (cascalhos); - Desflorestação; - Corte de mangal para cozer o sal</p> <p><b>Impactos:</b></p> <p><b>Onde?</b> - Norte e Leste</p>	<p>- Tem incentivada a comunidade no uso de vedação das culturas agrícolas com plantas vivas (<i>pulqueiras</i>).</p> <p><b>Quando?</b></p> <p><b>Apoio Financeiro/Técnicos:</b> - EU, FIDA, FAO, Cooperação Italiana</p> <p><b>Área Geográfica:</b> <b>Norte, Leste e Sul</b></p> <p>Avaliação: Insuficiente</p>	<p>- <b>Financiamento insuficiente;</b> - Falta de assumpção do Governo para complementar as acções da LVIA; - Falta de meios técnicos</p>	<p>- Formação na área de GST; - Disponibilização de tempo de antena nas rádios comunitários para informar sobre as acções da LVIA</p>	<p>- <i>Experiência da LVIA</i></p>	<p>- É necessário a concertação entre os intervenientes na problemática de GST</p>

## Matriz 2 – Quadro de Actores

Grupos de Actores	Representantes	Posição	Homem/Mulher
<b>1. Governo</b>			
Direcção Geral Agricultura (1)	Zezinha Moura	Directora Geral	Mulher
Direcção Geral Floresta e Fauna (1)	Malam Cassamá	Director Geral	Homem
Direcção Geral da Pecuária (1)	Bernardo Cassamá	Director Geral	Homem
Direcção Geral Ambiente e (1)	Nelson Justino Gomes	Director Geral	Homem
Direcção de Serviço de Hidráulica Agrícola	Rui Nené Djata	Director de Serviço	Homem
Presidência IMC (1)	Iracema de Rosário	Presidente	Mulher
Projecto de Reabilitação do Sector Agrícola e Rural - PRESAR(Bafata) (1)	Kaouso Diombera	Coordenador Nacional	Homem
Gabinete de Planeamento Agrário (Divisão de Seguimento e Avaliação de Projectos) (1)	Aníbal Pereira	Director	Homem
Projecto de Reabilitação Rural e Desenvolvimento Comunitário (Quinará e Tombali) (1)	Marcelino Martins	Coordenador	Homem
PRS 2	Alvarenga	Engenheiro Auxiliar da Coordenação	Homem
Direcção de Serviço de Protecção Vegetal	Geraldo Sariat Menut	Director de Serviço	Homem
Ponto Focal das Convenções (2)	Nelson Justino Gomes	Ponto Focal Adjunto	Homem
Direcção Geral Geografia e Cadastro (3)	Braima Biai	Director Geral	Homem
Direcção Geral de Geologia e Minas (3)	Umaru Baldé	Director de Serviço	Homem
CILSS-BISSAU (3)	Ansu Camará	Coordenador	Homem
Direcção Geral da Capitania e Marinha Mercante (6)	Mário Musante	Director Geral	Homem
Direcção Geral da integração Regional (9)	José Biai	Director Geral	Homem
ANP (9)	Daniel Suleimane Embalo	Membro de Comissão Especializada RNAA	Homem
Direcção Geral do Plano (9)	Francisco Quimontche	Técnico responsável para área do ambiente	Homem
Direcção Geral da Meteorologia (10)	João Lona Tchedna	Director Geral	Homem
Ordenamento de Território	Adolfo Ramos	Director Geral	Homem
IBAP	Alfredo Simão da Silva	Director	Homem
<b>2. Sociedade Civil</b>			
KAFO	Sambu Seck	Coordenador	Homem
<b>AMAE</b>	(Antónia Adama Djaló)	2ª Vice Presidente	Mulher
APRODEL (Bafata) (1)	Mamadou Diallo	Director do Programa	Homem
LVIA (Bissora, Quinará) (1)			
ADPP (Bissora) (1)			
DIVUTEC Gabú (1)			

Acção para o Desenvolvement (1)	Jorge Camilo Handem	Director de Escola de Artes e Ofícios	Homem
L VIA	Óscar Vaz/Demba Nhamadjo	Consultor/Administrador	Homens
UICN (4)	Nelson Gomes Dias	Representante Residente	Homem
APALCOV (1)	António Nasalu	Coordenador do Programa	Homem
<b>3. Sector Privado</b>			
Ponteiros (10)	Lassana Djassi	Ponteiro	Homem
<b>4. Cooperação Internacional</b>			
PNUD (1)	Valenten Traoré	Encarregado do Programa	Homem
FAO (1)	Rui Fonseca	Encarregado do Programa	Homem
Outros			
<b>5. Cooperação Financeira Internacional</b>			
PNUD (5)	Valenten Traoré	Encarregado do Programa	Homem
FAO (5)	Rui Fonseca	Encarregado do Programa	Homem
BM (5)	Cármén Pereira	Chefe de Antena	Mulher
BAD (5)	Ansumane Mané	Representante Residente	Homem
Outros			
<b>Outros Actores</b>			
Projecto Gestão da Biodiversidade e Zona Costeira	Dauda Sow	Coordenador	Homem

### Matriz 3 – Programa/Projecto já executados

N.º	Programa/Projecto	Objectivos Gerais	Objectivos Específicos	Ações	Início	Fim	Instituição Responsável	Área de intervenção	Impacto esperado (beneficiário, ha)	Orçamento
1	- Iniciativa IREM-LCD	<p>Criação dos instrumentos que contribuem para a implementação dos PAN-LCD dos Estados membros do CILSS.</p> <p>. Dez (10) projetos estão em curso de execução e nove (9) novos projectos foram aprovados num montante total de 1.198.003 Euros,distribuídos por 8 Estados membros do CILSS.</p> <p>. o presente documento faz o balance das realizações dos projectos em cursos e dos objectivos dos novos projectos.</p> <p>Junho de 2005</p> <p>Comité permanente Inter-Etados de Luta contra a Séca no Sahel- CILSS</p> <p>Interstate Committee for Drought Control in the Sahel</p> <p>DADOS SYNÓPTICOS SOBRE O PROGRAMA IREMLCD</p> <p>***</p>	<p>Criação e Gestão das Florestas Comunitárias,conservação o das Águas e dos Solos, Actividades geradoras de rendimentos,energias domésticas</p> <p>Preservação dos recursos florestais,através da redução da</p> <p>Desflorestarão( culturas intensivas no planalto), Recuperação/melhor valorização das terras salinizadas ou acidificadas</p> <p>« bolanhas » e das superfícies naturalmente não povoadas,criação de recursos alternativos ao carvão de lenha.</p>	<p>Delimitar as florestas comunitárias</p> <p>Distribuir as sementes e materiais para as culturas horticolas as populações locais,</p> <p>Realizar campanhas de sensibilização contra o VIH SIDA</p> <p>Gerir os Bas Fonds e implementar a Horticultura para as mulheres.</p>			CILSS	Norte e Leste	Criação e Gestão das florestas comunitárias, conservação das Águas e Solos,actividades geradoras de rendimentos, energias domesticas alternativas garantidas.	1 198 003 €

		Realizações dos 10 projetos em curso Apresentação dos 9( nove ) novos projectos.								
2	PASP	Contribuir na melhoria de condições de vida dos agricultores, especialmente das mulheres através de desenvolvimento de metodologia participativa para a gestão e utilização durável dos recursos naturais disponíveis	- Gerir integralmente os territórios das tabancas através da Gestão das Florestas Comunitárias, do Programa seja dono do fogo e animação	- Ensino aos agricultores das técnicas de gestão dos recursos naturais e preservação do solo com base na adubação orgânica; - Implantação das florestas comunitárias; - Animação/Sensibilização e Educação sobre a GST	1990-91	2001	MDRA	Região de Gabu (Pitche e Pirada) e Região de Bafata (Cossé e Contuboel)	Despertar da consciência e mudança de comportamento sobre a Gestão Sustentável de Terra e dos Recursos Naturais	
3	Utilização Racional de património Florestal (CARBONIZAÇÃO)	Formar os camponeses/Carvoeiros nas técnicas melhoradas de carbonização	Usar as fontes das energias lenhosas de uma forma racional	1-formação teórica e prática dos camponeses/carvoeiros sobre as técnicas melhoradas de carbonização 2-Formação teórica e prática dos agentes florestais sobre as técnicas melhoradas de carbonização 3- Formação sobre seguimento e avaliação da organização da fileira de lenha e carvão vegetal	1997	2000	1- INITA 2- DG de FLORESTA 3- DG de ENERGIA 4- DG de AMBIENTE	Província Norte e Leste	1-Varias Associações de Carvoeiros formadas 2-Fileira de carvão e lenha organizada 3-Tecnicas melhoradas de carbonização (Forno Mati e Sub-FOSSE), vulgarizadas massivamente	1.500.000 USD
4	PREDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar o abastecimento das residências ou famílias urbanas e</li> </ul>	1- Assegurar uma gestão durável das formações florestais naturais das regiões de Gabu, Bafatá e	a) Elaboração e adopção de textos regulamentares sobre a comercialização e transportes de	2005		1-DGE 2-DGF 3-CILSS 4-DGAmb.	Todo o Território Nacional	1- Um sistema de gestão durável das formações florestais naturais para a	35.000.000 USD

		<p>rurais em combustíveis domésticos, na base de uma gestão participativa ,integrada e duravel dos recursos naturais dos territorios das tabancas,acelerando e modernizando a substituição do comercio de energias lenhosas ,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar as condições de vida das populações rurais e urbanas,desenvolvendo as tecnologias e actividades modernas geradoras de emprego e de rendimentos ,</li> <li>• Reforçar a coerencia, a coordenação e a</li> </ul>	<p>Oio, estabelecendo um esquema director para o aprovisionamento em lenha e carvão de lenha, que resultam de uma exploração florestal em direcção das zonas mais favoraveis e em função da capacidade real de regeneração natural dos recursos lenhosos locais,</p> <p>2- Promover as energias de substituição e racionalizar o consumo energetico,</p> <p>3- Adaptar o quadro juridico fiscal e institucional de modo a permitir uma implicação real e efectiva dos agrupamentos comunitários na co-gestão dos recursos</p> <p>4- Desenvolver os métodos,criar as competencias e pôr a disposição</p>	<p>lenha e a fiscalização que lhe é aplicável.</p> <p>b) Definição dos procedimentos administrativos (formalidades à cumprir, serviços responsáveis, etc. e dos documentos típicos relativos à criação dos mercados rurais (oficialização de transferência de gestão, caderno de encargo de exploração, estatutos dos mercados etc...)</p> <p>c) concepção e implementação dos mecanismos de revisão periódica das taxas sobre os combustíveis lenhosos e das chaves de repartição e afectação das receitas destas taxas.</p> <p>d) Organização de um atelier nacional de apresentação do</p>						<p>produção de lenha e carvão( energias lenhosas) é elaborado e aplicado.</p> <p>2- As capacidades das organizações comunitárias de base(OCB),para uma boa de responsabilidade quanto a gestão participativa são melhoradas.</p> <p>3- As fileiras das energias domésticas são modernizadas e profissionalizadas.</p> <p>4- As técnicas de carbonização mais económicas e utilização racional de energias lenhosas são promovidas e difundidas.</p> <p>5- A promoção das energias de substituição da energia lenhosa, com vista a diversificação do aprovisionamento dos</p>
--	--	--	---	---	--	--	--	--	--	--

		<p><b>eficacidade de acções e desenvolver a capacidade de intervenção dos actores públicos, privados, locais na execução das actividades com vista ao melhoramento do sub-sector de energia doméstica</b></p>	<p>os procedimentos, que permitam a criação rápida dos mercados rurais de combustíveis lenhosos auto-geridos pelas comunidades ,</p> <p>5- Racionalizar o crescimento da procura de combustíveis lenhosos das cidades pela difusão massiva e utilização eficaz de fogões melhorados a lenha e carvão de lenha e introdução de modelos adaptados que funcionam a base de derivados de petróleo( petróleo e a Gás)</p> <p>6- Dispôr de maneira continua de informações e de dados fiáveis e precisos sobre a evolução no domínio dos combustíveis domésticos, permitindo aos</p>	<p>novo dispositivo regulamentar e fiscal concernente a comercialização e o transporte dos combustíveis lenhosos, a criação de mercados rurais etc.</p>					<p>combustíveis domésticos é assegurada.</p> <p>6- A produção e utilização das energias modernas nas zonas de gestão é promovida.</p> <p>7- Um quadro institucional, jurídico e fiscal, permitindo uma exploração durável dos recursos florestais é criado e aplicado.</p> <p>8- O sistema de planificação energética e assegurado, particularmente por: Um melhor conhecimento das potencialidades florestais, que permite a elaboração de planos de gestão fiáveis etc.;</p> <p>- Um melhor conhecimento do consumo energético real e do fluxo de combustíveis</p>	
--	--	---	--	---	--	--	--	--	--	--

			<p>poderes públicos, as colectividades locais, aos operadores económicos e outros actores de orientar e de avaliar suas actividades,</p> <p>7- Reforçar a capacidade de orientação e de apoio técnico aos operadores de planificação e de seguimento no domínio dos combustíveis domésticos, das instituições encarregues de energia, das florestas e do ambiente.</p>						domésticos. 9- Os meios técnicos, materiais e logísticos de intervenção das instituições/Adm inistrações concernentes são reforçados.	
5	<b>PRS 2 (Programa Regional Solar)</b>	Abastecimento da água potável através do sistema solar (fotovoltaico) a fim de permitir o aumento da cobertura de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da pobreza no âmbito da DENARP;</li> <li>- Melhorias de condições de vida das populações;</li> <li>- Reforço do sector privado fotovoltaico nacional</li> </ul>	- Construção e ou recuperação de furos cuja bombagem e armazenamento de água feito por sistema solar	2003	Finais de Junho de 2009	MERN	Regiões de Bafata, Gabu, Tombali e Oio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço do sector privado fotovoltaico nacional;</li> <li>- Aumento da cobertura de abastecimento de água;</li> <li>- Autonomia das associações concernentes na gestão de água;</li> </ul>	± 4.000.000 de Euros

### Matriz 4 - Programa/Projecto em curso

N.º	Programa/Projetos	Objectivos Gerais	Objectivos Especificos	Ações	Inicio	Fim	Instituição Responsável	Área de intervenção	Impacto esperado (beneficiário, ha)	Orçamento
1	<b>Projecto LAND DEGRADATION (GEF)</b>	Contribuir para atenuar os ricos da Degradação dos Solos, atreves do reforço das Capacidades Institucionais e Individuais, assim como, Integrar a Gestão Durável dos Solos nas Estratégias do Desenvolvimento Durável, afim de melhorar as condições de Vida da População Guineense	Reforçar as Capacidades Nacionais em Matéria de Gestão Durável dos Solos	<p><b>1.</b> Finalizar e Implementar o Plano de Acção Nacional de Combate a Desertificação</p> <p><b>2.</b> Reforçar as Capacidades Institucionais, em Técnica, Organizacionais e Jurídicas do País em Matéria de GDS/LCD</p> <p><b>3.</b> Harmonizar as técnicas de GDS/LCD e a sua Integração nas Políticas, nos Planos e no Quadro do Desenvolvimento do país</p> <p><b>4.</b> Elaborar um Plano de Investimento sobre GDS/LCD a médio termo, bem com, a sua Execução</p> <p><b>5.</b> Criar uma equipa de Gestão, assim como, um sistema de Aprendizagem Adaptativa.</p>	2009	2013	Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Todo o País	<p>R1- PAN/LCD/UNCCD finalizado e implementado</p> <p>a) P1- PAN/LCD/UN CCD adoptado pelo Governo</p> <p>b) P2- PAN/LCD/UN CCD divulgado junto dos diversos parceiros concernentes</p> <p>c) P3- Sistema de seguimento e avaliação do PAN/LCD/UN CCD criado e implementado</p> <p>R2- As capacidades institucionais, técnicas, organizacionais e jurídicas do país em matéria de</p>	<b>1.561.561 USD</b>

									<p>GDS/LCD reforçadas.</p> <p>a - P1-Um mecanismo para integrar os princípios GDS é criado</p> <p>b - P2- As capacidades dos agentes públicos no domínio da GDS, gestão económicas e ambiental desenvolvidos e gestão dos recursos disponíveis descentralizada</p> <p>c - P3- As capacidades das comunidades rurais em matéria de luta contra queimadas, nas zonas mais atingidas reforçadas.</p> <p>d-P4- As capacidades das ONGs concernentes em matéria de GDS das superfícies pastorais e de agricultura duráveis reforçadas e desenvolvidas</p> <p>e-P5- As</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

									<p>capacidades em matéria do SIG, assim como do seguimento e de avaliação Ambiental reforçadas e desenvolvidas</p> <p>R3- Técnicas GDS/LCD harmonizadas e integradas nas políticas planos e nos programas de desenvolvimento</p> <p>f-P1- A legislação nacional sobre GDS e GRN (Gestão dos recursos naturais) harmonizada e aplicada.</p> <p>g-P2- GDS/LCD incorporada na política macroeconómica, assim como nas actividades e sistemas nacionais</p> <p>h-P3- GDS integrada no quadro jurídicos e nos textos em vigor nos diversos sectores (agricultura, queimadas, solos e caça, etc....)</p> <p>R4- Um plano de investimento/</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

									<p>GDS/LCD a médio prazo elaborado e executado</p> <p>i-P1- Um plano de investimento para a GDS/LCD, incluindo um plano para mobilização dos recursos correspondentes elaborados</p> <p>j-P2- Um sistema de seguimento e de avaliação para implementação do plano de investimento elaborado</p> <p>R5- Uma equipa de gestão e de aprendizagem adaptativa, formada e operacional</p> <p>k-P1- Uma gestão eficaz do produto, criada</p> <p>l-P2- O plano de trabalho do projecto, Elaborado e executado</p> <p>m-P3- As experiencias adquiridas, consolidadas e disseminadas</p>	
O2	Projecto de	Contribuir para a	Melhorar a produção	1- Reabilitar 2.000 ha	2006	2010	Ministério de Agricultura e	Regiões de		4.965.970.000 FCFA

	<b>Reabilitação do Sector Agrário e Rural (Regiões Norte, Oeste e Leste -PRESAR)</b>	realização da segurança alimentar. Visando especificamente, a melhoria da produção Orizícola e Hortícola, bem como a promoção da Pecuária.	Orizícola e hortícola, bem como a promoção da pecuária	de bolanhas de bas-fonds (zona baixas) e do Mangal  2- Ornamentar 150 ha de pequenos perímetros Hortícolas a favor das mulheres produtoras.  3- Reabilitar as pistas rurais, poços para a Horticultura e dos armazéns de Estocagem ;  4- Formar e enquadrar os membros das associações dos produtores de arroz e de hortaliças  5- Reforçar as capacidades dos quadros do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural			do Desenvolvimento Rural	Cacheu, Oio, Bafatá, Gabú, Biombo e SAB		
03	<b>Apoio a Dinamização da economia Rural e</b>	Redução da pobreza no meio rural e	1-Apoio a dinamização da	1-Estabelecer um protocolo de acordo	2008	2011	MADR (Unidade de Gestão do Projecto-UGP)	Todo o País		984.179,44 Euros Fundo

	<b>Reforço dos Serviços Estatísticos (QOM STABEX)</b>	melhoramento da produção de estatísticas agrícolas	<p>economia rural através do reforço das capacidades de intervenção das organizações sócio-profissionais, da melhoria da capacidade da fileira de produção e comercialização de produtos das palmeiras de óleo, de mangas e outros frutos tropicais, bem como o apoio a 30.000 famílias camponesas no relançamento da produção agrícola nacional pelo fornecimento de factores de produção agrícola;</p> <p><b>2-Apoiar o reforço institucional dos Serviços estatísticos, permitindo a melhoria da produção e difusão de estatísticas agrícolas, bem como das estatísticas dos sectores ligados a produção agrícola e a exportação dos produtos.</b></p>	<p>para prestação de serviços com o INPA e o centro de Viveiro de Embunhe para a produção de material vegetal e sementes de boa qualidade;</p> <p><b>2-Introduzir e divulgar o material vegetal e sementes de boa qualidade;</b></p> <p><b>3-Elaborar e difundir os boletins de informação técnica sobre a fruticultura;</b></p> <p><b>4-Instalar os viveiros privados;</b></p> <p><b>5-Formar 5 técnicos em fruticultura na sub-região;</b></p> <p><b>6-Formar os produtores/fruticultores sobre as técnicas culturais e a gestão dos pomares;</b></p> <p><b>7-Realizar inventario das principais doenças dos frutos;</b></p> <p><b>8-Intruduzir pequenas unidades de transformação, conservação dos frutos e apoiar a comercialização;</b></p> <p><b>9-Organizar as visitas de intercâmbio de experiências para os produtores na sub-região;</b></p> <p><b>10-Identificar as</b></p>							STABEX/Comissão Europeia
--	---	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--------------------------

				<p>famílias beneficiárias e as suas necessidades;</p> <p><b>11</b>-Selecionar os organismos parceiros para o transporte e distribuição dos factores de produção;</p> <p><b>12</b>-Aquirir e distribuir os factores de produção;</p> <p><b>13</b>-Realizar seguimento técnico e avaliar periódica assistência fornecida e o seu impacto junto dos beneficiários;</p> <p><b>14</b>-Apoiar o processo de criação e legalização das associações de produtores;</p> <p><b>15</b>-Formar os membros das organizações camponesas em gestão, contabilidade, alfabetização funcional, etc.;</p> <p><b>16</b>-Organizar visitas de intercâmbio de experiências inter-regionais e sub-regionais;</p> <p><b>17</b>-Adquirir os equipamentos e mobiliários de escritórios;</p> <p><b>18</b>-Realizar os estudos e inquéritos sobre a quantificação e qualificação das variedades existentes de frutos para a</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>exportação;</p> <p>19-Formar os técnicos estatísticos encarregados da recolha de dados;</p> <p>20-Recolher, tratamento e difusão periódica das estatísticas agrícolas e do comércio externo (elaboração de boletins estatísticos);</p> <p>21-Difusão de informações sobre os preços dos produtos agrícolas no produtor e no mercado, bem como sobre as normas da UE e da UEMOA sobre a comercialização e o controlo de qualidade.</p>						
04	<b>Política Regional de Energia</b>	Acesso aos serviços energéticos das populações rurais e peri-urbanas da Sb-Região, afim de lhes permitir que até 2015, metade desta população aceder aos serviços energéticos modernos.	Promoção de um Desenvolvimento humano Durável e assegurar o cumprimento dos OMD, através do acesso aos serviços energéticos, como prioridades nacionais.	<p>1- Reforço da integração regional, através de aplicação de boas práticas comuns, trocas de experiências de um sistema de informação regional, desenvolvimento da cooperação transnacional para sustentar um desenvolvimento durável na região e reforço de capacidades institucionais;</p> <p>2 - Promover a harmonização do quadro político institucional a nível</p>	2003	2015	DGE, DGFF, DG Amb, Sector Privado e ONGs	Urbana, peri-urbana e Rural		17,5 biliões USD, em 10 anos, por investimento de acesso e 34,6 biliões USD, em 10 anos pela energia e custo de produção e transporte.

				<p>regional com vista a integração de acesso aos serviços energéticos de base como prioridade nacional para a segurar um desenvolvimento humano e atingir os OMD.</p> <p>3 - Reforço de capacidades institucionais, nos Estados membros e dos actores;</p> <p>4- Formação e, promoção de investimentos, mobilização de recursos financeiros - sector privado, promoção e produção local de bens e serviços energéticos</p>						
05	<b>Projecto de Reabilitação Rural e Desenvolvimento Comunitário (PRRDC)</b>	Lutar contra a pobreza no meio rural, através da melhoria das condições de vida e dos rendimentos das populações alvo, nomeadamente, mulheres e jovens e promover a gestão durável dos recursos naturais.	Reforçar as capacidades das populações alvo de maneira a se tornarem como motores essenciais, em parceria com os outros actores associativos privados e públicos, da construção progressiva de um tecido de desenvolvimento local no seio da qual eles poderão	<p>1 – Reabilitação das infra-estruturas rodoviárias e dos serviços sociais de base;</p> <p>2 – Reforço das capacidades e animação;</p> <p>1 – Relance e desenvolvimento de economia rural;</p> <p>4 – Gestão de projecto.</p>	2008	2012	DGA/MADR	Quinara e Tombali		

			expressar, socializar e executar com sucesso suas iniciativas económicas e sociais							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**Matriz 5: Programa/Projecto em Carteira**

N.º	Programa/Projecto	Objectivos Gerais	Objectivos Específicos	Ações	Inicio	Fim	Instituição Responsável	Área de intervenção	Impacto esperado (beneficiário, ha)	Orçamento
01	<b>Projecto de Fiscalização Participativa</b>					2015	D.G.E.,D.G.F.F.,D.G.A.,D.G.Amb. Sector privado, ONG,s	Urbana, peri-urbana e Rural		
02	<b>Programa Florestal nacional</b>									
03	<b>Programa de Acção Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas (PANA)</b>	Avaliar a vulnerabilidade e do país e propor medidas e actividades prioritárias de adaptação visando a reduzir e ou atenuar os efeitos negativos das mudanças climáticas e de aplicar as medidas de alerta precoce e de previsão que permitirá reagir às futuras catástrofes.	Eleger opções urgentes e imediatas de adaptação aos efeitos negativos das mudanças climáticas no contexto nacional.	14 Projectos em carteira nos sectores agrário, recursos hídricos, saúde pública, meteorologia e zonas costeiras	2006	2015	DGAmb/SEADD	Ao nível nacional	Resistência/Adaptação aos efeitos nefastos das mudanças climáticas.	6. 300.000 USD
04	<b>Estratégia e Plano de Acção para a Biodiversidade</b>	Facultar uma análise sobre o estado actual dos recursos da	1- Proteger os ecossistemas;  2- Proceder com arborização e	Promover: 1-A durabilidade agrícola;  2-A durabilidade da	1997	A espera de financiamen				

		<p>biodiversidade da Guiné-Bissau, identificar os principais estrangulamentos relativamente a sua conservação e utilização, definir estratégias e principais acções a empreender para garantir a sua durabilidade, não descuidando com as estratégias e perspectivas já traçadas por outros sectores de desenvolvimento e opções no âmbito dos estudos prospectivos</p>	<p>repovoamento florestal;</p> <p>3 - Optimizar os recursos hídricos;</p> <p>4 - Explorar novas fontes de energias, para pôr limitar a pressão nas florestas em busca de energia doméstica (lenha e carvão);</p> <p>5 - Lutar contra a erosão dos solos;</p> <p>6- Lutar contra a salinização das zonas costeiras e fluviais;</p> <p>7 - Lutar contra a erosão costeira e dos estuários;</p> <p>8 - Reforçar a participação da sociedade civil tendo como base a educação e a formação ambiental;</p> <p>9 - Reforçar a capacidade de intervenção da Administração Pública, Central e</p>	<p>floresta;</p> <p>3-Áreas Protegidas (Terrestres, Marinhas, Costeiras, Zonas húmidas, etc.);</p> <p>4 - A durabilidade da pecuária;</p> <p>5 - A durabilidade das Pescas;</p> <p>6 - O ordenamento do território;</p> <p>7 - A educação, formação e sensibilização;</p> <p>8 - A pesquisa;</p> <p>9 - Os aspectos legais e institucionais;</p> <p>10 - As questões internacionais;</p> <p>A definição do interlocutor privilegiado a nível do Governo para as questões ambientais</p>		<p>to para a sua implementação</p>				
--	--	---	---	---	--	------------------------------------	--	--	--	--

			<p>Regional, para dar resposta aos principais problemas ligados ao ambiente;</p> <p>10 - Proceder com recolha, sistematização e divulgação de informação que seja a base de um progressivo conhecimento do território, de maneira a encontrar soluções adequadas para as questões ambientais;</p> <p>11 - Sanear o ambiente urbano em toda a sua envolvente;</p> <p>12 - Promover a Cooperação internacional</p>						
05	Projecto de Fiscalização Participativa	Reforçar as capacidades técnicas, materiais, institucionais, humanas e financeiras para a	1-Elaboração dos planos de acções regionais e um plano de acções nacional para o combate a exploração clandestina de	1-Contratar os consultores para a elaboração dos planos de acções e os validar durante os dois primeiros meses; 2-Selecionar os agentes de fiscalização					

		<p>promoção de uma exploração racional dos recursos florestais e faunísticos</p>	<p>recursos florestais e faunísticos;  2-Reabilitar os postos das Brigadas e de controlo existentes nos diferentes pontos das regiões, meios moveis e compra de pequenos materiais;  3-Capacitar o pessoal da DGFF, as comunidades locais, as ONGs e a Sociedade Civil implicadas e vivendo nas zonas inseridas pelo processo;  4-Promover a organização eficaz da Estatística florestal;  5-Assegurar a implementação de uma politica de desenvolvimento coerente e de coordenação de execução de um plano de acção nacional de fiscalização participativa;</p>	<p>entre o pessoal da DGFF, recrutar entre as Associações Comunitárias Guardas Comunitários e outros actores;  3-Formar ao nível regional e Sectorial uma equipa de seguimento e uma, ao nível nacional para a Coordenação;  4-Reparação de 06 Carros afectos nas Repartições Regionais;  5-Reabilitar 08 postos para as Brigadas de Fiscalização;  6-Reabilitar 08 rádios de Comunicação;  7-Compra de 12 Motorizadas de 125-CC, dois por Região e outros materiais do trabalho;  8-Compra de 100 Bicicletas;  9- Fazer o levantamento, Cartografar e Seleccionar com as Comunidades, as zonas de exploração;  10-Formar os agentes florestais para a sensibilização, a protecção e gestão durável de recursos florestais e faunísticos;  11-Sensibilizar as</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>Associações das tabancas, os Camponeses e todos os actores para a intervenção global de sensibilização e a fiscalização sobre a exploração irracional dos seus recursos;</p> <p>12-Criar os sistemas de prevenção e detecção das praticas fraudulentos;</p> <p>13-Criar o sistema de fiscalização com gestores dos Parques e reservas florestais;</p> <p>14-Trenar o pessoal administrativo e dos agentes em matéria da inteligência profissional;</p> <p>15-Formar as Comunidades e os Jovens seleccionados entre eles, para os Guardas Comunitários para a fiscalização e Protecção dos recursos florestais dos seus territórios;</p> <p>16-Educar e informar as populações urbanas e rurais a traves dos medias sobre os seus direitos e deveres face a conservação e utilização dos recursos florestais;</p> <p>17-Reforçar a</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>capacidade da DGFF para assegurar uma organização efectiva dos bancos de dados dos produtos florestais anualmente explorados na escala nacional;</p> <p>18-Seleção dos quadros responsáveis ao nível das Repartições Regionais e sectoriais para colecta (estatística) e tratamento dos dados dos produtos explorados;</p> <p>19-Formação dos agentes na colecta de dados, análise e sistematização de dados;</p> <p>20-Montar um site web Internet para a publicação dos dados;</p> <p>21-Colecta regular (mensal) dos dados e trimestralmente e os introduzir no site web da DGFF;</p> <p>22-Criação de Banco de Dados nas Regiões e nos Sectores;</p> <p>23-Aquisição dos materiais e equipamentos Informáticos;</p> <p>24-Assinar o acordo de Parceria com os actores de</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>desenvolvimento no domínio de fiscalização de exploração florestal;</p> <p>25-Promover reuniões mensais conjunto dos actores, para o seguimento das actividades de fiscalização por região_</p> <p>26-Incentivar parceiros como o sector privado, ONGs, sociedade civil e outros agrupamentos que trabalham no sector;</p> <p>27-Promover acções de sensibilização e formação dos Operadores, carvoeiros, comunidades locais;</p> <p>28-Transferir as responsabilidades as Comunidades locais, ONGs, Sector privado no domínio em que o Governo não tem a capacidade, incluindo privatização de aquelas actividades;</p> <p>29-Promover sinergia com países vizinhos afim de criar os mecanismos conjuntos para os controlos transfronteiriços de circulação dos produtos florestais;;</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>30-Promover Reuniões de Coordenação Interinstitucionais com fiscais alfandegários, Procuradoria-Geral da Republica, Policia, Forças Armadas, Tribunais, Entidades Regionais e Sectoriais;</p> <p>31-Optimizar assistência internacional no sector florestal com o Programa profundo de definição clara da gestão do funcionamento;</p> <p>32-Promover contratos de concessão florestais transparentes baseados em concursos abertos e competitivos.</p>						
06	Programa Florestal nacional									
07	Programa Nacional de segurança alimentar (PNSA)	Contribuir na erradicação progressiva da Fome e da insegurança alimentar e promover um Desenvolvimento socio-económico integral e durável da população,	Reduzir o nível actual da Vulnerabilidade a insegurança Alimentar de 60% actualmente, para 30%, de aqui a 2015; 2-Aumentar a produção e a produtividade vegetal, animal e haliêutica pela	1-Criação das condições para valorizar as novas terras; 2-Reabilitação e melhoramento do ordenamento de terras já recuperadas, abandonadas e/ou subaproveitadas, permitindo o relançamento da produção orizícola do						

		<p>sobretudo a mais vulnerável, através de um aumento durável da produção e da produtividade a baixo custo, acompanhado de outras medidas susceptíveis de garantir as populações o acesso, a disponibilidade e a utilização estável, qualitativa e quantitativa dos bens alimentares, preservando ao mesmo tempo os Recursos Naturais</p>	<p>introdução de métodos e novas tecnologias simples, adaptadas e pouco custoso de produção, de transformação e de conservação, através de:</p> <p>a) Aumentar as produções graças ao domínio da água, da gestão da fertilidade dos solos, da protecção do ambiente e da conservação dos recursos naturais, construção e reparação das pistas rurais</p> <p>b) Melhorar os sistemas de estocagem, de comercialização, de conservação e de transformação das produções de origem vegetal, animal e haliêutica;</p> <p>c) Promoção e adopção de novas técnicas de criação de animais e de exploração, nomeadamente</p>	<p>país;</p> <p>3-Seleccao objectiva dos sítios de intervenções;</p> <p>4-Realização dos estudos de viabilidade socio-económico e técnicos (pedológicas, topógrafos, hidrológicos e ambientais);</p> <p>5-Sensibilização e organização dos beneficiários;</p> <p>6-Realização dos estudos de execução e de ordenamento hidro-agricola;</p> <p>7-Seguimento e controlo técnico de qualidade das obras de ordenamento;</p> <p>8- Aquisição de 200 tubos PVC 0,30,700 tubos de PVC 0,20 e 1200 tubos de PVC 0,16:</p> <p>9-Construção e/ou Reabilitação das pistas rurais;</p> <p>10-Executar os trabalhos de construção das infra-estruturais;</p> <p>11-Criar um sistema de manutenção das pistas rurais;</p> <p>12-Criação das condições de base favoráveis ao</p>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--

			<p>as produções de rações animais nas zonas vulneráveis ou deficitários a fortes concentrações de cabeças de gado em período da seca;</p> <p>d)Reforçar as capacidades de organização e de gestão das associações, agrupamentos das mulheres camponesas através da formação e os serviços de apoio técnico aos actores, a todos os níveis</p> <p>e)Melhorar o sistema de produção de aprovisionamento em sementes melhoradas, em insumos inorgânicos e orgânicos</p> <p>f)Melhorar os rendimentos monetários dos camponeses, sobretudo as suas mulheres, encorajando as</p>	<p>desenvolvimento dos serviços privados de apoio aos produtores;</p> <p>13-Aquisição dos equipamentos de Tracção Animal;</p> <p>14-Dinamização do sector de Mecanização para o desenvolvimento da Tracção Animal, a Mecanização Motorizada de fraca potencia;;</p> <p>15-Desenvolvimento da Tracção Animal a nível de todo o país;</p> <p>16-Desenvolvimento da Mecanização Motorizada de fraca potencia (Moto-Cultivadoras e Mini-Tractores ate 45 cavalos);</p> <p>17-Mecanização das actividades da colheita e depois da colheita da produção agrícola;</p> <p>18-Escolha de quatro sítios de multiplicação de sementes em cada zona agro-ecologica, na base dos sistemas de produção existentes, afim de permitir aos produtores de avaliar e de escolher eles mesmos as variedades que correspondem as</p>						
--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

			<p>produções mais adaptadas, de maneira a favorecer uma diversificação e uma regularidade das receitas, tudo assegurando uma certa segurança a sob forma de credito, afim de fazer face aos períodos difíceis</p> <p>g) Criar e reforçar um dispositivo de seguimento, de alerta e de reacção rápida</p> <p>h) Contribuir no melhoramento do estado nutricional da população, sobretudo das crianças</p> <p>i) Melhorar o sistema de aprovisionamento em insumos, equipamentos de pesca artesanal, de desembarque e estruturas de conservação, de tratamento e de distribuição</p>	<p>suas expectativas, ao mesmo tempo, de produtividade e de características organolepticas;</p> <p>19- Adaptação e Vulgarização dos itinerários técnicos produtivos e das técnicas referenciais, permitindo aos produtores de produzirem em quantidade e durante longo tempo na mesma parcele;</p> <p>20- Formação dos Produtores Multiplicadores de sementes;</p> <p>21- Reforço de capacidades das ONGs, dos Técnicos e dos Pesquisadores, dos Produtores e das Organizações Privadas, nos domínios da organização, de Multiplicação, de Produção de sementes e em Alfabetização funcional;</p> <p>22- Escolha dos sítios e dos beneficiários para a criação das Escolas-Campos e das parcelas de demonstrações;</p> <p>23- Inrodução das estacas de qualidade das plantas de raízes,</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>de tubérculos, e sementes de feijão, produtivos e adaptados as condições agro-ecológicas;</p> <p>24-Formação dos transformadores nas tecnologias modernas de transformação, na gestão de uma unidade de transformação, na marketing e na utilização e manutenção dos equipamentos;</p> <p>25-Criar os mecanismos de distribuição de material de plantação no seio dos camponeses;</p> <p>26-Formação dos agrupamentos camponeses nos métodos da escola-camponesa na produção e protecção integrada (PPI), no seguimento e controlo das doenças e roedores de mandiocas e, manutenção dos campos comunitários de multiplicação;</p> <p>27-Organização de uma rede dos produtores</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

				<p> multiplicadores de sementes e de estacas;  28-Aprovisionamento do mundo rural em insumos indispensáveis a produção;  29-Multiplicação e Vulgarização de sementes hortícolas;  30-Criação de uma Célula Nacional de Coordenação e de Apoio Técnico a Horticultura;  31-Formação e reforço da transferência das consciências junto das mulheres hortícolas;  32-Avaliação das variedades para a realização dos ensaios multiplicadores;  33-Elaboração e difusão da lista varis para a Guiné-Bissau;  34-Formação dos camponeses multiplicadores das sementes e seguimento;  35-Reuniao periódico dos membros da Célula Nacional de Coordenação e de Apoio Técnico para Horticultura;  36-Realização das Jornadas anuais de reflexão sobre a </p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>problemática do sector hortícola;</p> <p>37-Identificação das Associações e dos Agrupamentos de Mulheres produtoras como beneficiarias da formação;</p> <p>38-Elaboração de um programa geral de formação das produtoras/produtores;</p> <p>39-Elaboração de uma Lista de Materiais, equipamentos e das necessidades de formação e de produção;</p> <p>40-Elaboração das fichas técnicas para as principais culturas hortícolas;</p> <p>41-Identificação, selecção e validação dos sítios e dos beneficiários;</p> <p>42-Estudos sobre o impacte sócio-económico das actividades de IIA em curso;</p> <p>43-Colecta de informação sobre o ciclo hidrológico dos perímetros irrigados de Mangal e dos Bas-fonds;</p> <p>44-Ordenamento dos sistemas de evacuação</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>e de alimentação dos perímetros de Mangal;</p> <p>45-Identificação dos sítios dos Lagos de criação de peixinhos, após os estudos de viabilidade (se for necessário);</p> <p>46-Construção dos Lagos de criação de peixinhos e de produção, se for necessário, e de estocagem das zonas IIA;</p> <p>47-Coleta de dados sobre parâmetros físico-químicos das águas dos perímetros visados;</p> <p>48-Reforço de capacidades técnicas e organizacional dos exploradores de IIA;</p> <p>49-Reforço das capacidades técnicas e organizacional de serviço de apoio;</p> <p>50-Reforço das capacidades técnicas e organizacional dos produtores-organização dos agrupamentos dos rizipsicultores;</p> <p>51-Sensibilização dos beneficiários;</p> <p>52-Formação dos produtores de peixinhos;</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>53-Aquisição e instalação de ensaios de gaiolas flutuantes;</p> <p>54-Programa de gestão de um plano de água (Barragem);</p> <p>55-Gestão das infraestruturas;</p> <p>56-Colheita dos lagos e avaliação da colheita;</p> <p>57-Registo de dados e comercialização;</p> <p>58-Avaliação mensal, trimestral e anual das actividades, etc;</p> <p>59-Identificação, sensibilização e selecção dos beneficiários;</p> <p>60-Recenseamento dos efectivos e selecção das galinhas;</p> <p>61-Aquisição dos galos melhorados</p> <p>62-Construção das galinheiras a partir dos materiais locais.;</p> <p>63-Aquisição dos equipamentos de Criação e da quinta;</p> <p>64-Transferência das tecnologias de produção;</p> <p>65-Formação dos beneficiários em cuidados de saúde de base e em produção animal;</p> <p>66-Apoio no acesso dos beneficiários a</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>credito dos insumos (material de criação, medicamentos veterinários, alimentos, etc.);</p> <p>67-Apoio no melhoramento da comercialização da ave;</p> <p>68-Identificação, sensibilização e selecção dos beneficiários;</p> <p>69-Construção dos curais utilizando os materiais locais;</p> <p>70-Aquisição dos animais;</p> <p>71-Formação dos beneficiários;</p> <p>72-Transferencia das tecnologias de produção;</p> <p>Adoptar uma fórmula alimentar a partir dos subprodutos agrícolas disponíveis nas tabancas;</p> <p>73-Construção dos chiqueiros melhorados</p> <p>74-Fabricação das manjedouras, aquisição dos bebedouros e dos pequenos materiais de cria;</p> <p>75-Aprovisionamento em alimentos;</p> <p>76-Compra dos insumos veterinários;</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

				77-Formação dos beneficiários em saúde , produção e gestão dos animais;						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

### **Matriz 6 – Políticas, Planos e Leis**

N.º	Políticas, Planos e Leis	Objectivos Gerais	Objectivos Específicos	Acções	Início	Fim	Instituição Responsável	Área de intervenção	Impacto esperado (beneficiário, ha)	Orçamento
01	<b>Lei Quadro das Áreas Protegidas (Decreto Lei nº 03/07)</b>	-Com vista a Salvarguardar os Ecossistemas, as Populações Animais e Vegetais que neles abrigam a sua diversidade biológica, bem como de promover a utilização Social e Económico durável, partes do Território nacional, incluindo os cursos de agua, os lagos e o mar, podem ser classificadas, por decretos, como Parques Nacionais ou Parques Naturais, salvo o disposto nos artigos 37e 38 do presente diploma, em que podem ser classificadas como Reservas naturais, perímetros de meio ambiente sensível, Santuários Ecológicos, ou Florestas Sagradas.	1 - Salvarguarda das espécies animais, vegetais e de habitantes ameaçados;  2 - Salvarguarda dos biótipos e Formações naturais de reconhecido interesse;  3 - Conservação e recuperação do habitat da Fauna migratória;  4 - Promoção da investigação e Pesquisa Científica;  5 - Defesa, manutenção e valorização das actividades e formas de vida Tradicionais não lesivas ao Património Ecológico;	1-Classificação;  2 - Fiscalização 3 - Zonagem e Delimitação 4 - Administração das Parques 5 - Concertação com a Comunidade residente e Vizinha	2007		IBAP	Todo o País	A Biodiversidade bem Preservada	A procura

			<p>6 - Protecção e valorização das paisagens únicas, raras, ou típicas, cujo valor cénico lhes confira interesse especial;</p> <p>7 - Promoção e apoio ao Desenvolvimento e utilização durável dos Recursos Naturais, visando o desenvolvimento económico e bem estar das Comunidades.</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

	<b>Lei de Base do Ambiente</b>	Proporcionar a existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como à melhoria da qualidade de vida e regulamentar toda a acção ambiental no país								
--	--------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

02	<b>Lei de Avaliação Ambiental</b>	<p>1- Estabelece as normas relativas ao estudo e à avaliação do impacte ambiental bem como à auditoria e fiscalização ambientais, nomeadamente no que concerne aos efeitos de determinados projectos públicos ou privados no ambiente e na saúde humana.</p> <p>Define igualmente as regras gerais da gestão administrativa do processo de avaliação de ambiental e fixa os princípios gerais e específicos, as metodologias e as técnicas aplicáveis destes processos.</p>								
----	-----------------------------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--

03	<b>Lei Florestal</b>	Regulamenta a acção antrópica nas florestas nacionais.									
----	----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

04	<b>Lei de Terra</b>	Regulamentar a propriedade e o direito a terra	<p>1- Garantir a terra as comunidades locais no limite em que possam dar-lhe utilidade económica;</p> <p>2- Incorporar o regime costumeiro da terra no direito positivo, assim como as instituições que as representam;</p> <p>3- Estimular o investimento na terra através da criação de um valor de mercado para a terra</p>							
----	---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

05	<b>Lei de Minas</b>	Destina-se a estabelecer as disposições que regulam os direitos relativos aos recursos minerais do país, os regimes do seu aproveitamento, a competência para a execução e fiscalização do cumprimento dos seus objectivos que são a prospecção, a mineração, o tratamento e a comercialização dos recursos minerais no território nacional					Todo o país			
----	---------------------	---	--	--	--	--	-------------	--	--	--

06	<b>Política Comum para a Melhoria do Ambiente (PCMA)</b>	Instituir uma coordenação de políticas sectoriais nacionais, para a implementação de acções comuns e eventualmente de políticas comuns nos domínios de recursos humanos, gestão do território, transportes e telecomunicações, ambiente, agricultura, energia, indústria e minas.		<p>1- A luta contra desertificação;</p> <p>2- A protecção dos recursos naturais e da biodiversidade;</p> <p>3- A melhoria do ambiente no meio rural e urbano;</p> <p>4- A exploração das energias renováveis e particularmente a energia solar;</p> <p>5- A luta contra a erosão costeira.</p>			UEMOA	Espaço UEMOA		
----	--	---	--	--	--	--	-------	--------------	--	--

07	<b>Política Comum de Agricultura</b>	Cooperação entre os Estados-Membros nos seus domínios					CDEAO	Espaço CDEAO		
----	--------------------------------------	---	--	--	--	--	-------	--------------	--	--

08	<b>Plano Director Florestal Nacional</b>	<p>1 - Controlo fundiário, que passa pela definição legal dos espaços florestais;</p> <p>2 - Implementação de um plano director de desenvolvimento florestal comunitário participativo, descentralizado para e pelas comunidades;</p> <p>3 - Diminuição de pressão nas florestas pela agricultura itinerante e criação de gado;</p> <p>4 - Promoção da gestão florestal sustentável;</p> <p>5 - Aplicação das disposições fiscais e aduaneiras;</p> <p>6 - Formação dos quadros florestais e da pecuária em diversos níveis;</p> <p>7 - Criação de um programa de investigação a longo prazo relativamente aos ecossistemas tropicais frágeis, com ênfase a conservação e a biodiversidade.</p>								
----	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--



#### 4– ANÁLISE DE MATRIZ DE PROGRAMAS E PROJECTOS

Após uma análise ponderada da matriz, constatou-se que dentre os ***constrangimentos identificados os que estão mais directamente relacionados com a necessidade de capacitação são:***

- Falta de Projectos-piloto de Pesquisa/Ação sobre G.S.T.
- Falta de programa de Pesquisa/Ação coerente e consistente
- Falta de recursos humanos especializados e ou qualificados
- Falta de motivação dos técnicos que trabalham directamente com a GST
- Falta de uma campanha organizada de reflorestação
- Instabilidade politico – institucional
- Não Implicação dos principais actores concernentes
- Falta de assumpção do Governo
- Falta de apoio institucional e do protagonismo institucional;
- Ausência de reciclagem contínua aos quadros técnicos (públicos, ONGs, Associação de base e comunidade)
- Falta de consistência na implementação da política florestal (instabilidade politico - institucional)
- Falta de actualização de inventário florestal
- Falta de viveiro florestal nacional
- Intervenção desorganizada na gestão de recursos florestais
- Falta do controle nas actividades dos ponteiros
- Falta de controlo na exploração madeireira
- Falta de implicação dos quadros da DGFF na elaboração de Planos e projectos
- Má gestão de recursos florestais e falta de controlo das florestas
- Falta de repovoamento florestal
- Pobreza Crónica
- Fraqueza do Estado numa maneira geral
- Falta de Interlocutor
- Ausência de concertações entre actores directamente envolvidos na GST
- Falta de circulação de informações entre actores
- Falta de diálogo, de definições de competências e responsabilidades institucionais (Governamentais e não Governamentais na GST)
- Inoperância do conselho nacional de coordenação
- Projectos não exequíveis
- Ausência de Interlocutor Credível
- Falta de sinergia entre principais actores com estado
- Falta de harmonização de ideias
- Falta de concertação de acções
- Conflitos de competências entre actores
- Falta de coordenação entre instituições públicas e privadas
- Falta de Sensibilização de Principais Actores directamente concernentes
- Não harmonização das politicas comuns (politica comum sobre a Agricultura (UEMOA e CEDEAO)
- Falta de conhecimento sobre a problemática de luta contra desertificação
- Falta de assumpção da continuidade do projecto por parte do Governo
- Falta de formação/sensibilização/informação/comunicação e capacitação de dos actores
- Falta de identificação de zonas quentes
- Plantação de cajueiros em todo o solo

- Falta de uma Zonagem agro-ecologica
- Transumância desorganizada
- Falta de uma responsabilização das comunidades na gestão dos recursos florestais.
- Falta de acesso a terra
- Falta de poço para irrigação
- Falta de adubos químicos
- Ausência de Alfabetização Funcional
- Falta de engajamento do Governo (Secretariado Permanente do CILSS em Bissau)
- Reciclagem contínua aos quadros técnicos (públicos, ONGs, Associação de base e comunidade)
- Existência de duas versões do PAN
- Falta de uma lei adequada sobre Pedreiras e minas
- Falta de Meios matérias (Transporte) e financeiro
- Falta de formação/sensibilização/informação/comunicação e capacitação de dos actores
- Falta de identificação de zonas quentes
- Plantação de cajueiros em todo o solo
- Falta de uma Zonagem agro-ecologica
- Não Implicação dos Principais Actores concernentes
- Falta da compreensão da missão das ONGs
- Não envolvimento dos principais actores nas actividades de gestão sustentável de terra
- Não engajamento do Governo nas actividades de gestão sustentável de terra
- Falta de investimento para as actividades nos perímetros irrigados a margem do rio Geba
- Falta de presença do estado junto das populações
- Falta de quadros especializados na área
- Falta de valorização de quadros técnicos
- Falta de capacidade de inovação
- Falta de Gestão de solo
- Falta de capacidade do estado em fazer face ao problema
- Sistema de produção tradicional
- Falta de uma agenda agrícola
- Falta de quadros especializados na GST
- Falta de acesso a informação
- Falta de quantificação ao nível nacional de níveis de degradação de solos/terras
- Falta de Mapas que indicam zonas afectadas
- Falta de respeito a definição da terra no quadro da lei fundiária
- Falta de uma entidade emissora de pacotes estandardizado de tecnologias
- Acções descoordenadas no terreno
- Falta de reforço de capacidade institucional
- Tempo curto do projecto para resolver o problema
- Falta de capacidade organizacional dos camponeses
- Falta de consciencialização por parte da nossa população sobre problema de degradação de solo
- Falta de alternativas por parte do Governo
- Falta de pasto e água na época seca, principalmente na zona leste dos pais
- Falta de zonagem Agro-Silvo-Pastroril
- Falta de presas de água doce
- Direcção Geral da Pecuária não tem nenhum projecto ligado a GST
- Nível baixo de organização no mundo rural,
- As instituições que trabalham neste domínio têm um nível médio da percepção do problema
- Desorganização total no funcionamento e actuação das instituições do estado e das ONGs
- Falta de Experiência na Gestão da Terra

- Falta da Capacidade Económica e Financeira do País
- Falta de Capacitação e de Quadros Qualificados
- Falta de Concertações entre o Governo e, com todos actores concernentes (CMB; DGOT, DGGC e IBAP)
- Fluxo de informação

Na análise das matrizes descritas no ponto 3 foram ainda identificados **Outros constrangimentos** que a seguir se enumeram:

- Falta de equipamentos de trabalho (Nova Tecnologia)
- falta de Energia
- Falta de Contrapartida do Governo (Investimento)
- Faltas meios materiais
- Insuficiência de Financiamento
- Falta de um corredor animal
- Falta de corredor de transumância
- Pecuária Extensiva

No que concerne as **Necessidades de Formação** foram elegidas as seguintes áreas:

- A Pesquisa/Acção;
- Gestão Participativa dos Recursos Naturais;
- Delimitação do Território
- Zonagem agro-ecológica
- Gestão Participativa sobre os recursos florestais incluindo o repovoamento florestal
- Técnicas de combate a pragas
- Técnicas de Construção de bacias de retenção de água
- Alfabetização Funcional
- Reciclagem dos Quadros Técnicos, ONGs, Associações de Base e Comunidades locais
- Reciclagem Contínua dos Quadros técnicos sobre Técnicas de GST, Gestão Integrada de Território de Tabanca, Gestão Florestal Comunitária;
- Reciclagem contínua sobre gestão participativa, vulgarização de lei da terra e dos seus regulamentos, técnicas de comunicação/informação e sensibilização, técnicas de vulgarização da Lei e Regulamento da Terra e técnicas de vulgarização dos pacotes legislativos.
- Campanha de sensibilização de actores locais
- Inovação tecnológica
- Técnica de gestão de terras
- Divulgação e assumpção por parte dos intervenientes na GST da Lei de terra e seu regulamento
- Reciclagem da administração pública
- Especializadas nas diferentes áreas ligadas G.S.T.
- Formação nas técnicas agrárias e de recuperação das terras degradadas
- Sensibilização/comunicação na gestão sustentável de terra
- Promoção de visitas de estudo/intercâmbio a nível sub-regional sobre GST;
- Formação na gestão de fundos e recursos naturais
- Avaliação, seguimento e análise dos projectos
- Parceria estratégica entre o Estado, ONG e sector privado sobre a pesquisa agrária e técnicas de combate a erosão costeira.

No que se refere aos Actores da Gestão Sustentável de Terra na Guiné-Bissau, foram apurados as seguintes instituições:

- 1 – Governo;
- 2 – Sociedade Civil;

3 – Poder Local;

4 – Agencias Financiadoras Internacionais.

Relativamente ao Governo identificou-se a Direcção Geral do Ambiente, Direcção Geral da Agricultura, Direcção Geral das Florestas e Fauna, Direcção Geral dos Recursos Hídricos, Direcção Geral do Ordenamento do Território, Direcção Geral da Meteorologia Nacional, Direcção Geral das Pecuária, Direcção Geral do Plano, Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, entre outras.

No que se refere a Sociedade Civil foram identificadas algumas ONGs (vide Matriz 3), as Associações de Base, as Comunidades Locais, Associações de Madeireiros, Associações de Criadores de Gado, Associações dos Carvoeiros, entre outras.

Quanto ao Poder Local identificou-se o Poder instituído localmente a nível dos Comités de Estado, dos Governadores e dos Administradores Regionais e Sectoriais (segundo a nossa divisão administrativa) que é praticamente influenciada pelo Poder Central e o Poder Tradicional cujo peso é sentido na grande parte das comunidades guineenses.

A nível das Agencias Financiadoras Internacionais, este sector conta com algumas ONGs Internacionais com algum poder financeiro, como é o caso da UICN e com outros organismos Internacionais: SWISSAID, PNUD, FAO Banco Mundial, Banco Africano do Desenvolvimento, União Europeia, etc.

No que concerne a **Ofertas de Cooperação**, após uma análise ponderada das entrevistas efectuadas a vários actores verificou-se que o país tem uma valência nesta temática de GST. Assim, como oferta de cooperação o país tem para transmitir as experiências:

- do Projecto AgroSilvoPastoril (PASP) sobre Gestão Integrada de Território das Tabancas (GITT), da Gestão Florestal Comunitária (GFC), Projecto de Utilização Racional do Património Florestal (CARBONIZAÇÃO), dos Parques Naturais/Naturais da Guiné-Bissau;
- das ONGs, principalmente da AD e EVA no que se refere ao modelo de gestão do mangal, Tiniguena e APRODEL nos domínios da sensibilização e técnica de gestão de terra;
- das Associação de Mulheres da Actividade Económica (AMAE)
- dos Quadros técnicos nacionais sobre a GST, principalmente no que concerne ao ordenamento hidroagrícola
- Ancestrais do saber fazer tradicional em matéria de recuperação das terras de mangal (bolanha da água salgada);
- do Gabinete de Planificação Agrária (GAPLA), da FAO Guiné-Bissau, da UICN na Guiné-Bissau, do IBAP e do Projecto PBDGZC-GB
- do Processo de Elaboração da Lei e Regulamentos sobre a Terra na Guiné-Bissau, Gestão dos Recursos Naturais e Gestão de Conflitos Fundiário

## 5 - RECOMENDAÇÕES

Como recomendação

- Necessidade de organizar as estruturas do MADR nas regiões
- Motivação dos técnicos
- Promover projectos de Pesquisa/acção no domínio da Gestão Sustentável de Terras
- Promoção de jovens

- Elaboração de Projectos de Fiscalização Participativa dos RF (Regiões, Sectores, ONGs, Associações de Base e Comunidades Locais)
- Necessidade de Elaboração de programa nacional sobre floresta
- Necessidade da criação de centro de formação prática florestal em Bula norte do País
- Adaptar o PAN ao novo critério da estratégia decenal da UNCCD (2008-2018)
- Implicação das ONGs concernentes
- Investimento nas áreas de GST
- TCP/CPLP/FAO deve trabalhar em paralelo com o projecto “Land Degradation”
- Reformulação e finalização de PAN/LCD/UNCCD
- Harmonização das leis e políticas sobre Gestão Sustentável de Terras
- Construção de bacias de retenção de água pluvial na GB
- Necessidade da Comunidade internacional apoiar financeiramente os planos de acção (CPDA)
- Harmonização de políticas comum (Politica comum sobre agricultura UEMOA e CEDEAO)
- Deve ser criado um espaço político e técnico para as ONGs
- Velar pela implementação de programas/planos já elaborados
- Deve-se formular programas que reflectam a nossa realidade
- Identificar problemas reais de cada país e definição de papel de cada interveniente
- Aquisição de meios logísticos e financeiros
- Educação, formação e sensibilização das populações
- Promover a implementação das políticas, estratégias e leis do sector agrário
- Necessidades de motivar quadros técnicos colocados nas regiões.
- A estrutura do estado deve estar presentes nas regiões
- Reforçar as capacidades dos actores directamente implicados
- Apoio incondicional às associações das mulheres
- Acesso a terra para as mulheres e Jovens no sentido de criação de rendimento alternativo
- Educação ambiental, sensibilização/Info/ Comunicação
- Adopção do PAN pelo Conselho de Ministros
- Implicação do poder tradicional na Gestão de Terras
- Criar ou restaurar as escolas agrícolas *in situ*
- Consolidação de experiências/projectos bem sucedidos na área de GST (Madina Djalocunda e Djalicunda)
- Criação de sinergias na área de GST a nível sub-regional

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais achou-se necessário:

- A actualização de alguns elementos, através dos indicadores de degradação das terras como por exemplo: nível das chuvas, áreas e as populações atingidas;
- A modernização da pecuária;
- A criação de zona de pastorícia,
- Proceder a zonagem agro-agrícola e a construção de presas de água nos vales de rios de água doce;
- Respeitar a carta de política agrária com total implicação da pecuária;
- O apoio financeiro e técnico (Projectos de desenvolvimento a pecuária);
- Elaborar projectos de modernização de manejo animal e de sistema de produção animal;
- A formação em sanidade animal e produção animal;
- A formação para os beneficiários/criadores gado;
- A formação especializada para técnicos da Direcção Geral da Pecuária e para criadores/beneficiários;
- O apoio institucional para o seguimento e avaliação;
- O financiamento de seguimento e Avaliação dos projectos;
- Que os novos projectos contemplem o actual estado de degradação dos recursos naturais;
- Haver vontade política firme e determinante nas resoluções dos problemas dos recursos naturais;
- A sensibilização das populações sobre Gestão das Florestas Comunitárias;
- Que o programa contenha no máximo as prioridades dos beneficiários;
- Envolver todos os actores concernentes;
- Envolver os beneficiários na formação e na execução;
- Promover de forma activa a elaboração dos planos;
- Implementar os programas e planos de acção existentes;
- Finalizar e implementar o PAN/LCD/UNCCD;
- Conservar e valorizar a biodiversidade na zona costeira;
- Capacitar os quadros nacionais sobre a Gestão Sustentável de Terras e os camponeses sobre as técnicas de Gestão Sustentável de Terras;
- Proceder com o Repovoamento florestal;
- O apoio na produção agrícola intensiva no Planalto e na recuperação das bolanhas;
- Utilizar sistemas de irrigação e valorizar perímetros
- Promover a compostagem;
- Incentivar o uso das tecnologias locais para actividades agrárias;
- Promover o saber e o saber fazer tradicional;
- Reforçar capacidades na área de Sistemas de Informação Geográfica e actualização de mapas;
- Apoios financeiros na elaboração e execução de projecto-Pilotos (eg. Mercado Nacional/Mensal, em São Domingos);
- A elaboração de Programas de Informação sobre Noções de Estado (Papel, Competências e Atribuições);
- Findar a elaboração e execução deste Programa de Cooperação sobre a Gestão Sustentável de Terras;
- Que o país assuma este Programa como um Programa Nacional;
- A implicação das Autoridades Governamentais;
- Sensibilizar os Governantes e os Parlamentares sobre este Programa;
- A estabilidade das Instituições Públicas (Aprovação de uma Lei Orgânica pelo Parlamento);
- O envolvimento de todos os actores na tomada de decisões;
- A transparência na distribuição de Formação, Investimentos
- Que haja mais concertações e, menos interferências nas competências dos outros.



## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Anti-Projecto da Lei Quadro das Áreas Protegidas**, Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, República da Guiné-Bissau.

**Carta de Política de Desenvolvimento Agrário (2002)**, Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura, República da Guiné-Bissau, 33 pp.

**CARBOVEG-GB (2007)** – *Quantificação do Carbono armazenado e da Capacidade de Sumidouro da Vegetação Florestal da Guiné-Bissau* – Direcção Geral do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente, 39 pp;

DEA/DGP (2006) Dados de Evolução de Superfície e da Produção das diferentes culturas na Guiné-Bissau.

**A Estratégia de Luta Contra Pobreza (DENARP)**, República da Guiné-Bissau, Ministério de Economia e Plano.

**Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade**, Projecto GBS/97/G31/1G/9, Programa de Nações Unidas para Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura Desenvolvimento e Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, República da Guiné-Bissau, 161 pp;

**Lei da Terra nº 5/98, de 23 de Abril**, Assembleia Nacional Popular, Republica da Guiné-Bissau.

**Lei de Minas nº1/2000, de 24 de Julho**, Assembleia Nacional Popular, República da Guiné-Bissau.

**Livro Branco de CEDEAO/UEMOA sobre Energia** - Une politique régionale de la CEDEAO pour atteindre les OMD, 16 pp.

**Plano de Acção Florestal Tropical (1992)** República da Guiné-Bissau, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direcção Geral de Florestas e Caça;

**Plano Nacional de Gestão Ambiental (2004)**, República da Guiné-Bissau, Secretaria de Estado dos Recursos Naturais, Energia e Industria, Direcção Geral do Ambiente, 255pp e anexos

**Política Comum para a Melhoria do Ambiente (PCMA)**, UEMOA, 33pp.

**Política Comum de Agricultura**, UEMOA

Projecto Land Degradation, **Technical, Institutional, Human, and Financial Capacity Building Support for SLM/CCD in Guinea-Bissau**, Governo da Guiné-Bissau e PNUD.

**Projecto de Revisão da Lei Quadro das Áreas Protegidas**, República da Guiné-Bissau, Instituto de Biodiversidade e das áreas Protegidas, 26 pp;

**Projecto de Reabilitação do Sector Agrário e Rural**, República da Guiné-Bissau, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural e BAD

**Projecto de Reabilitação Rural e Desenvolvimento Comunitário (PRRDC)**, República da Guiné-Bissau, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural e BAD

**Programa de Acção Nacional de Adaptação aos efeitos Negativos das Mudanças Climáticas** (2006), República da Guiné-Bissau, Ministério dos Recursos Naturais, Direcção Geral do Ambiente, 84pp;

**Projecto da Lei de Bases do Ambiente**, Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, República da Guiné-Bissau, Direcção Geral do Ambiente, 41pp;

SCET INTERNATIONAL (1978) Potencialidades Agrícolas, Florestais e Pastorícia na Guiné-Bissau, vol. I e II, 219pp

**Technical, Institutional, Human, and Financial Capacity Building Support for SLM/CCD in Guinea-Bissau**, United Nations Development Programme and FAO, CILSS, PRESAR-ADB, Portugal, Government of Guinea-Bissau